



Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

**MERENDA ESCOLAR BRASILEIRA: marcas da história na adesão e nas
representações sociais**

FRANCINE NOGUEIRA LAMY GARCIA PINHO

Campos dos Goytacazes – RJ
Março de 2015

MERENDA ESCOLAR BRASILEIRA: marcas da história na adesão e nas representações
sociais

FRANCINE NOGUEIRA LAMY GARCIA PINHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientadora: Prof. Dr^a. Silvia Alicia Martinez

Campos dos Goytacazes – RJ
Março de 2015

MERENDA ESCOLAR BRASILEIRA: marcas da história na adesão e nas representações
sociais

FRANCINE NOGUEIRA LAMY GARCIA PINHO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr Francisco Ramos de Farias – Doutor em Psicologia
pela Fundação Getúlio Vargas – RJ.

Prof^a. Dr^a Fabiola Teixeira Azevedo – Doutora em Ciência e Tecnologia de Alimentos
pela Universidade Federal de Viçosa – (UFV – MG).

Prof^a. Dr^a Silvia Alicia Martínez – Doutora em Educação
pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC – RJ).

Prof^a. Renata Maldonado da Silva – Doutora em Educação
pela Universidade Federal Fluminense – UFF.

Ao meu querido *Leandro*,
por ser a luz que ilumina meus passos e
Aos meus queridos filhos, *Arthur e Edgar*,
por fazerem felizes todos os dias.

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, Leandro, por ser meu amigo e meu amor, desde a infância, pela cumplicidade em todos os momentos de nossas vidas, por dividir o nosso tempo com os meus estudos e por me ensinar a olhar com os olhos da História.

Aos meus filhos, Arthur e Edgar, pelo apoio e compreensão em dividir minha atenção com os livros, por fazerem nossas vidas mais leves, felizes e encantadas.

À minha mãe, Mariana, pela força de suas orações e palavras.

À minha tia Ilma, pelo contínuo incentivo e força em todos os momentos de minha vida, pessoal e acadêmica. E minha prima Valéria, pelos exemplos de organização e gentileza.

Aos meus sogros, Dilson e Angela, pelo exemplo de fé e amor.

À minha amiga Laure Caillaud, por me enveredar na *Francophonie et Culture Française*.

Aos meus colegas Evandro, por sua calma quando as coisas “pegavam fogo” trazendo tranquilidade para o raciocínio; e Clarissa, por ser um exemplo de organização e carinho com tudo que a cerca.

À professora Dr^a Silvia Martínez, pelo “abraço” ao meu tema, por compartilhar seus conhecimentos comigo e pelo carinho e interesse com que sempre me orientou.

Ao professor Dr. Francisco Farias, por seu incentivo acadêmico desde nosso primeiro contato em um congresso, por seu bom-humor e sagacidade em tratar um assunto acadêmico e por sua gentileza em vir participar da minha Banca Examinadora.

À professora Dr^a Renata Maldonado por compartilhar seu conhecimento de forma sincera, aplicada e bem-humorada; e por aceitar participar de minha Banca Examinadora.

À professora Dr^a Fabiola Azevedo, pelo carinho com que sempre me tratou e por aceitar fazer parte da minha Banca Examinadora.

Ao professor Dr. Mauro Campos por fazer parte de minha banca de qualificação, por sua contribuição ao meu trabalho e por seu exemplo de alegria de viver.

À Ana Paula Caputo, secretária do curso de PGPS, por sua sempre solicitude em resolver nossas “inúmeras” querelas.

Ao Secretário de Saúde do Município de São José de Ubá, Victor Pavan, pelo reconhecimento da importância deste trabalho para a minha formação profissional.

À CAPES pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Agradeço a todos os depoentes por dividirem comigo seus preciosos relatos e contribuições.

Agradeço a Deus pelo sopro de vida constante. E a Nossa Senhora minha querida Mãe.

“Os objetos e as práticas só são liberados para uma plena utilização simbólica e ritual quando se libertam do uso prático” (HOBSBAWM; RANGER, 2012, p.15)

RESUMO

PINHO, F.N.L.G. Merenda Escolar Brasileira: história, adesão e representações sociais. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2015.

Este estudo tem por objetivo principal discutir a história, adesão e representações sociais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) entendido como uma das mais importantes políticas sociais implementadas no Brasil. A questão-problema norteadora da proposta perpassa entender se o passado assistencialista do programa de alimentação escolar brasileiro pode ser percebido na representação social e memória dos envolvidos com este programa. Para tal, o texto se apoia na metodologia de análise histórica, recorrendo ao levantamento bibliográfico sobre o tema nos campos da nutrição, educação e políticas sociais. A pesquisa de campo foi realizada numa escola de Educação Básica da rede pública de ensino de Campos dos Goytacazes-RJ. Através de entrevistas semi-estruturadas e da observação direta propôs-se refletir sobre as representações sociais acerca da merenda escolar expresso nas falas de alunos, merendeiras e gestores que vivenciam o cotidiano da escola-campo. A partir da análise sobre essas reflexões, pôde-se perceber que a adesão ao PNAE é afetada por três fatores principais: a qualidade nutricional da merenda escolar, o apelo consumista que acomete a vivência na sociedade atual e a relação perene da merenda escolar com a vulnerabilidade social.

Palavras-chave: Políticas sociais de alimentação; história da merenda escolar; representações sociais; adesão ao Programa Nacional de Alimentação Escolar.

ABSTRACT

PINHO, F.N.L.G. Merenda Escolar Brasileira: história, adesão e representações sociais. Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2015.

This study's main objective is to discuss the history, membership and social representations of the National School Feeding Programme (PNAE) understood as one of the most important social policies implemented in Brazil. The guiding question-problem of the proposal permeates understand if the welfare past the Brazilian school meal program can be seen in social representation and memory of those involved with this program. To do this, the text is founded on historical analysis methodology, using the literature on the subject in the fields of nutrition, education and social policies. The field research was carried out in a Basic School Education public education Campos dos Goytacazes-RJ. Through semi-structured interviews and direct observation proposed to reflect on the social representations of school meals expressed in the statements of students, cooks and managers who experience the daily life of school-field. From the analysis of these reflections, we could notice that joining the PNAE is affected by three main factors: the nutritional quality of school meals, consumer appeal that affects the experience in today's society and the perennial relationship with the school meals social vulnerability.

Keywords: Social power policies; history of school meals; social representations; adherence to National School Feeding Programme (PNAE).

LISTA DE ABREVIACÕES

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CME -Campanha de Merenda Escolar
CNAE - Campanha Nacional de Alimentação Escolar
CNME - Campanha Nacional de Merenda Escolar
CFN –Conselho Federal de Nutricionistas
CRN -Conselho Regional de Nutricionistas
DOU – Diário Oficial da União
EAA - Escolas de Aprendizes Artífices
EE – Entidade Executora
ESALQ/USP – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo
FAE - Fundação de Assistência ao Estudante
FAO -Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO- ONU)
FNDE – Fundação Nacional de Desenvolvimento da Educação
INAN -Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
MEC – Ministério da Educação
ONU – Organização das Nações Unidas
PAE –Programas de Alimentação Escolar
PMA – Programa Mundial de Alimentação
PNAE –Programa Nacional de Alimentação Escolar
Plano SALTE – Plano nas áreas da saúde, alimentação, transporte e energia
PRONAN - Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social
UAN -Unidades de Alimentação e Nutrição
UNESCO – Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICEF -Fundo das Nações Unidas para a Infância
UENF – Universidade Estadual no Norte Fluminense Darcy Ribeiro
USAID – **Original em inglês. Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.11
1 A TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DA MERENDA ESCOLAR: DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS À IDENTIDADE COMO PROGRAMA	p.19
1.1 As primeiras iniciativas.....	p.19
1.2 A criação oficial da Campanha de Merenda Escolar.....	p.30
1.3 A merenda escolar nos meandros da Ditadura Civil-Militar.....	p.36
1.4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar: novo nome, mesmas dificuldades..	p.38
2 O CONTEXTO DE DESCENTRALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, PERFIL ATUAL DO PNAE E ADEÇÃO DOS ALUNOS	p.42
2.1 Um Estado em contínua mudança.....	p.42
2.2 A descentralização do PNAE.....	p.45
2.3 A merenda escolar sob a responsabilidade das Entidades Executoras.....	p.47
2.4 Características atuais do funcionamento do PNAE.....	p.49
2.5 Por que se preocupar com a adesão?.....	p.52
2.6 Relacionando merenda escolar e vulnerabilidade social.....	p.55
3 MERENDA ESCOLAR E ALGUMAS DE SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	p.60
3.1 Os caminhos da pesquisa de campo.....	p.60
3.2 A Escola.....	p.62
3.3 Os passos da observação.....	p.65
3.4 A merenda escolar sob a ótica dos alunos.....	p.70
3.5 A merenda escolar sob a ótica das merendeiras.....	p.80
3.6 A merenda escolar sob a ótica dos gestores.....	p.90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	p.100
REFERÊNCIAS	p.107
ANEXO	p.123
APÊNDICES	p.127

Introdução

Todos os nossos discursos, nossas crenças, nossas representações provêm de muitos outros discursos e muitas outras representações elaboradas antes de nós e derivadas delas (MOSCOVICI, 2011, p. 242).

A alimentação exerce um papel fundamental na vida humana. Tanto do ponto de vista fisiológico, sendo combustível mantenedor da vida, como social, exercendo fascínio, sociabilidade, dominação e dependência entre os humanos. Parece haver uma recorrência de direcionamento dos interesses de quem controla e de quem fomenta a alimentação, tais como as agroindústrias, proporcionando uma ligação entre o estado nutricional de um determinado grupo e a produção alimentícia local (BRASIL, 2005a). Então o estado nutricional de um grupo populacional parece depender de uma regulação social e econômica estratificada entre interesses e interessados.

Não se pode pensar a alimentação como um ato isolado, mas sim acompanhado de rituais diferentes culturalmente, podendo ser fator de caracterização das classes sociais, percebida, pelos próprios agentes sociais, como forma de equalização ou dissociação social (MELLO; NOVAIS, 1998). Pode-se apontar que no atual mundo globalizado, fruto do intenso capitalismo ostentador, as preferências alimentares são expostas a pressões de consumo de tal forma que podem se posicionar como melhores ou piores – do ponto de vista nutricional – de acordo com o valor de mercado.

Um alimento industrializado pode ganhar *status* de superioridade social e comprá-lo passa então a ser uma necessidade nas várias camadas sociais (MELLO; NOVAIS, 1998), mesmo sem a comprovação científica de uma real necessidade nutricional. Como pontua Oliven (2006), a decisão de consumir é influenciada pela coletividade e assim “mesmo quando alguém toma uma decisão individual de adquirir um produto, esse comportamento é condicionado pelo contexto em que os indivíduos vivem e interagem” (OLIVEN, 2006, p.8). Sob esta perspectiva a alimentação escolar poderia ser entendida como fruto desta interação entre os estudantes.

Assim, como ilustra Moscovici (2011), os alimentos estão associados às representações dadas a eles e que os fazem direcionados e utilizados de formas diferentes nas diversas sociedades. Eles estão “interligados a certa memória coletiva” e no caso da

alimentação refletem “memórias ou culinárias culturais que fundamentam e posicionam os grupos [de ideias divergentes] uns em relação aos outros” (MOSCOVICI, 2011, p. 249). Portanto a concepção de bem-estar ou de natureza prejudicial de um alimento ou uma preparação alimentar passa não só pela sua composição nutricional como também pela representação atribuída social e culturalmente a ele.

Pode-se perceber na alimentação escolar – a refeição servida na escola – um contundente exemplo de atribuição socialmente direcionada a ela quando se considera a nomenclatura desta refeição. Historicamente ela é conhecida como merenda escolar, visto que no contexto da sua criação ela era assim chamada, não só no ambiente escolar, mas também na sociedade de então. Esta denominação de merenda escolar perdura até os dias de hoje no cotidiano escolar, criando contornos peculiares e característicos a esta refeição. Por este motivo, neste estudo optou-se por tratá-la como merenda escolar brasileira, já que se pretendia entender as representações arraigadas nesta refeição.

A merenda escolar pode ser vista de tal maneira a corroborar com esta representação e se torna mais um fator de valorização do consumo e do entendimento memorial que lhe é atribuído. Isto se torna claro em estudos que apontam para um declínio da adesão à merenda oferecida pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em detrimento daqueles alimentos comprados nas cantinas (DANELON; DANELON; SILVA, 2006), que, em grande medida, são alimentos industrializados ou elaborados com a adição de alimentos industrializados¹.

Como pontua Bleil (1998), a crescente industrialização e comercialização de alimentos processados, desde a década de 1950, aumentou o consumo e a valorização destes alimentos, que se tornaram cada vez mais comuns, mais baratos e oferecendo uma praticidade necessária à vida moderna. Diante disso, a sociedade se vê experimentando mudanças nos padrões alimentares que favoreceram diferentes comportamentos em relação aos hábitos alimentares, principalmente entre os jovens.

Os jovens, a partir de suas escolhas, desejavam mostrar que estavam fundamentalmente rejeitando as convenções ditadas pela sociedade, construídas historicamente e pautados pela tradição e pelos costumes. As refeições feitas em conjunto, com horário determinado e um cardápio planejado, foram se tornando ocasiões cada vez mais excepcionais (BLEIL, 1998, p. 6).

¹Alimentos industrializados podem conter grande quantidade de substâncias químicas que podem causar diversos males ao organismo e aumentar a chance de ocorrência de doenças crônicas não transmissíveis, como hipertensão e diabetes (BRASIL, 2005, p.190). Por este motivo seu consumo não deve ser encorajado, principalmente para crianças.

Considera-se a ideia de que o passado é formado de uma complexa rede de simbologias e rituais (HOBSBAWM; RANGER, 2012) e que sua observação possibilita o aflorar de muitas representações sociais (MOSCOVICI, 2011). Desta forma, é possível entender como é relevante pensar os hábitos alimentares que foram se constituindo pela transformação da sociedade ocidental no contexto da industrialização.

No que tange à preocupação específica deste trabalho, tal importância do aprofundamento de estudos dos hábitos alimentares esteve voltada para refletir sobre as simbologias, rituais e representações que circundam a merenda escolar no Brasil.

Desde a sua criação, a merenda escolar tem uma característica perene, sendo encarada como ferramenta de apoio nutricional para as crianças carentes. Esta peculiaridade instigou a pesquisadora para tentar perceber como poderia tal emblema favorecer a formação de uma identificação dos usuários desta refeição com uma certificação de sua carência. Isto porque, na história deste programa, em alguns momentos, este condicionamento entre merendar ou não e do tipo da merenda que se oferecia, dependia da condição socioeconômica do aluno. E, com este mote, este trabalho procura apontar as nuances desta questão memorial no discurso dos atores sociais envolvidos com a merenda na atualidade.

Vale destacar que desde o início do século XX as políticas de alimentação no Brasil tomaram forma e se ampliaram. E foi dentro deste panorama de ampliação que foram se sedimentando os chamados grupos de risco nutricional, os quais começaram a ter uma atenção especial. É então neste contexto que a alimentação veiculada à educação começa a se desenvolver, pois a infância passa a ser identificada como um desses grupos de risco e a escolha da escola como *locus* privilegiado para atender tal grupo passou a ser inadiável.

Em resposta a esta prerrogativa de atenção à infância, foi criado no Brasil, na década de 1950, o programa que hoje denominamos de Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. E apesar das diversas nomenclaturas desde a sua criação – Campanha de Merenda Escolar, Campanha Nacional de Merenda Escolar, Campanha Nacional de Alimentação Escolar –, o PNAE é um dos mais antigos programas públicos de suplementação alimentar brasileiros (STEFANINI, 1997), destacando-se pela “continuidade, dimensão e pelos expressivos investimentos” (DANELON; DANELON; SILVA, 2006, p. 86).

Na conjuntura histórica da criação do Programa Nacional de Alimentação Escolar, houve o que pode ser chamado de um “grande momento da legislação social” (CARVALHO, 2002, p.110) no Brasil. Sob este contexto de ampliação da proteção social “inerente das sociedades capitalistas industriais e suas conseqüências” possibilitou-se o surgimento de

“políticas sociais e sistemas de provisão de bens e serviços de saúde, educação e assistência” (FLEURY; OUVÉNEY, 2008, p.29), com vistas a tentar ampliar o bem-estar social².

Mas estas tentativas de promoção do bem-estar social não acompanhavam a lógica da criação inglesa do direito social, o que por esta razão também trouxe distorções do entendimento da sociedade sobre o significado de cidadania (CARVALHO, 2002). No modelo de concepção de cidadania inglesa apontada por Marshall (1967) havia uma lógica no surgimento deste conceito. Para ele, os direitos civis, políticos e sociais, os quais juntos permitiam à sociedade exercer a cidadania plena, teriam uma ordem de consolidação, pois refletiriam a ocupação de destaque e impregnação que cada direito tomou na sociedade. Na Inglaterra analisada por Marshall o direito civil³ foi o primeiro a surgir, seguido do direito político e por fim os direitos sociais.

Para Carvalho (2002) esta ordem traz uma ideia de cidadania clássica, não aplicada ao Brasil, pois, como o autor aponta:

[...] foi com base no exercício dos direitos civis, nas liberdades civis, que os ingleses reivindicaram o direito de votar, de participar do governo de seu país. A participação permitiu a eleição de operários e a criação do Partido Trabalhista, que foram os responsáveis pela introdução dos direitos sociais (CARVALHO, 2002, p.11).

No caso brasileiro, explica Carvalho (2002), o entendimento sobre os direitos sociais é o primeiro a surgir e se consolidar na mentalidade brasileira em um contexto de precário ou inexistente exercício dos direitos civis e políticos. Este panorama trouxe um peculiar caráter assistencialista e patriarcal ao exercício dos direitos sociais.

Sob esta prerrogativa, o presente texto apresenta uma proposta de análise do PNAE como política pública, que combina alimentação e espaço escolar, com o objetivo principal discutir a história, a adesão e as representações sociais do Programa Nacional de Alimentação

²A criação do conceito de Estado do Bem-Estar Social ou *Welfare State* (ESPING-ANDERSEN, 1991, p.98) se deve a movimentos sociais que emergiram durante o século XIX na Europa, que lutaram para exercer o direito pleno de cidadania (termo que se tornou diferente a partir de tais movimentos). Pode-se dizer que o *Welfare State* é um “mecanismo de integração que neutraliza as características destrutivas da modernização, e sua essência reside na responsabilidade pela seguridade e igualdade, realizada por meio de políticas distributivas.” (FLEURY; OUVÉNEY, 2008, p.30).

³O conceito de cidadania é dividido em três elementos (MARSHALL, 1967). O elemento civil composto dos direitos necessários à liberdade individual (liberdade de ir e vir, de imprensa, de pensamento e crença, direito à propriedade e concluir contratos válidos e direito à justiça). O elemento político que se entende como direito a participar no exercício do poder político. E, em terceiro, o elemento social que se refere a tudo que vai do direito mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar plenamente dos benefícios da sociedade (como o sistema educacional e os serviços sociais).

Escolar (PNAE) entendido como uma das mais importantes políticas sociais implementadas ao longo da história do Brasil.

A questão-problema norteadora deste estudo foi a preocupação em entender se o passado assistencialista do programa de alimentação escolar brasileiro poderia ser percebido na representação social e na memória dos envolvidos com este programa.

Com o avançar da investigação bibliográfica, emergiu uma interessante confluência entre o posicionamento e as análises subjacentes aos estudos que envolvem a merenda escolar no Brasil. De acordo com a bibliografia levantada, a maioria destes estudos advém do campo da saúde, especialmente da nutrição⁴. Tornou-se patente a existências de uma lacuna nos estudos da merenda escolar como política social e educacional por pesquisadores das áreas das Políticas Sociais ou da Política da Educação. Sendo assim, viu-se como imprescindível tomar o tema sob o ângulo destas últimas áreas ou campos de análise social.

Desta forma, como meio de entender a representação social dos atores envolvidos, pensou-se em realizar uma pesquisa de caráter qualitativo, envolvendo a observação direta sobre o funcionamento da merenda escolar em uma escola pública localizada na cidade de Campos dos Goytacazes – RJ no intuito de captar as percepções dos alunos, das merendeiras e dos gestores sobre tal refeição.

A partir deste recorte geográfico, a escolha da instituição escolar pesquisada foi realizada por dois motivos principais: nela a merenda é considerada, pelo senso comum, como de ótima qualidade; além disso, pela sua localização geográfica central recebe alunos de diferentes bairros do município, com conseqüente diversidade sócio-econômica entre os alunos.

No que tange à temática⁵ (DEMO, 2001) propriamente dita desta pesquisa, as percepções sobre os meandros envolvidos com a merenda escolar perpassam a autora desde a adolescência, quando, estudando em escola pública, podia participar como usuária da mesma. Neste tempo, nem tão longínquo, mas na margem anterior à descentralização do programa, havia um incômodo pensamento entre merendar, pois somente os desfavorecidos se entregavam à merenda sem dúvidas, ou comprar na cantina, onde a classe média se espremia para comprar “salgadinhos” (quibes, coxinhas, pastéis, entre outros). Os sentimentos daquele momento estão arraigados na memória e hoje, teleologicamente, são analisados.

⁴ Da bibliografia levantada acerca do tema alimentação escolar neste estudo, a maioria é da área da Nutrição, e uma pequena quantidade é da área de Educação.

⁵ Usa-se aqui o que Pedro Demo (2001) nos fala da referência sobre temática, na qual esta seria muito mais ampla em relação a um assunto do que o tema o qual indica um problema mais definido e circunscrito.

Já com a trajetória profissional de nutricionista, a pesquisadora pôde então refletir sobre uma dimensão diferente e aprofundada de tal programa. E, após a inserção na linha de pesquisa de Educação no mestrado em Políticas Sociais, essas reflexões se verteram para o entendimento sobre o funcionamento das estruturas políticas. Políticas essas voltadas a propostas e tentativas de minimizar os agravos sociais brasileiros, bem como sobre os caminhos da educação no Brasil. Isso possibilitou o enriquecimento de uma análise, mais crítica e menos emocional, desta política educacional de importância histórica para o país.

Esta experiência pessoal serviu de estímulo, mas também de cuidado para não responder antes de perguntar. O olhar atento aos alunos, merendeiras e gestores e o esforço para entender os vários lados do programa, desde a sua criação até hoje, pôde trazer lembranças e conclusões que falaram por si mesmas sem precisar de indução memorial.

A partir dessas preocupações que motivaram a pesquisa, os dados e levantamentos realizados foram sendo analisados e descritos em diferentes partes ou momentos, organizados aqui sob a forma de capítulos.

Sob o título de “A trajetória sócio-histórica da merenda escolar: das primeiras iniciativas à identidade como programa”, o capítulo 1 percorre parte da trajetória histórica relatada pelo viés das legislações, decretos, artigos publicados nos jornais da época e estudos sobre o tema⁶. A proposta é perceber características, motivações e problemas que enunciam alguns passos relevantes da merenda escolar no Brasil (ABREU, 1995; STEFANINI, 1997; BEZERRA, 2003, 2009; CALDAS; ÁVILA, 2008; entre outros).

A merenda escolar passa a ser vista por meio de suas iniciativas primordiais e esparsas, sua caracterização como necessidade para a educação de qualidade, sua criação oficial como política pública e episódios sobre sua evolução no período de gestão centralizada.

Para alinhar tal complexidade de fatores, recorre-se, entre outros aspectos analíticos, à lente de alguns historiadores. Desta maneira, lança-se mão da trajetória histórica enfocando o que o historiador Aróstegui (2006) diz:

A historiografia não pode observar o passado humano; nem a cosmologia o passado do universo, nem a geologia o da terra, nem a psicologia os estados mentais ou mentes sucessivas que um homem atravessa. Mas as ciências estudam fenômenos que estão à vista ou que não estão. Alguns estudam ambos os tipos, e a historiografia inclui-se entre elas. A historiografia não é o estudo do passado, mas o estudo do comportamento social temporal, e parte deste conhecimento está à vista... (ARÓSTEGUI, 2006, p. 480).

⁶ A pesquisa sobre os jornais da época se deram pela pesquisa *on line* no site da Hemeroteca Digital Brasileira.

No intuito de não se perder essa perspectiva histórica, o Capítulo 2 tem como preocupação central expor o atual funcionamento e a operacionalização do programa, bem como discutir a sua atual caracterização teórica como direito de todos os alunos da escola pública, garantido desde a Constituição de 1988. Para isso, propõe-se uma pequena contextualização histórica dos fatores predisponentes das descentralizações que se generalizaram nas políticas sociais no Brasil de então (ARRETCHE, 1999; HÖFLING, 2001; BEZERRA, 2003; POCHMANN, 2004; entre outros).

Viu-se como necessário neste capítulo percorrer as diretrizes vigentes do PNAE desde esta época até os dias atuais no intuito de alinhar o pensamento sobre a sua atribuição como suplementação de carências nutricionais.

Outros objetivos deste capítulo foram o de levantar dados sobre a adesão dos alunos ao PNAE, no sentido de entender a relação que há entre a merenda escolar, a vulnerabilidade social e a sua utilização como ferramenta de segurança alimentar.

Por fim, no Capítulo 3, apresenta-se a experiência e análise do campo de pesquisa sob o olhar da pesquisadora. São identificadas algumas representações sociais de três grupos de atores envolvidos na merenda escolar, os alunos, as merendeiras e os gestores – captadas através de suas falas e de seus silêncios.

Para atender aos objetivos propostos, o texto se apóia na metodologia de análise histórica, recorrendo à pesquisa bibliográfica, a estudos nos campos da nutrição, da educação e das políticas sociais.

A partir de tais referenciais, passou-se à observação direta realizada pela pesquisadora nos horários em que as refeições eram preparadas e servidas na escola. O cotidiano da oferta da merenda escolar permitiu formular questionamentos que poderiam ser respondidos pelos atores os quais estavam sendo o foco da pesquisa. Então, com o referencial da pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN, 1994; CLANDININ; CONNELLY, 2011; MINAYO, 2012), propôs-se entender os sentimentos sobre as questões idealizadas que puderam ser apreciados pela fala dos entrevistados, por meio da realização de entrevistas semi-estruturadas com os atores escolhidos.

Sendo assim, o texto que agora se apresenta possui uma diversidade de referências que fazem sentido à tentativa de análise do objeto de estudo proposto. Essa diversidade inclui aspectos da formação acadêmica e profissional da autora, bem como dos textos e regulamentações que versaram sobre o tema. É possível entender que há um grande desafio para quem se enreda pelo estudo desta política educacional, principalmente quando se deseja

perceber as representações sociais a ela atribuídas. Isto porque, a riqueza expressa nas falas, ações e vivências dos sujeitos envolvidos no PNAE fazem com que haja muito ainda o que se discutir e pensar sobre esse grande programa social brasileiro.

Assim, a reconstrução da trajetória histórica do programa de alimentação escolar no Brasil, exige um grande fôlego, tamanha extensão temporal, territorial, enorme grupo de atendidos e diversidade de rumos políticos os quais somam uma grande quantidade de informações e uma trajetória histórica em contínua construção.

Sob esta ótica, deve-se então prevenir que não foi a intenção exaurir tal trajetória – feito, aliás, há muito deixado de lado pelos historiadores – mas tentar ver na mesma “a singularidade reconstruída” no lugar de uma “regularidade descrita” (GRENIER, 1998, p.185).

Capítulo 1

A TRAJETÓRIA SÓCIO-HISTÓRICA DA MERENDA ESCOLAR: DAS PRIMEIRAS INICIATIVAS À IDENTIDADE COMO PROGRAMA

Para que a merenda represente um fato pedagógico, embasada no reconhecimento dos direitos de cidadania e não no assistencialismo, que não reconhece a necessidade de transformação e mobilização da sociedade, deverá fazer-se acompanhar de uma política educacional sofisticada. (CECCIM, 1995, p.67).

O capítulo tem a intenção de perceber no passado da merenda escolar brasileira “evidências fragmentárias” da construção desta política educacional cercada de “elementos tomados do contexto” (GINZBURG, 2011, p.354) em que esta mesma se desenvolveu. Desta forma, poder entender como, sob quais circunstâncias, embasada em quais argumentos oficiais, e também os corriqueiros, a merenda haveria de ter se formado como política social direcionada à educação e como imaginário dos envolvidos.

Procura-se coligir elementos de uma construção histórica na tentativa de um entendimento sobre a “manifestação da diferença de opção entre os indivíduos, uma diferença que implica ser o mundo dos valores um espaço de escolha” (GEREMEK, 2013, p.278).

Para a construção desta ideia do passado utiliza-se a legislação da época, a qual pode ser entendida como “invulgar registro de valores e de ideias característicos de um determinado período histórico” (INÁCIO FILHO; SILVA, 2011, p.217). Assim como trechos de jornais da época tratada e por fim, textos advindos de pesquisa sobre o tema.

1.1 As primeiras iniciativas

O processo de oferecimento de alimentação durante o período escolar foi gradativo no Brasil desde o começo do século XX. Não sendo este processo linear e gradativo. Houve períodos históricos do oferecimento da merenda escolar em que se puderam ver avanços e outros em que este processo parecia declinar. Em uma pesquisa exploratória realizada no

Diário Oficial da União no período de 1900 até 1930 pode-se notar que a merenda escolar foi entendida como de responsabilidade financeira do governo federal pioneiramente nas escolas de ensino profissionalizante, destacando-se aqui neste estudo as chamadas Escolas de Aprendizes Artífices (EAA)⁷.

Nestas escolas o oferecimento da refeição foi entendido como sendo necessária para que houvesse uma melhoria nas condições de aprendizagem da população escolar atendida.

Contudo este financiamento ainda não era caracterizado como um programa de oferecimento contínuo e homogêneo para todos os estudantes atendidos pelo ensino público. Não podendo ser identificada pela pesquisadora a menção da merenda escolar nos grupos escolares ou escolas isoladas nos documentos oficiais de legislação da época.

Um fato interessante a se ressaltar é que as Escolas de Aprendizes Artífices (EAA) foram criadas em 1909, pelo Decreto nº 7.566 de 23 de Setembro pelo então Presidente da República Nilo Peçanha. Esta modalidade de escola era direcionada para alunos de 10 a 13 anos, os quais se interessassem em aprender um ofício. Foram escolas criadas nas capitais do país, excetuando-se uma que foi instalada no município de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, berço e nicho político do então presidente (RODRIGUES, 2014).

Uma das finalidades desta iniciativa educacional seria ministrar “ensino prático de conhecimentos técnicos em que se formariam operários e contramestres, sendo a renda dos artefatos produzidos pelos jovens, revertida para a própria instituição” (CIMINO, 2013, p.125).

No decreto de criação destas escolas era especificado que o atendimento deveria ser a preferencialmente para os filhos de pessoas “desfavorecidas da fortuna”, segundo o termo do mesmo decreto:

Considerando:

- que o aumento constante da população das cidades exige que se facilite às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência;
- que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade ignorante, escola do vício e do crime;
- que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à Nação (BRASIL, 1909, p.1).

⁷ Esta pesquisa foi realizada pela própria pesquisadora deste estudo, através de pesquisa *on line* no site do Diário Oficial da União.

Pode-se perceber que o financiamento desta época, anterior à criação da Campanha Nacional da Merenda Escolar, era entendido como um direito destes alunos das escolas profissionalizantes, mas que, frequentemente, apresentava descontinuidades no seu fornecimento. Sendo que, por muito tempo, parte deste financiamento da alimentação escolar se dava com a utilização das caixas escolares.

As Caixas Escolares se apresentaram no Brasil em 1911 por uma lei conhecida por Lei Bueno Brandão com a finalidade de promover a frequência dos alunos à escola, assim como proporcionar auxílio aos alunos carentes (CARVALHO; BERNARDO, 2012). O financiamento destas caixas era realizado com recursos diversos, como:

[...] as jóias e subvenções pagas pelos sócios; o produto das subscrições, quermesses, teatros, festas, etc.; donativos espontâneos e legados; gratificações às quais não fariam jus os professores licenciados ou faltosos, que deviam ser solicitados pelo diretor à Coletoria local; e finalmente, com o produto líquido das multas do art. 414 n.10 (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p. 147)

As Caixas Escolares tinham objetivos referentes à “assiduidade escolar e sua atuação era restrita aos alunos considerados exageradamente pobres” (CARVALHO; BERNARDO, 2012, p.147) e em diversas ocasiões é percebida sua associação com a merenda escolar, sendo referenciado até como condicionante da oferta da merenda.

É tangível apontar para a relação sobre o entendimento da merenda escolar como direito do aluno, não como atualmente se define na Constituição Federal, mas certamente poderia ser apontado como o embrião de tal definição. Assim, é possível ilustrar este pensamento como exposto pelo Expediente do “Director de Despesa Pública”⁸ em 30 de Agosto de 1923, publicado no Diário Oficial da União em 01 de setembro de 1923, no qual o direito do aluno à merenda escolar é mencionado:

N. 218 - O director da Despesa Publica do Thesouro Nacional, satisfazendo o que solicitou o Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, em aviso n. 4.284, de 9 de agosto do 1923, autoriza o Sr. collector da I' Colectoria Federal de Campos a effectuar o pagamento, no corrente anuo, da inclusa folha da merenda escolar a que toem direito os alumnos da Escola de Aprendizes Artífices da referida cidade. A despesa, na importancia do 6:795\$, correrá á conta da verba 6ª, «Escolas de Aprendizes Artifices - Material IV - Para merenda *escolar*. etc., do orçamento vigente do citado ministerio (BRASIL, 1923, p. 24366).

⁸ Optou-se por manter a grafia utilizada nos trechos selecionados encontrada no DOU. Ressalta-se que esta grafia não foi comparada com a utilizada academicamente na época, somente reproduzida *ipsis literis* conforme encontrada no documento.

Já no ano de 1925, destaca-se o uso das Caixas Escolares para a merenda com o consentimento e indicação do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, responsável pelas Escolas de Aprendizes Artífices, por intermédio de despachos da Diretoria de Despesa Pública, o qual se comprometia a ressarcir o dinheiro da Caixa escolar empregado na merenda escolar, recomendando sua devida comprovação documental (BRASIL, 1925). Como pode ser observado no trecho do Diário Oficial da União do dia 17 de junho de 1925⁹:

Sr. director da Escola de Aprendizes Artífices do Estado do Rio de Janeiro — Campos: N. 2.321 — Declara que, em relação à suspensão da merenda escolar, que determinou a baixa, na matricula de alumnos, declaro que este ministerio, por aviso nº 2.231, de 2 de maio do anuo passado, solicitou a distribuição ao Thesouro Nacional do credito de 2:918\$032, destinado a Caixa de Mutualidade dessa escola, por intermédio da Collectoria Federal dessa cidade, e pede informações sobre os motivos que determinaram o não pagamento da merenda visto como poderia ter sido feito com os recursos da referida caixa (BRASIL, 1925b, p. 13000).

Concomitante ao ideário de formação profissional idealizado pela política vigente, podia ser notada também uma simpatia em disseminar “práticas então tidas como científicas no campo da Pedagogia”. Um exemplo desta disseminação citado pela pesquisadora Carvalho (2006) é a “instalação, em 1914, do Laboratório de Pedagogia Experimental, no Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica, anexo à Escola Normal Secundária de São Paulo” (CARVALHO, M. 2006, p.292). O objetivo de tal laboratório era a ampliação de estudos teóricos e práticos da pedagogia, com o “estudo científico da infância” (CARVALHO, M. 2006, p. 293). O resultado esperado pretendia entender o tipo físico e constituintes psicológicos que permitissem a “seleção e a composição da clientela escolar [...] em *classes homogêneas* [...] maximizando o ensino simultâneo e seriado” (CARVALHO, M. 2006, p. 299).

Neste sentido, a saúde e a educação apresentavam-se para os promotores destas iniciativas como “indissociáveis” (CARVALHO, M. 2006, p.305), fazendo com que este pensamento promovesse um movimento político, estreitando a relação entre estas duas áreas do conhecimento e facilitando a promoção de políticas sociais com o viés higienista.

⁹ Fez-se a opção pela citação de trechos onde a Escola de Aprendizes Artífices (EAA) de Campos é mencionada, devido ao fato deste estudo apresentar pesquisa de campo em uma escola do mesmo município. Apesar disso pode-se perceber a menção das outras 18 EAA espalhadas pelo Brasil na mesma época e sob os mesmos referenciais de menção ao financiamento da merenda escolar.

Como aponta Araújo (2011), as autoridades tomaram a cruzada de levar as medidas de higiene para a população infantil mais pobre no intuito de protegê-los das recorrentes doenças infecto-contagiosas que assolavam a sociedade de então. Sendo assim, diversos cargos públicos estavam sendo ocupados por médicos.

[...] os efeitos dos discursos da ‘pedagogia da higienização’ levaram muitos médicos a assumir posições importantes no governo. Estava sacramentada a conjunção de interesses médico-estatais sobre a população. No discurso do saber médico, a criança torna-se importante alvo da prática disciplinadora da Medicina Higienista, na medida em que era considerada dócil, ingênua e moldável ao projeto da sociedade que se queria formar (ARAÚJO, 2011, p. 178).

O papel da escola na formação dos cidadãos era nesta época definido como crucial. Tinha-se a convicção de que as práticas escolares poderiam formar uma sociedade tal como se idealizava. Este ideário pôde ser percebido por meio de práticas voltadas a “aquisição de modos de viver, desenhados segundo os propósitos de preservar a saúde, prevenir as doenças, conjurar a morte e moralizar os costumes” (ROCHA, 2010, p.159)

Este ideário de educação sob o viés higienista não estava somente voltado às crianças pobres, nas quais “era preciso prevenir a tendência ‘natural’ à corrupção e à criminalidade”, mas também as crianças filhas de famílias abastadas eram disciplinadas no regime educacional vigente “por meio das rígidas regras dos colégios, como ocupações como ginástica e longas atividades escolares” (ARAÚJO, 2011, p. 179).

Os discursos de então estiveram voltados para a valorização da infância e sobre a mitificação da ciência, “tendo como foco a educação”, instituindo a construção de uma “adjetivação e formas de controle a partir das quais as infâncias foram pensadas e prescritas na edificação de uma arquitetura social ordenada, pacífica e asséptica, baseada em manuais de conduta médicos e jurídicos” (CAMARA, 2011, p. 19).

A preocupação do Estado com as crianças desvalidas vinha tomando forma de problema social desde o alvorecer do século XX, tomando maiores dimensões com “a greve geral promovida pelos anarquistas em 1917” (PASSETTI, 1998, p.365) motivada por denúncias contra a exploração do trabalho infantil nas indústrias paulistanas.

Dentre os planos de ação do governo para minimizar o problema com a infância desvalida, estaria a tentativa de levar as crianças pobres para a escola, o que não ocorreu efetivamente. Para muitas destas crianças mais carentes socioeconomicamente, a escola se caracterizaria como “local prioritário para a obtenção de alimentos, através da merenda”, não

conseguindo preencher as lacunas de carência social (PASSETTI, 1998, p.365) em prol da diminuição da marginalização das mesmas.

As ações promotoras da escolarização, a partir de 1918, tomaram fôlego no Estado do Rio de Janeiro, com a criação de diversos grupos escolares, com “prédios higiênicos, amplos e imponentes [...], realizando um movimento sintonizado com o contexto do pós-guerra, de contestação à estrutura política oligárquica brasileira, acompanhado pelos desejos de uma modernização pedagógica aliada ao sentimento nacionalista que se intensificava com a aproximação do centenário da Independência do Brasil” (RODRIGUES, 2014, p. 145).

Mais adiante no tempo, ao final da década de 1930, havia uma discussão mais clara da importância da alimentação para uma educação de qualidade. Estavam surgindo novas pesquisas em saúde pública que apontavam para os agravos causados na população brasileira devido às carências nutricionais que serão mencionadas mais a frente no texto. As Caixas Escolares passam então a ter um papel crucial no fornecimento da merenda escolar. Como pode ser observado no Diário Oficial do dia 29 de agosto de 1939, no expediente dado pelo Secretário Geral da Educação e Cultura no Boletim nº 195, a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro regulamenta tal utilização:

Expediente do dia 28 de agosto de 1939

Atos do Sr. Secretário Geral da Educação e Cultura:

Considerando ser uma das condições primordiais para que o escolar possa aproveitar a contento o ensino, que lhe é dado, deve encontrar-se bem alimentado;

Considerando exprimir-se por avultada cifra, o número de crianças desnutridas, que freqüentam as escolas públicas da Prefeitura, sem que tenham em casa recebido refeição suficiente;

Considerando que problema da alimentação se acha muito intimamente ligado ao do ensino, cumprindo a administração cuidar ao mesmo tempo de um e de outro;

Considerando que a distribuição de merendas representa uma das formas mais valiosas de emprêgo dos recursos das "Caixas Escolares", e que, por outro lado, a generosa, oportuna e patriótica iniciativa do Sr. Ministro da Guerra, general de divisão, Eurico Gaspar Dutra, logo nobremente secundado pelos senhores comandantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, de oferecê-las às escolas próximas aos quartéis facilita apreciavelmente, o estabelecimento de um serviço, instituindo-os;

Resolve;

1º) A todos os alunos das escolas elementares da Prefeitura, seja fornecida, diária e gratuitamente, uma merenda;

2º) Para colaborar na assistência à criança, em particular a manutenção do "Serviço de Merenda", consoante o dispositivo constitucional em vigor, os alunos contribuirão na medida das posses dos pais ou tutores, até dez mil réis mensais, excetuados os reconhecidamente desprovidos de recursos;

3º) Em cada escola, 70% no mínimo da renda bruta da respectiva *Caixa Escolar* serão destinados ao Serviço de Alimentação;

[...]

11º) A administração do "Serviço de Merendas" será informado mensalmente da quota destinada à Assistência Alimentar e do número de alunos a atender em cada escola;

[...]

14º) A despesa do 'Serviço de Merendas', em cada escola, será calculada tomando-se por base o número de alunos a atender e o mínimo de custo de uma merenda;

15º) Estabelecido o mínimo a gastar em cada merenda, o Superintendente de Educação de Saúde e Higiene Escolar dará sua opinião sobre a natureza da merenda;

16º) As diretoras de escola promoverão reuniões periódicas de pais de alunos e outros moradores do lugar para informá-los dos benefícios a prestar à criança, dos benefícios prestados pela escola e do muito que toda pessoa bem intencionada pode fazer nesse sentido concorrendo ou com dinheiro ou com donativo em espécie ou com trabalho de qualquer natureza:

[...]

Estas instruções, acima citadas, são interessantes para a análise de alguns pontos. Trata-se de um expediente referido para o Município do Rio de Janeiro, com uma estrutura da alimentação escolar e educacional mais organizada. Fernandes (2012) aponta que, por ter sido a capital do país até 1960, o Rio de Janeiro se destacava “por haver na educação pessoas com interesse na alimentação escolar, dispuha de uma quantidade superior de verbas, serviços e especialistas interessados na subnutrição infantil” (FERNANDES, 2012, p.23). Completando que “por haverem maiores recursos, conhecimentos e capacidades, os escolares do Rio de Janeiro não só tiveram um padrão de atendimento melhor que em outros lugares, como o obtiveram antes” (FERNANDES, 2012, p.24), este cenário possibilitou o pioneirismo na instituição da alimentação escolar no município.

Nota-se que as considerações iniciais de tal expediente mostram claramente sua preocupação e direcionamento para as crianças desnutridas, consideradas como maior percentual dos alunos frequentadores das escolas públicas municipais, que não tenham “em casa recebido refeição suficiente”. Há uma associação realizada no expediente sobre o “problema da fome” com o “problema da educação”, tomando para a administração escolar a responsabilidade de contornar tal situação de má-alimentação com a evasão ou o baixo rendimento escolar.

Apesar do artigo primeiro do expediente citar que a merenda se destina gratuitamente a todos os alunos das escolas elementares, no artigo segundo há uma instrução para a contribuição financeira dos alunos “na medida das posses dos pais ou tutores, até dez mil réis

mensais”, mas ressalvando que fossem dispensados de pagamento “os reconhecidamente desprovidos de recursos”.

De acordo com estas afirmações pode-se entender uma possível relação já neste período, da merenda com a vulnerabilidade social, um embrião do ideário de promotora de segurança alimentar e nutricional para esta refeição mantida até os dias atuais com o incentivo da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO - ONU) no seu Projeto de Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar firmado entre países da América Latina¹⁰.

No artigo décimo sexto foi indicada a necessidade de promover para a comunidade do entorno escolar o conhecimento dos benefícios da merenda com o intuito de favorecer uma sensibilização junto à mesma, no sentido de promover a contribuição financeira ou operacional imprescindíveis para o funcionamento do Serviço de Merenda. Caracterizando uma importante participação social na oferta da merenda sob o invólucro das caixas escolares (CARVALHO; BERNARDO, 2012).

O período histórico e social no qual se desenvolvem os primeiros passos da merenda escolar no Brasil é também apontado como um reflexo dos novos olhares sobre a infância. Como Cambi (1999) chama atenção, a infância passou a ter um foco especial no alvorecer do século passado, diferenciando-se, no que tangia à educação, do modo tradicional de entender este grupo. O autor cita o entendimento desta nova realidade no:

[...] rico florescimento, entre o fim do século XIX e os anos 30 do século XX: propostas de valorização da criança como protagonista do processo educativo e ‘também colocá-la no centro de toda iniciativa didática, opondo-se às características mais autoritárias e intelectualistas da escola tradicional’ (CAMBI, 1999, p.549).

Na mesma direção da necessidade de haver um tratamento especial a determinado grupo populacional, acentuaram-se as novas perspectivas para a classe trabalhadora. No período da década de 1930 os trabalhadores puderam, com seus direitos recém adquiridos, adicionar a estes o entendimento da necessidade de uma alimentação de qualidade. Tanto no sentido da promoção a sua saúde, como para o aumento da produtividade vislumbrada e requerida pela indústria.

10 Tratar-se-á mais adiante no texto sobre o referido Projeto da FAO.

Neste intuito, no ano de 1940, pelo Decreto-Lei nº 2.478, de 05 de agosto, foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), órgão vinculado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio que apresentava o objetivo de promover:

- I - Ampla divulgação nos meios trabalhistas, das vantagens que tem o trabalhador de se alimentar convenientemente, bem como, nos meios patronais, da utilidade de se lhe garantir alimentação adequada e oportuna.
- II - A propaganda dos órgãos do Serviço encarregados de fornecimento de refeições aos trabalhadores.
- III - A formação, na coletividade, de uma consciência familiarizada com os aspectos e problemas da alimentação.
- IV - A instalação e funcionamento de restaurantes destinados aos trabalhadores.
- V - O fornecimento de alimentos, por parte das empresas, nos refeitórios de que tratam os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 1.238, de 2 de maio de 1939.
- VI - A seleção dos gêneros alimentícios e o barateamento dos respectivos preços.
- VII - O funcionamento dos órgãos necessários à integral execução dos seus trabalhos, conforme determinar o regulamento deste decreto-lei (BRASIL, 1940, p.1).

Apointa-se para uma das finalidades explicitadas no seu regimento posterior, datado de 1958, a de “desenvolver na coletividade brasileira e, especialmente, nos meios trabalhistas, uma noção definida das bases da alimentação racional e de suas vantagens” (BRASIL, 1958a, p.1). Desta forma foi-se ampliando a discussão a respeito da importância de uma alimentação adequada, tanto em setores institucionais como nas várias camadas da população. O SAPS, nesta época, era o “eixo dorsal da política previdenciária, oferecendo cobertura aos empregados da indústria, do comércio, da estiva, do setor de transportes e cargas e do sistema bancário” (STEFANINI, 1997, p.27).

Houve neste período um reflexo no pensamento “pedagógico, na legislação de ensino e nas iniciativas pela ampliação de oportunidades escolares” – impulsionador da merenda ao nível nacional – e do “avanço da internacionalização da economia” que por intermédio de seus empréstimos de capital financeiro aprofundou o Brasil com “crises, as desigualdades sociais, o processo de exclusão e miséria” (XAVIER, 1994, p. 211).

Este panorama de otimismo e avanço do desenvolvimento escondia grandes dicotomias em relação à população brasileira que se esgueirava entre o avanço do país e o igualmente avanço da miséria. Para Freitas e Biccás (2009) estudos como “Geografia da Fome” de Josué de Castro (1984) pretendiam a todo custo fazer entender e “convencer instâncias políticas do Brasil” e também as instâncias do exterior “que nossa desigualdade não era somente um grau de oscilação entre o rústico-rural e o moderno-urbano”, mas que ela

tinha um perfil de “processo de contínua desumanização de muitos brasileiros” (FREITAS; BICCAS, 2009, p. 130).

Para o professor Vasconcelos (2008) o propósito do estudo de Josué de Castro¹¹ (1984) era de “realizar uma sondagem de natureza ecológica sobre o fenômeno da fome no Brasil, orientado pelos princípios geográficos da localização, extensão, causalidade, correlação e unidade terrestre” (VASCONCELOS, 2008, p.2711). Isto no intuito de entender como a fome exerce uma “ação despótica, quase determinante, na ronceira evolução social dos grupos humanos que ali vivem” (CASTRO, 1984, p. 60).

Diversos pesquisadores, contemporâneos a Josué de Castro, contribuíram para o desenvolvimento de uma consciência sobre a necessidade de uma alimentação adequada para um bom desenvolvimento físico e cognitivo, a qual favoreceu a implementação da merenda escolar como uma política social de importância para o país. Pode-se citar Francisco Pompêo do Amaral, pesquisador e médico que atuou na área de nutrição no estado de São Paulo, preocupado em formar técnicos preparados para disseminar conhecimentos sobre a alimentação saudável, bem como com a melhoria da nutrição dos escolares e com alternativas agrícolas que diminuiriam os agravos alimentares da nossa população (CARVALHO, 2013).

Neste contexto, o Estado brasileiro se propôs a assumir a condução de políticas que buscassem amenizar o problema da fome mostrado pelos estudos sobre a nutrição da população brasileira. Assim, a nutrição passou da condição de apenas mais um campo de saber para o de uma política pública (SOBRAL; COSTA, 2008).

Uma das iniciativas que se destaca foi a do médico nutrólogo Dante Costa, na mesma década de 1940, então chefe da Seção Técnica do SAPS, em promover o oferecimento de um desjejum para este público, com a preocupação de atender, nesta refeição, as necessidades nutricionais dos mesmos. Segundo Stefanini (1997, p.32) esse desjejum podia ser considerado bastante variado, contendo “um sanduíche de carne, de galinha, ovo ou queijo, um copo de leite e uma fruta”. Aos poucos o desjejum passou a integrar vários municípios no Brasil e serviu de inspiração para outros programas tais como “o desjejum dos filhos dos operários”, o “copo de leite do escolar” e as “sopas escolares” (ROSENBERG, 1972 *apud* STEFANINI, 1997, p.31).

¹¹Josué de Castro foi um importante pesquisador e atuante no que se refere à nutrição. Seu nome foi recorrente a estes temas a partir da década de 1930, quando então realizou o primeiro inquérito alimentar nacional com o intuito de verificar carências nutricionais na população brasileira. “Seus resultados revelaram um regime alimentar insuficiente e carenciado, rico em carboidrato e de baixo valor biológico” (STEFANINI, 1997, p.25). Na Sociedade Brasileira de Alimentação teve papel de liderança na formação de novos paradigmas da ciência da nutrição, “formando um paradigma sólido e hegemônico, que servia de referencial na orientação de intervenção pública.” (STEFANINI, 1997, p.27).

Porém estas ações não tiveram efetividade ao longo do tempo, principalmente por falta de recurso financeiro (CALDAS; ÁVILA, 2013). Além disso, eram restritos a certas camadas da população trabalhadora, estando vinculado aos grupos atendidos pela seguridade social, o que gerava uma exclusão de camadas populacionais e conseqüente insatisfação das mesmas. Contudo deixaram como legado o ideário de importância de tal alimentação para esta faixa etária.

Em 1950 houve no Brasil a criação do chamado Plano SALTE (BRASIL, 1950), que preconizava uma estratégia de desenvolvimento do país com base em empreendimentos, assim denominadas no texto da Lei, nas áreas da saúde, alimentação, transporte e energia.

Este plano pretendia a realização de diversas ações com o seu respectivo volume de financiamento. No que se refere ao setor saúde, a atenção se dividia em campanhas contra doenças infecto-contagiosas, campanha de combate ao câncer, assistência psiquiátrica, assistência médico-hospitalar – direcionada principalmente às gestantes, puérperas, lactantes, lactentes¹² – engenharia alimentar – contemplando obras de saneamento básico – higiene e segurança do trabalho, educação sanitária – prevendo “ajuda aos Estados, com o fim especial de promoverem cursos de graduação para a formação de educadores sanitários nas escolas normais” – bolsas para a formação do profissional médico, a construção da Escola Nacional de Saúde Pública no Rio de Janeiro e, na área da assistência alimentar, na qual se previa a ampliação da construção de restaurantes populares, bem como o incentivo financeiro a pesquisas sobre “hábitos alimentares regionais, seu aproveitamento adequado e educação alimentar” (BRASIL, 1950, p. 4).

O contexto era favorável ao desenvolvimento de políticas sociais que contemplassem a alimentação. Pode-se destacar que em contribuição na condução deste pensamento, segundo Abreu (1995), foram as três Conferências sobre Nutrição da América Latina – a 1ª ocorrida em Montevideo no ano de 1948, a 2ª sediada no Rio de Janeiro em 1950 e a 3ª alocada em Caracas no ano de 1953. Nestas conferências, pesquisadores discutiam, dentre outras coisas, sobre a necessidade de fornecer alimentação adequada às crianças em idade escolar, garantindo um melhor desempenho do aprendizado e diminuição da evasão escolar – que então se acreditava estar ligada ao fornecimento da merenda escolar. Ressalta-se que a garantia de uma qualidade nutricional da alimentação da população vinha se tornando uma

¹² Entende-se por puérperas aquelas mulheres que estão no período compreendido entre o pós-parto até o 45º dia subsequente. Já as lactantes são aquelas mulheres que estão em qualquer etapa da amamentação; e, finalmente, lactentes são os bebês do nascimento até o 1º ano de vida (MAHAN, 2002).

preocupação do Estado e por meio das políticas públicas de saúde este poderia exercer papel regulador entre interesses político-econômicos e a situação nutricional da população atendida.

1.2 A criação oficial da Campanha de Merenda Escolar

Em 31 de março de 1955, foi assinado o Decreto nº 37.106, que instituiu a Campanha de Merenda Escolar (CME), subordinada ao, então, Ministério da Educação e Cultura. Em 1956, com a edição do Decreto nº 39.007, de 11 de abril de 1956, ela passou a se denominar Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), com a intenção de promover o atendimento em âmbito nacional. Bezerra (2003, p.452) destaca que essa mudança de nomenclatura intencionava, uma vez que estava longe de ser praticada, abranger todo o território nacional e, por outro lado, evidenciava a adesão ao “otimismo da ideologia desenvolvimentista” (MELLO; NOVAIS, 1998, p.560), do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960).

Como se pode ver no decreto de regulamentação da CNME, havia uma política de investimentos estrangeiros e interesses de particulares na continuidade do programa de merenda escolar, mencionando “convênios com entidades internacionais, inclusive para obter facilidades cambiais e de transporte para sua cessão a preços mais acessíveis” (BRASIL, 1956, p.01).

Art. 1º É instituída, na Divisão de Educação Extra-Escolar do Departamento Nacional de Educação, a Campanha Nacional de Merenda Escolar.

Art. 2º Cabe a Campanha Nacional de Merenda Escolar, dando cumprimento ao que dispõe o item 3º, alínea b, do art. 2º do Regimento aprovado pelo Decreto nº 34.078, de 6 de outubro de 1953:

- a) incentivar, por todos os meios a seu alcance, os empreendimentos públicos ou particulares ou que se destinam a proporcionar ou facilitar a alimentação do escolar, dando-lhe assistência técnica e financeira.
- b) estudar e adotar providencias destinadas a melhoria do valor nutritivo da merenda escolar e barateamento dos produtos alimentares, destinados a seu preparo;
- c) promover medidas para aquisição desses produtos nas fontes produtoras ou mediante convênios com entidades internacionais, inclusive para obter facilidades cambiais e de transporte para sua cessão a preços mais acessíveis.

Art. 4º Os encargos da Campanha serão atendidos com recursos orçamentários específicos e os provenientes das entidades indicadas no artigo anterior, a título de contribuição ou de auxílio. (BRASIL, 1956, p.01)

Em consonância, no decreto nº 40.052, de 1º de Outubro de 1956, sobre a utilização dos recursos destinados à CNME, percebe-se mais detalhadamente a presença das diversas instâncias – públicas e particulares – envolvidas no financiamento da alimentação escolar.

Art. 4º As atividades da Campanha Nacional de Merenda Escolar serão custeadas com os recursos de um Fundo Especial, depositado em conta especial, no Banco do Brasil, a ser movimentada pelo Superintendente e constituído de:

- a) contribuições que forem consignadas nos orçamentos da União, Estados, Municípios, entidades paraestatais e sociedades de economia mista;
- b) contribuição proveniente de acordos e convênios com entidades públicas e privadas;
- c) donativos, contribuições e legados de particulares;
- d) renda do património sob a guarda e responsabilidade da Campanha;
- e) tôdas e quaisquer rendas eventuais.

Parágrafo único. A aplicação desses recursos será feita rigorosamente de acôrdo com o Plano apresentado, anualmente, pelo Superintendente da Campanha Nacional de Merenda Escolar, à aprovação do Ministro de Estado da Educação e Cultura, no qual serão discriminados os serviços a serem executados, a modalidade de financiamentos e os respectivos orçamentos (BRASIL, 1956b, p.01).

A Campanha Nacional de Merenda Escolar estava sob a égide da Divisão Extra-Escola do Ministério da Educação e Cultura, órgão que pelo seu regimento datado de 04 de fevereiro de 1958, pretendia, dentre outras coisas, “prestar às coletividades estudantis a assistência material e técnica, que se fizer necessária ao seu desenvolvimento e progresso, e promover as medidas tendentes à melhoria das condições de vida dos estudantes em geral, notadamente no que concerne aos problemas de alimentação e moradia”. Em outro artigo expõe que é de competência deste órgão “coordenar e auxiliar os empreendimentos públicos e particulares destinados a proporcionar alimento, habitação, livro e outros benefícios materiais aos estudantes” (BRASIL, 1958b, p. 2).

Deve-se considerar que as escolhas alimentares sofrem influência das preferências e hábitos, mas são “muito mais determinadas pelo sistema de produção e abastecimento de alimentos” (BRASIL, 2005, p.126). Pode-se apontar um exemplo disto quando foram iniciados os programas de ajuda alimentar no Brasil, estabelecidos e regulamentados pela ONU (Organização das Nações Unidas), FAO e UNICEF no início da década de 1950. Neste período foi estimulada a compra, aliada a uma doação significativa realizada por estes órgãos mundiais, dos excedentes de produção dos Estados Unidos e Canadá, com o intuito de escoar

tal excedente, resultado de um grande desenvolvimento agrícola destes países que ficou conhecido como “Revolução Verde” (GOLDENBERG, 1989 *apud* STEFANINI, 1997, p.30).

Os programas de suplementação de então foram planejados, fomentados e organizados utilizando tais alimentos como complementares na alimentação de alguns grupos populacionais, dos quais destacamos os escolares¹³. A utilização de leite em pó fortificado deu início a um período de estímulo ao consumo de alimentos modificados.

É interessante ressaltar que no período em que a produção dos EUA e do Canadá voltou à escala normal, em fins da década de 1960 e no início da década de 1970, houve uma mudança no perfil da merenda escolar no Brasil. O governo brasileiro foi “obrigado a complementar o valor doado, com dotações significativas”, que deveriam ser utilizadas na aquisição de gêneros alimentícios modificados, como leite enriquecido com farinhas, e outros cereais para uso em sopas e mingaus (COIMBRA E COL., 1982 *apud* STEFANINI, 1997 p.36).

Este grupo de alimentos modificados recebeu o nome de “alimentos racionais” porque têm a sua composição nutricional natural modificada pela indústria para atender a uma necessidade nutricional específica da clientela para a qual se destina. Neste contexto estes alimentos foram enriquecidos com vitaminas, minerais e proteínas no intuito de combater algumas carências nutricionais identificadas na população.

A participação da sociedade era estimulada pelo governo, a fim de promover uma ajuda financeira na manutenção da merenda escolar nas escolas brasileiras. No Decreto nº 45.568, de 13 de Março de 1959, expedido pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek, é instituída a medalha do “Mérito na Alimentação Escolar” conferida “aos que, por seus esforços, realizações e dedicação em favor da assistência e da educação alimentar dos escolares, se tornem merecedores de distinção” (BRASIL, 1959, p. 01). É interessante saber que sua denominação foi modificada em 1984 para “Medalha do Mérito na Assistência ao Estudante”, não tendo mais uso ao longo dos anos, mas nunca fora revogado tal decreto.

Para ilustrar este decreto interessante, pode-se trazer uma reportagem publicada no Correio da Manhã – RJ, de 03 de março de 1967, quando tal medalha foi conferida ao então Diretor-executivo do Programa Mundial de Alimentação (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU), Sr. A. H. Boerma, “por seus esforços para a realização de um programa-piloto a ser efetuado no Vale de São Francisco, através da Campanha Nacional de Alimentação

¹³Outros grupos também eram beneficiários destes programas de alimentação. Eram utilizados suplementos também nos SAPS os quais eram responsáveis por fornecer alimentação aos trabalhadores segurados pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP) (STEFANINI, 1997, p.27). Além disso, gestantes eram orientadas sobre a alimentação e eram beneficiadas da doação de leite como forma de complementação de sua dieta.

Escolar”. O programa-piloto previa atendimento nos estados de Minas Gerais, Bahia, Pernambuco e Piauí, “sendo o maior investimento do PMA em todo o mundo, com 500 mil dólares de ajuda em alimentos” (DIRETOR do PMA..., 1967, p.09).

Nesse contexto das décadas de 1950 e 1960 surgiu um elenco de programas de ajuda americana na área da alimentação, entre os quais se destacavam o “Programa de Alimentos para o Desenvolvimento” voltado ao atendimento das populações carentes e à alimentação de crianças em idade escolar; o Programa Mundial de Alimentos, da FAO/ONU e o chamado “Alimentos para a Paz” financiado pela USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional). Estes programas faziam parte da estratégia norte-americana do governo Kennedy que tinha a intenção de combater na América Latina a influência cubana e do regime socialista. Tal plano nomeado “Aliança para o Progresso” teve adesão de vários países latino-americanos que puderam formalizar o pacto com a assinatura da “Carta de Punta del Este” (BEZERRA, 2003, p. 453), datada de 1961.

No ano de 1960, o Jornal do Brasil, em sua edição de nº 0024, do dia 29 de janeiro, há a publicação de um relatório elaborado pelo Instituto de Nutrição da Universidade do Rio de Janeiro, onde é citada uma análise do ano anterior relacionando a frequência das crianças e a merenda escolar. O trecho diz “70 por cento dos alunos matriculados nas escolas municipais somente comparecem às aulas, atraídos pelas merendas que lhes é fornecida¹⁴”. E ainda reitera que o referido relatório constata que “a merenda deveria ser uma complementação das refeições feitas em casa, mas, infelizmente, o pauperismo de grande parte da população escolar faz com que ela represente, na maioria das vezes, a melhor refeição do dia” (Setenta por cento..., JORNAL DO BRASIL, 1960, p.07).

O jornal expõe outro trecho explicativo sobre a organização escolar em relação à distribuição da merenda nas escolas municipais:

Para efeito de distribuição de merendas, as escolas municipais foram divididas em três grupos de alunos: pobres, de classe média e mistas. Para os pobres são fornecidos alimentos salgados: sopa, arroz, feijão, carne e etc. Os da classe média recebem alimentação doce. Às classes mistas são fornecidas merendas compostas dos dois tipos.

De 230.305 alunos matriculados nas escolas públicas do Distrito Federal, 150.000 apresentaram frequência satisfatória por causa das merendas fornecidas: 30.946.334, das quais 80% de sal (Setenta por cento..., JORNAL DO BRASIL, 1960, p.07).

¹⁴ A reportagem se refere à Prefeitura do Distrito Federal, à época, Município do Rio de Janeiro.

Esta situação da merenda como suplementação das refeições oferecidas pelas famílias, segundo a reportagem de 1960, é entendida como uma condicionante da frequência das crianças à aula. A constatação de que 80% das refeições distribuídas no ano de 1959 foi salgada, permite sugerir que uma grande quantidade de escolas era frequentada por alunos “pobres” de acordo com a divisão explicitada por eles.

Neste mesmo ano de 1960, há um caderno especial publicado no Correio da Manhã, no Rio de Janeiro, de autoria de Eliezer Strauch, com um apanhado sobre a distribuição da merenda escolar em nosso país no ano anterior (1959). Com base em dados oficiais sobre a oferta do leite enriquecido com as farinhas especiais, que compunha a merenda escolar daquela época, o autor sugere a importância que a CNME assume no país. Ele diz que independente do tipo e tamanho da escola, em qualquer lugar no Brasil¹⁵, os relatórios de inspetores da CNME relatam que:

“onde quer que penetrem o leite, o café e o açúcar distribuídos pelo órgão governamental [CNME], a escola adquire um novo significado aos olhos das populações miseráveis: é algo mais do que o lugar onde recebem o pão do espírito, é o lugar onde os filhos podem saciar um pouco a fome propriamente dita, de pão material. E por isso, aumenta ali a frequência escolar” (CRIANÇAS VÃO A ESCOLA, 1960, p.04).

A reportagem ainda relata que “em cada 10 alunos de curso primário, 2 chegam a escola em jejum, 3 bebem somente café e 4 ingerem café e pão” reforçando a necessidade da merenda para população infantil mais carente.

Em consonância com os achados científicos sobre a necessidade de uma criança estar bem nutrida para que possa ter uma educação adequada, em 1961, houve a instituição de um decreto nº 50.377, de 21 de março, para a promoção da educação de base com a ajuda da CNME para estimular o interesse e a permanência da criança na aula. O movimento em prol da educação, chamado Movimento de Educação de Base, tinha o intuito de “fornecer às populações rurais elementos gerais de educação” e a “conveniência de levar a Educação de Base às populações das áreas subdesenvolvidas” (BRASIL, 1961, p.01) com o apoio de programas já existentes sob a égide do Ministério da Educação.

Porém, como ressalta Romanelli (1986), havia uma contradição educacional, dissonante do discurso político defendido, causando o que a autora chama de “umas das maiores contradições educacionais do país”. Isto porque “enquanto o setor primário, no qual

¹⁵ O autor descreve a preparação da merenda em uma escola no sertão da Paraíba, sobre aspectos que envolvem a merenda em Fortaleza e no Mato Grosso.

predomina a agricultura, ocupava ainda em 1970, 44,24% da nossa população ativa, os nossos colégios agrícolas de 1º grau possuíam 0,3% das matrículas nesse nível” (ROMANELLI, 1986, p.119).

Os acordos firmados para ampliação da escolarização abrangiam diversas frentes, e então na educação puderam ser sentidas as propostas de mudanças em prol de uma formação minimamente qualificada de mão-de-obra latente em um contexto desenvolvimentista. Destacam-se nesse sentido, os contratos de cooperação conhecidos como “Acordos MEC-USAID” (SAVIANI, 2008), os quais celebravam acordos de financiamento da educação brasileira com a intermediação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID).

Ainda no ano de 1961 há uma nota jornalística no Correio da Manhã do dia 19 de julho sobre a meta do governo federal de aumentar o atendimento da merenda escolar – focalizada na oferta do leite em pó – que passaria a cobrir “4 milhões de estudantes” (MERENDA NAS ESCOLAS, 1961, p.4) em todos os Estados. Para isso, a reportagem relata que a ampliação seria fruto de acordos firmados entre o Ministério da Educação e os Estados. Tal informação é prestada pelo então Superintendente da Campanha Nacional de Merenda Escolar¹⁶, o Sr. Eloywaldo Chagas de Oliveira o qual dizia que o Presidente da República Jânio Quadros solicitou ao Ministério das Relações Exteriores um cumprimento do prazo de entrega do “leite em pó importado dos EUA” (MERENDA NAS ESCOLAS, 1961, p.4).

Viam-se tentativas de expansão do atendimento, mas a diversificação da merenda escolar ainda era pequena, sendo seu foco principal o fornecimento de leite enriquecido com alguma farinha.

Apesar de ser um ponto comum que a frequência escolar estava ligada a oferta da alimentação escolar, havia uma irregularidade na oferta da mesma (BEZERRA, 2003). Frequentemente havia notas jornalísticas sobre a falta da merenda para todos os dias letivos. Stefanini (1997) ressalta que alguns dados oficiais sobre a oferta da merenda muitas vezes eram incongruentes em relação ao número de dias letivos e a quantidade de refeição ofertada em relação ao número de crianças matriculadas no ensino público (STEFANINI, 1997, p.39).

Esta reflexão pode mostrar que as políticas sociais sofrem diversas interferências dos interesses então vigentes e que desde seu planejamento até sua implantação é importante analisar de que forma tais interesses tiveram papel crucial e determinante como guia da política. Pode-se dizer também que a “interferência externa na definição de políticas nacionais

¹⁶ Este cargo designava o coordenador responsável pela CNME e estava ligado ao governo federal.

não se dá mecanicamente de fora para dentro, mas vem resultando da conciliação de interesses entre grupos nacionais e internacionais e de sua inserção combinada” dentro da arena política (FALLEIROS, 2011, p.105).

1.3. A merenda escolar nos meandros da Ditadura Civil-Militar

O comportamento nutritivo, que corresponde a uma necessidade fisiológica fundamental, torna-se signo social: nas maneiras à mesa, nas relações sociais [...] e mesmo nas relações políticas [...]. (CHARLOT, 2013, p. 357).

O processo educativo teve, segundo Romanelli (1986), um perfil de mudanças ocorridos a partir de 1964, advindo das modificações no desenvolvimento do país. E então, o que se pode afirmar é que as “reformas efetuadas durante esse período visaram, teoricamente, a uma adequação maior do sistema educativo ao modelo do desenvolvimento adotado” desta forma trazendo como relevante a “necessidade de afastar do sistema tudo quanto tivesse relação com a velha concepção de educação própria da mentalidade pré-capitalista” refletindo aos “termos ‘eficácia’ e ‘produtividade’ um conteúdo ideológico” (ROMANELLI, 1986, p. 15).

No ano de 1965, já com o regime civil-militar em vigor, o nome da Campanha Nacional da Merenda Escolar foi alterado para Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE) pelo Decreto nº 56.886/65. Nesta época, segundo Souza e Faria (2004), podia ser sentida uma conjuntura de interferência internacional na estruturação do estado brasileiro, assim como em toda a América Latina. Isto porque as políticas estavam sendo direcionadas com a intensa interferência de organismos mundiais, como Banco Mundial e Banco Internacional de Desenvolvimento, e também por instituições de cooperação técnica, como UNESCO, que pretendiam solidificar suas influências nos diversos setores, e como destacam os autores, também nas políticas educacionais.

No setor industrial, já sob a égide dos militares e conivência de grande parte da sociedade civil, havia o incentivo da instalação de indústrias alimentícias no Brasil, as quais dirigissem suas produções ao fornecimento de alimentos para a merenda escolar. O Governo Federal estabelece o Decreto nº 55.777, em 19 de Fevereiro de 1965, o qual:

Isenta a Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), do Ministério da Educação e Cultura, do pagamento de emolumentos consulares, licenças de importação, pedágio, taxas portuárias, alfandegárias e outras despesas, que

recaiam sobre mercadorias e equipamentos importados por essa mesma Campanha ou a ela doados por entidades internacionais, governos estrangeiros ou entidades particulares, mediante acórdos, convênios e outras formas de ajuste (BRASIL, 1965, p.01).

O interesse estava então voltado ao estímulo de novas tecnologias, produtoras de alimentos modificados, importadas dos países antes doadores. Como aponta Santos (2007) o controle financeiro e a gestão centralizada do programa, aliados ao forte *lobby* das indústrias de alimentos, contribuíram para essa situação (SANTOS, 2007). O mercado de países considerados na época como do Terceiro Mundo interessava muito aos Estados Unidos, pois desta forma conseguiriam ser formadas nestes países algumas “condições para posterior instalação de empresas multinacionais de alimentos industrializados” (BEZERRA, 2003, p. 451).

Entre as iniciativas para se expandir a escolarização das crianças em idade de 07 a 14 anos, destaca-se um projeto especial do governo federal pertencente ao “Programa Estratégico para o Desenvolvimento” nominado “operação-escola”. Instituído pelo Decreto nº 63.258, de 19 de Setembro de 1968, o projeto pretendia “tornar efetiva, por etapas, a obrigatoriedade escolar dos sete aos quatorze anos de idade” (BRASIL, 1968, p.01).

Chama-se atenção em tal projeto a parceria indicada pelo governo entre a operação-escola e a CNAE, devendo esta intensificar suas ações onde fosse desenvolvido o projeto.

No dia 13 de julho de 1972, foi publicada notícia no Jornal do Brasil sobre problemas com a administração da verba da merenda escolar em Minas Gerais. Nesta mesma publicação, há um esclarecimento sobre os valores empregados na CNAE, bem como o motivo pelo qual se anunciava o interesse dos órgãos governamentais em alimentos industrializados na merenda, justificada pela necessidade de aumentar o atendimento da Campanha e atender as crianças carentes que tinham “na merenda sua única refeição de todo o dia”. A reportagem enuncia:

“O principal motivo que leva milhares de crianças pobres às escolas é a distribuição da merenda através da Campanha Nacional de Alimentação Escolar. A CNAE cuida da alimentação de 10 milhões de alunos na faixa dos sete aos 14 anos, em todo o país, e apurou recentemente que 5 milhões de crianças têm na merenda sua única refeição de todo o dia.

Industrialização

Esse é um dos motivos pelo qual a Campanha vem elaborando uma série de cardápios diferentes, que buscam maior valor protéico e calórico para a alimentação das crianças, e a sua industrialização, que elimina o problema da

perecibilidade dos alimentos *in natura* e torna mais eficiente e ampla a distribuição da merenda.

[...] Com a utilização da merenda industrializada, não será mais necessária uma “merendeira tão cozinheira”, afirmou o Presidente da Campanha Coronel Câmara Sena (DESVIO DE MERENDA..., 1972, p.20).

Concomitante ao estímulo à industrialização, a merenda escolar dentro deste contexto de participação dos EUA junto ao Brasil, a partir da década de 1970, apresentou uma retração no Programa “Alimentos para a Paz”, já que os norte-americanos perceberam uma calma em relação à influência socialista no Brasil (BEZERRA, 2003). E assim, em 1973, ocorreu o envio da última remessa de alimentos da Aliança ao Brasil. Nos Estados Unidos havia dois motivos básicos para esta cooperação não ter continuidade: de um lado, o fato de as “ameaças comunistas” não serem mais tão evidentes e relevantes e, de outro, “não fazia mais sentido manter um programa de ajuda alimentar a um país que, àquela época, já exportava alguns dos produtos que compunham as doações e alardeava o discurso sobre o milagre econômico brasileiro” (BEZERRA, 2003, p.456).

Em 1974 houve um movimento endossado por vários ministérios do governo em prol do desenvolvimento do Nordeste. Este esforço, denominado II Plano Nacional de Desenvolvimento, tinha estratégias de combate às precariedades percebidas em toda aquela região. Na Exposição de Motivos nº 02 de 19 de novembro de 1974, levantada pelos diversos Ministérios, houve a explanação sobre as justificativas das verbas empregadas em tal Plano. No que tangencia diretamente a merenda escolar, o documento prevê a participação da Campanha de Alimentação Escolar¹⁷ na intenção de promover “ações capazes de propiciar a melhoria do estado nutricional das populações principalmente as de baixa renda” (BRASIL, 1974).

1.4 O Programa Nacional de Alimentação Escolar: novo nome, mesmas dificuldades

A retirada, na década de 1970, das doações pelos órgãos internacionais de alimentos direcionados à população escolar se deu em meio a um conturbado período histórico de ditadura militar. A censura e a repressão de pensamento, opinião e atitudes assolavam os direitos civis e políticos (CARVALHO, 2002) e novamente o direito social é expandido de

¹⁷ Neste documento há a curiosa identificação da Campanha de Alimentação Escolar, nomenclatura modificada em 1965, como Programa de Merenda Escolar.

forma a minimizar a crescente desigualdade social que afligia o Brasil, fruto da perturbadora dicotomia entre o chamado Milagre Econômico e o aumento das desigualdades entre as camadas da população (CARVALHO, 2002).

O perfil educacional de então mostrava um “reduzido índice de atendimento da população em idade escolar e nos altos índices de evasão e repetência” (SAVIANI, 2008, p.367), o que era considerado um “entreve” para o desenvolvimento econômico “associado-dependente” traduzido pelo lema “segurança e desenvolvimento” sustentado fortemente pelo governo. Nesta linha de pensamento governamental influenciada pelos Estados Unidos, havia a necessidade de preparação de mão-de-obra para as empresas multinacionais recentemente instaladas no Brasil. Isto provocou uma mudança no modelo educacional direcionando-o para o que Saviani (2008, p.369) chama de “pedagogia tecnicista”.

A desnutrição infantil continuava a ser um problema social de grande dimensão, e isto parecia ser um agravante da situação de baixa escolaridade. Pode-se ter um exemplo desta ligação com a reportagem divulgada em 27 de fevereiro de 1970, a qual relata o recomeço das aulas no município do Rio de Janeiro, sendo ressaltada uma chamada sobre a distribuição da merenda escolar nas escolas primárias e os alimentos fornecidos, os quais eram:

[...] de uma maneira geral, mingau com cobertura de caramelo. Mas a má alimentação dos alunos continuará a ser, em 1970, um problema sério, principalmente nos estabelecimentos freqüentados por crianças pobres. As verbas da Campanha Nacional de Alimentação Escolar são insuficientes e, segundo estatísticas, 3,5 milhões de escolares não recebem alimento algum.

Único alimento

Para muitas crianças, a merenda escolar constitui a única alimentação diária. Por isso diversas escolas servem um verdadeiro almôço. Segundo estatísticas da Campanha Nacional de Alimentação Escolar, em cada 100 crianças, 60 vão ao colégio apenas para comer. As professoras que oferecem regularmente êsse tipo de refeição são as primeiras a saber disso: tôda a vez que avisam em aula que, no dia seguinte, não haverá almôço, a freqüência cai 60%. Os alimentos que as escolas recebem só dão para 103 dias do ano (FREQUÊNCIA DE ALUNOS..., 1970, p. 14).

Considera-se que a nova tomada de fôlego do programa de merenda escolar, em meados da década de 1970, pode ter sido pensada como um dos instrumentos de utilização para a diminuição da repetência e da evasão escolar, conforme reiterado pelos objetivos do PRONAN (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição) no seu Decreto Nº 72.034, de 30 de Março de 1973, informados no seu Art. 1º:

É instituído o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), com a finalidade de acelerar a melhoria das condições de alimentação e nutrição da população, e conseqüentemente, contribuir para a elevação de seus padrões de saúde, índices de produtividade e níveis de renda.

O Programa Nacional de Alimentação e Nutrição, em sua primeira edição, datada de 1973, foi criado para traçar estratégias que pudessem contemplar a saúde das gestantes, nutrizes¹⁸ e crianças de até sete anos pertencentes a grupos com carências sócio-econômicas. Além disso, pretendia abarcar o atendimento, por meio da oferta da merenda escolar, de crianças em fase escolar dos sete aos quatorze anos de idade. Silva (1995) aponta que esta primeira edição teve muitos problemas administrativos e não conseguiu efetivar seus objetivos. Na criação da segunda edição, houve um reforço de organização, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN), órgão ligado ao Ministério da Saúde. Silva (1995) expõe em seu texto sobre as políticas de alimentação no Brasil:

O PRONAN II (1976-1979) ofereceu o primeiro modelo de uma política nacional incluindo suplementação alimentar, amparo ao pequeno produtor rural, combate às carências específicas, alimentação do trabalhador e apoio à realização de pesquisas e capacitação de recursos humanos. Além da merenda, que passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos anos seguintes foram implantados, sob a égide do PRONAN, 10 programas e ações de alimentação e nutrição e, em 1975, foi assinado um convênio INAN - Banco Mundial em apoio ao *Programa de Nutrição Brasil*, que se destinava a testar formas e canais de intervenção, desenvolver capacidades técnica e gerencial e promover pesquisa e treinamento (SILVA, 1995, p. 90).

Neste contexto histórico, sob o governo de Ernesto Geisel (de 1974 a 1978), lentamente, a despeito do enfrentamento insistente e combatido da população, percebia-se o embrião do Movimento da Anistia e uma ideia do significado da democracia mais clara na sociedade (ALMEIDA et al., 1998).

E então a partir de 1976, financiado pelo Ministério da Educação e gerenciado pela Campanha Nacional de Alimentação Escolar, o programa de merenda era parte do II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) vinculado ao Instituto Nacional de

¹⁸ Esta nomenclatura se refere a mulheres que estão em fase de amamentação.

Alimentação e Nutrição - INAN (Decreto nº 5829/72), autarquia vinculada ao Ministério da Saúde (SILVA, 1995, p.86).

Sob este contexto político, em 1979 a Campanha Nacional de Alimentação Escolar passou a denominar-se Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sob uma perspectiva social divergente no governo de João Batista Figueiredo (de 1979 a 1982), em que greves dos trabalhadores em todo o país tentavam “recuperar um salário mínimo defasado” (CARVALHO, 2002, p.180). Nesta ocasião, contraditoriamente ao panorama político e econômico, acontecia a chegada da televisão no Brasil, envolvendo mais de 16 milhões de lares brasileiros em um novo entretenimento (MELLO, 1998, p.638).

Neste ano, estudos sobre os registros oficiais de distribuição desta refeição apontam que não se conseguia cumprir todos os dias letivos, quando a merenda oferecida abrangia “apenas 70% dos 180 dias letivos”. A situação no Nordeste do país era ainda mais precária no que se refere à oferta da merenda escolar, pois os alunos puderam comer na escola em “somente 97 dias letivos (pouco mais de 50%)” (BURLANDY; ANJOS, 2007, p. 1223). Este panorama mostra que a merenda escolar não conseguia abranger todas as regiões brasileiras da mesma forma e continuamente.

O PNAE manteve-se centralizado desde a sua criação oficial em 1955 até 1993. Tal modelo trazia inconvenientes tais como o desrespeito aos hábitos alimentares regionais e o uso quase total de alimentos industrializados, que suportassem a distribuição da merenda, em detrimento de alimentos *in natura*, pouco utilizados.

Esta centralização foi razão de um “desrespeito aos hábitos alimentares regionais, com a introdução dos mesmos produtos formulados em todo o País” além de possibilitar o favorecimento aos “grandes grupos econômicos em detrimento de pequenos produtores, com corrupção e desvios de verbas” (ABREU, 1995, p.26).

Assim como as políticas públicas existentes no país no mesmo período histórico, o PNAE sofria de dificuldades de gestão e real distribuição e fiscalização da merenda escolar servida. Isto gerou alguns esforços de descentralização no Programa Nacional de Alimentação Escolar (CALDAS, 2013).

A descentralização oficial do PNAE só vai ocorrer com a Lei nº 8.913 de 12 de julho de 1994 dando início a uma fase distinta do programa. A responsabilidade de gestão do PNAE é delegada aos municípios e aos estados brasileiros, mas se mantém a regulamentação federal e as esperanças de um suporte nutricional para a população de escolares. Este aspecto é tratado no capítulo seguinte.

Capítulo 2

O CONTEXTO DE DESCENTRALIZAÇÃO DA MERENDA ESCOLAR, PERFIL ATUAL DO PNAE E ADESÃO DOS ALUNOS.

El pasado es a la vez lo que se ventila em llas luchas políticas y um elemento constitutivo de la relación de las fuerzas políticas (CHESNEAUX, 1990, p.11)

Neste capítulo procurou-se buscar o contexto, visto aqui como “espaço de possibilidades históricas” (GINZBURG, 2011, p.356), quando da descentralização da gestão e execução do PNAE, a partir de 1994. Além disso, pretendeu-se instrumentalizar o trabalho no sentido de permitir um mínimo entendimento sobre os mecanismos de funcionamento do programa atualmente, além de algumas de suas diretrizes que reafirmam seu posicionamento como ferramenta de segurança alimentar e nutricional.

Tem-se a preocupação em tentar identificar as possíveis causas de interferência na adesão dos alunos ao PNAE apontadas por estudos que tratam o tema.

2.1 Um Estado em contínua mudança

Devemos tirar as conseqüências práticas e teóricas da busca de uma criatividade democrática, ou de uma participação ativa de todos nas representações comuns (CERTEAU, 2001, p.163).

No período em que os militares regiam o país, com a legitimação de parte da sociedade civil (FERRIRA; GOMES, 2014), a configuração do papel dos governadores dos estados e municípios do Brasil teve um relevo especial. Segundo Arretche (1999) estes políticos tiveram pouca autonomia em relação às decisões políticas, ainda mais esvaecida devido à centralização de todas as decisões no âmbito federal. Então o governo militar concentrou em suas mãos além das decisões financeiras, também os planos das políticas sociais.

A autora conta que neste período os “governadores e prefeitos das capitais e de cerca de 150 cidades de médio e grande porte” foram praticamente “destituídos de base própria de autonomia política: selecionados formalmente por eleições indiretas e, de fato, por indicação da cúpula militar” e não por meio do voto popular (ARRETCHE, 1999, p.113).

Este tipo de governo se utiliza da centralização para ter total controle e foi dentro deste Estado que o Sistema Brasileiro de Proteção Social se consolidou (ARRETCHE, 1999). Desta forma as políticas sociais que perduraram ou foram criadas dentro de tal contexto refletem uma gestão também centralizada, de fácil planejamento e de difícil execução e fiscalização.

Conforme Bresser Pereira (1998) acentua, após a crise dos anos de 1930, quando o “mercado livre levou as economias capitalistas à insuficiência crônica da demanda agregada”, o Estado passou a exercer um papel complementar no plano da economia e também no âmbito social (BRESSER PEREIRA, 1998, p.52). Para este autor se deu desta forma o surgimento de um “Estado Desenvolvimentista e Protecionista” nos países em desenvolvimento, em contrapartida a um “Estado de bem-estar social” nos países desenvolvidos.

Tal expansão de domínio do Estado, fortalecido por um regime ditatorial, teve seus primeiros engasgos na década de 1970, na crise de 1973. Diante de um crescimento desregulado, com acentuação das desigualdades sociais, bem como de um mundo globalizado e necessitado de novos mercados e fornecedores ajustados ao idealismo neoliberal, o Estado viu-se forçado a se reformar, minimizando sua intervenção na sociedade como forma de atingir um equilíbrio. Pois, como lembra Almeida e Weis (1998), “nos regimes de força, os limites entre as dimensões públicas e privadas são mais imprecisos e movediços do que nas democracias” (ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 327).

Desde então os estados nacionais, que apresentavam políticas desenvolvimentistas embasadas em sistemas fechados e autárquicos não se apresentaram mais efetivos. Draibe (1997) sinaliza uma sobrecarga de atribuições do Estado e aponta alguns dos motivos que levaram a tal panorama e possibilitaram a reforma do mesmo. Para esta autora, destaca-se:

[...] alto grau de centralização; débeis capacidades regulatórias e de implementação das políticas nos níveis sub-nacionais de governo; comportamentos fortemente corporativistas por parte dos corpos profissionais ligados aos grandes subsistemas de políticas; e, finalmente, fraca tradição participativa da sociedade na implementação e operação dos programas (DRAIBE, 1997, p. 4).

Assim como no campo fiscal, nas políticas sociais a cena se mostrava igualmente desgastada. Neste período (a partir das décadas de 1960/70) houve um aumento da classe trabalhadora urbana com consequente aumento da tributação previdenciária que financiava a saúde e a educação. Mas a estrutura tributária que estava em vigor “demonstrou ser regressiva, dependendo de impostos e contribuições sobre o custo do trabalho”. Desta forma uma grande parte do sistema de proteção social estava sob uma base de contribuição financiada por “tributos indiretos e subvenções fiscais, que, na maior parte das vezes, é regressiva, pois onera justamente a renda dos pobres” (POCHMANN, 2004, p. 10). Isso gera insatisfação e descontentamento com os serviços prestados.

Pochmann (2004) ressalta ainda que houve um aumento na cobertura social, porém com características de “precarização do serviço ofertado pelo setor público e fragmentação da assistência em bases filantrópicas.” (POCHMANN, 2004, p. 11). Este perfil do oferecimento das políticas sociais trouxe uma característica de abandono completo da educação e saúde públicas pelas classes ricas e uma migração da classe média para estes serviços privados, ocasionando uma falta de mobilização em relação à melhoria dos serviços prestados e à universalização do acesso às políticas públicas. Sendo assim em suas palavras:

O corporativismo de certas categorias profissionais mais elitizadas, a meritocracia da escolaridade mais elevada numa sociedade de analfabetos e o particularismo de segmentos ocupacionais de mais alto rendimento contaminaram as possibilidades de maior articulação de interesses e ação política entre classes operária e média no Brasil” (POCHMANN, 2004, p. 11).

Diante de tal panorama, o Estado, influenciado por órgãos internacionais de interesses neoliberais, concentrou esforços para preparar as empresas e o país como um todo para uma competição generalizada, vendo a real necessidade de reconstrução de sua atuação, porém com uma configuração não conservadora de Estado mínimo e sob o respeito de suas atribuições clássicas promove um processo de descentralização entendido, em teoria, como:

[...] a possibilidade de ampliação para o exercício dos direitos, a autonomia da gestão municipal, a participação, o controle e a gestão cidadina no seu cotidiano, assim como a potencialização de instrumentos adequados para o uso e redistribuição mais eficiente dos escassos recursos públicos e para reverter as tendências globalizantes dos projetos de planejamento, possibilitando a desburocratização administrativa e equitatividade na definição da agenda. Descentralizar não é apenas delegar funções, mas também fragmentar o poder através das mais diferentes esferas sociais (JACOBI, 1989, p. 42)

É interessante ressaltar que quaisquer mudanças propostas e efetivadas pelo Estado não podem ser consideradas como “automaticamente implementadas”, pois os resultados nem sempre são aqueles esperados, principalmente quando envolvem grupos sociais distintos, como é o caso da merenda escolar, sofrendo “efeito de interesses diferentes, expressos nas relações sociais de poder” (HÖFLING, 2001, p.35).

2.2 A descentralização do PNAE

O PNAE manteve-se centralizado desde a sua criação oficial em 1955 até 1993. Tal modelo trazia inconvenientes tais como o desrespeito aos hábitos alimentares regionais e o uso quase total de alimentos industrializados, que suportassem a distribuição da merenda, em detrimento de alimentos *in natura*, pouco utilizados.

Esta centralização na visão de Abreu (1995) foi razão de um “desrespeito aos hábitos alimentares regionais, com a introdução dos mesmos produtos formulados em todo o País” além de possibilitar o favorecimento aos “grandes grupos econômicos em detrimento de pequenos produtores, com corrupção e desvios de verbas” (ABREU, 1995, p.26).

Assim como as políticas públicas existentes no país no mesmo período histórico, o PNAE sofria de dificuldades de gestão, e mesmo a distribuição de gêneros alimentícios e a fiscalização da merenda escolar servida continuavam muito precárias. Este contexto favoreceu o surgimento de esforços de descentralização do programa por parte de alguns municípios isolados (CALDAS; ÁVILA, 2013).

Desde meados da década de 1980, para que a merenda escolar contivesse alimentos que pudessem ser de melhor aceitação dos alunos, já se discutia a necessidade de ter uma diferenciação entre os complementos alimentares da merenda-base¹⁹ – os quais já eram distribuídos em algumas regiões – para tentar satisfazer hábitos e necessidades nutricionais dependendo de cada região brasileira atendida.

Apesar de nesta época os cardápios se mostrarem diferentes em cada região, estas iniciativas não significaram uma efetivação do respeito aos hábitos alimentares regionais, fato registrado por relatos documentais de diversas escolas (STEFANINI, 1997). Havia uma contínua oferta de alimentos industrializados e pré-preparados.

¹⁹ Merenda-base era o nome dado aos alimentos pertencentes ao cardápio básico no país todo, como por exemplo, arroz, leite em pó e macarrão. Os alimentos chamados complementos são aqueles próprios da região e que seriam então diferentes respeitando os hábitos regionais (STEFANINI, 1997).

No ano de 1983 havia sido criada a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), órgão ligado ao Ministério da Educação e Cultura com a intenção de regular os recursos financeiros direcionados ao programa e gerenciar a merenda escolar. Posteriormente, em fevereiro de 1997, este órgão foi extinto e a responsabilidade pela gestão do PNAE fica a encargo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)²⁰, também ligado ao Ministério da Educação, o qual atualmente continua realizando esta função de regulação da merenda escolar.

Com o fim do período militar em 1985, o Brasil havia presenciado no ano anterior a maior participação popular, até então, da sua história, na campanha nas ruas pela eleição direta a presidente. Os direitos políticos alcançaram “amplitude nunca antes atingida” (CARVALHO, 2002, p.199), mas ainda sem resolver os problemas econômicos que agravavam as desigualdades sociais e os altos índices de desemprego.

Inicia-se um período de municipalização da merenda escolar em 1986, com o governo José Sarney (1985 a 1990) que com o seu lema “tudo pelo social” propiciou uma elevação da quantidade de alimentos distribuídos às escolas e o aumento do financiamento da merenda escolar. Continuava, porém, como principal entrave do bom funcionamento da merenda escolar o que se refere principalmente à falta de regularidade na distribuição, o que era mais acentuado nas regiões Norte e Nordeste (BEZERRA, 2003, p.457).

No período de 1986 a 1988 foram firmados acordos, através de contratos, entre os municípios e o governo federal, representado pela FAE, que procuraram esboçar a municipalização e operacionalização da merenda escolar. Tais acordos aconteceram em 81 municípios do Brasil (CARVALHO, 2009 *apud* CALDAS; ÁVILA, 2013), os quais se responsabilizavam pelo “gerenciamento e pela operacionalização do programa” e principalmente pela “aquisição de alimentos básicos *in natura*” (CALDAS; ÁVILA, 2013, p.79). Apesar destes esforços de ambas as esferas de governo, os municípios não conseguiram efetivar as iniciativas, pois, segundo Caldas e Ávila (2013) esbarraram na “lentidão na liberação de recursos (o que implicava em intermitência operacional) e com a dificuldade na prestação de contas por parte dos municípios” (CALDAS; ÁVILA, 2013, p.80), pois tais acordos dependiam de convênios renováveis.

Com a promulgação da Constituição de 1988, o direito à alimentação escolar é assegurado como direito do cidadão. De início o direito era assegurado aos estudantes do ensino fundamental, o qual foi estendido somente em 2009 – no Capítulo III, Seção I, Artigo

²⁰ A lei que transfere a gestão para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação é a Lei nº 9649 de 1998. Será tratada posteriormente a transferência entre os órgãos.

208, inciso VII, pela Emenda Constitucional nº 59 – para todos os estudantes da educação básica.

O direito assegurado pela Constituição de 1988 aprimorou o exercício de oferta da merenda por todas as escolas públicas e diversificou o cardápio. Puderam ser estimuladas as práticas de respeito aos hábitos alimentares regionais e possível fortalecimento de uma economia mais localizada.

Apesar dos esforços de descentralização quando “a questão federativa ganhou contornos mais límpidos na Constituição” foi possível observar uma peculiaridade característica das políticas brasileiras com a continuidade de “práticas históricas centralistas”. Vê-se este perfil também no PNAE, com a continuidade no plano federal do “papel de coordenação, normatização, supervisão e apoio técnico e financeiro” (DEMO, 1993, p.118), mas não lhe cabe mais a execução do programa.

Bezerra (2003) afirma que um ambiente político teria estimulado esta nova forma de gestão, mas que no período anterior a completa descentralização do PNAE (em 1994) foi marcada por vários escândalos de desvios de verbas e “licitações duvidosas” que, aliados aos problemas que o programa já enfrentava, tornou o PNAE bastante “desgastado” (BEZERRA, 2003, p.458) do ponto de vista dos usuários.

E então, com a descentralização já em execução, o PNAE passa a desfrutar de maior interesse político e começa a atrair maiores investimentos financeiros.

2.3 A merenda escolar sob a responsabilidade das Entidades Executoras²¹

A lei nº 8.913 de 1994 (que foi revogada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009) definia que os estados e municípios passariam a ser responsáveis pelo Programa; que o cardápio deveria ser realizado e acompanhado por um nutricionista, o qual seria o responsável técnico pela execução da merenda; que deveriam se respeitar os hábitos alimentares locais e que se formariam os Conselhos²² de Alimentação Escolar, órgãos formados por representantes dos gestores e da sociedade, com a função de fiscalização financeira e executiva da merenda escolar.

²¹ Na lei 11.947/2009 os estados e municípios são chamados de Entidades executoras, devido ao fato de serem as instâncias onde se realiza o oferecimento da merenda escolar.

²² O CAE é “um órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo e de assessoramento, instituído no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tendo grande importância para a tomada de decisões necessárias à execução do PNAE” (VASCONCELOS, 2012, p. 24).

Segundo o FNDE, em 1994, 1.532 municípios conseguiram se enquadrar nas regras de descentralização e em 1998 chegou a haver quase 70% dos municípios brasileiros atendidos pelo programa, no número de 4.314 unidades federativas. A normatização pela FAE deu-se continuamente, desde a descentralização. Em 1996, este órgão gestor baixou uma Portaria de nº 291/96 que pretendia dar autonomia para os municípios a fim de definirem quais alimentos fariam parte dos cardápios e “regulamentando as normas para o controle de qualidade” (STEFANINI, 1997, p. 58).

A proposta da Lei nº 8.913/1994, de descentralização do PNAE, propunha um oferecimento para todos os alunos (independentemente da localização da escola e do tempo de permanência na mesma) de 15 a 20% das necessidades nutricionais diárias das crianças em idade escolar, suprimindo um total de 350 Kcal e 9 g de proteína por refeição. Quinze anos depois, em 2009, a Lei nº 11.947 essa cobertura das necessidades nutricionais diárias é retificada, passando a acompanhar a Resolução FNDE nº 38 de 16 de julho de 2009. Conforme descrito nesta resolução:

Art. 15. Os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável, com utilização de gêneros alimentícios básicos, respeitando-se as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade, pautando-se na sustentabilidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada.

§ 1º Como disposto na Lei nº 11.947/2009, gêneros alimentícios básicos são aqueles indispensáveis à promoção de uma alimentação saudável, observada a regulamentação aplicável.

§ 2º Os cardápios deverão ser planejados, de modo a atender, em média, às necessidades nutricionais estabelecidas na forma do disposto nos Anexo III desta Resolução, de modo a suprir:

I - quando oferecida uma refeição, no mínimo, 20% (vinte por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial;

II - por refeição oferecida, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados em escolas localizadas em comunidades indígenas e localizadas em áreas remanescentes de quilombos;

III - quando ofertadas duas ou mais refeições, no mínimo, 30% (trinta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, em período parcial;

IV - quando em período integral, no mínimo, 70% (setenta por cento) das necessidades nutricionais diárias dos alunos matriculados na educação básica, incluindo as localizadas em comunidades indígenas e em áreas remanescentes de quilombos. (BRASIL, 2009, p.07).

No ano de 2013, foi deliberada nova resolução do FNDE, nº 26, de 17 de junho, que trata os diversos aspectos abrangidos no PNAE. No que se refere à oferta do cardápio e o

percentual de cobertura das necessidades nutricionais dos alunos, a resolução atual dá seguimento ao proposto pela anteriormente citada no texto.

Assim, percebe-se um processo de especificidade da oferta das coberturas nutricionais de modo a acompanhar o período de permanência da criança na sala de aula. Também são diferenciadas as escolas localizadas em comunidades indígenas ou quilombolas, as quais devem receber um aporte nutricional maior.

É interessante sublinhar nestas diretrizes sobre o atendimento do PNAE uma obrigatoriedade da responsabilidade técnica do nutricionista, além de uma preocupação em se respeitar “as referências nutricionais, os hábitos alimentares, a cultura alimentar da localidade e pautar-se na sustentabilidade, sazonalidade e diversificação agrícola da região e na alimentação saudável e adequada” (BRASIL, 2013, p.08).

2.4 Características atuais do funcionamento do PNAE

Com todas as históricas restrições à cidadania que marcam a história brasileira, a desigualdade naturalizou-se em múltiplos padrões de comportamentos e de pensamento. Esses padrões embaçam a noção de público, facilmente capturada pelos interesses privados, e transforma o que seriam direitos em concessões, como se a existência de serviços públicos se inscrevesse na rede de favores que alimenta as formas tradicionais de fazer política no Brasil (ALVES, 2012, p.212).

A preocupação com o oferecimento de um aporte energético e protéico pela merenda escolar apresenta-se constante desde a sua criação. Ressalta-se que este aspecto parece estar ligado ao fato da constância nos objetivos das leis ao longo do tempo, em mencionar sempre que a merenda escolar desempenharia o papel de contribuir com o crescimento e desenvolvimento infantil. Este interesse pode ser observado no atual objetivo declarado na Lei 11.947/2009:

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

Na Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 também é proposto o atendimento das necessidades de macro e micronutrientes²³, estimulado pelo consumo de hortaliças e frutas, diante do baixo consumo diagnosticado pelo Guia Alimentar para a População Brasileira de 2005. A resolução determina a “inclusão da necessidade de oferta mínima de 200 g/semana de frutas ou hortaliças no cardápio escolar” (BRASIL, 2013, p.09). Esta efetiva preocupação com a variedade nutricional no cardápio escolar, e não só com o aporte energético, é fundamental para o bom desenvolvimento fisiológico e cognitivo infantil.

Outro avanço delineado foram as recomendações de restrição de alimentos industrializados, alimentos com excesso de açúcares simples e altos teores de sódio, bem como de gorduras saturadas. Tal fato certamente contribuiu para a melhoria da qualidade nutricional desta refeição.

A merenda escolar passou a ser responsabilidade dos estados e municípios, em 1994, por meio do repasse de verbas da União para estas instâncias mensalmente por convênios firmados entre as partes. Ela se estendia nesta época, à pré-escola e ao ensino fundamental.

Desde então se ampliou e atualmente o PNAE tem repasse automático (sem convênios) sob a forma de parcelas pré-determinadas e prestações de contas rígidas. Além disso, cobre todas as crianças matriculadas no ensino básico da rede pública, inclusive Ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos e Educação Especial.

Houve, a partir de 2009, por intermédio da Lei 11.947/2009, a decisão do FNDE de preconizar que 30% dos recursos repassados pelo órgão ao estado ou município deva ser utilizado em alimentos advindos da agricultura familiar²⁴. Esta cláusula pretende estimular o comércio local e os pequenos produtores rurais, favorecendo a tradição alimentar daquele local.

Os avanços em relação à alimentação escolar se evidenciaram com a aprovação desta Lei, garantindo o fornecimento da merenda, mesmo que, por algum motivo de irregularidades, seja suspenso o repasse da verba. Além do mais, propõe uma maior participação popular nas decisões e fiscalizações do uso do dinheiro direcionado ao PNAE, por intermédio dos Conselhos de Alimentação Escolar.

Somando-se a isso, um ponto de grande relevância dos avanços do programa é o fato de que a sua atual legislação prevê que a educação nutricional seja o foco principal do PNAE,

²³São considerados macronutrientes aqueles os quais podem ser transformados em calorías. São eles as proteínas, os carboidratos e os lipídios ou gorduras; e micronutrientes as vitaminas e os minerais.

²⁴ Na lei supracitada foi definida a obrigatoriedade da aquisição de no mínimo 30% dos recursos financeiros repassados pelo PNAE em gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar ou suas organizações, priorizando os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

não só para a promoção de uma alimentação saudável pelas crianças, como na ênfase na sustentabilidade e proteção do meio ambiente.

A proposta de educação nutricional desta política dispõe de várias estratégias para que a escola promova bons hábitos alimentares como “ações formativas, de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que objetiva estimular a adoção voluntária de práticas e escolhas alimentares saudáveis que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde do escolar e a qualidade de vida do indivíduo” (BRASIL, 2013, p.07).

O processo da educação nutricional deveria ser efetivo no sentido de promover uma duradoura consciência nas crianças sobre os benefícios de uma alimentação saudável. Certos de que assim, como nos remete Grabovschi (2011), seria uma real estratégia de saúde pública.

A principal consequência, de acordo com as inquietantes conclusões sobre a saúde das crianças, seria a possibilidade de promover estratégias de saúde pública capazes de garantir que as novas gerações sejam mais saudáveis, física e mentalmente, e possam garantir um futuro mais brilhante para as sociedades de amanhã como um todo²⁵ (GRABOVSKI, 2011, p.16) (tradução da autora).

Os recursos repassados pelo governo federal às Entidades Executoras só podem ser utilizados em gêneros alimentícios. Sendo assim, as instâncias municipais ou estaduais devem complementar financeiramente todas as outras necessidades para que a merenda escolar seja produzida e distribuída conforme as diretrizes do Programa. O cálculo dos recursos financeiros em questão é realizado pelo número de alunos matriculados e segundo informações do site oficial do FNDE:

[...] a partir de 2010, o valor repassado pela União a estados e municípios foi reajustado para R\$ 0,30 por dia para cada aluno matriculado em turmas de pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. As creches e as escolas indígenas e quilombolas passam a receber R\$ 0,60. Por fim, as escolas que oferecem ensino integral por meio do programa Mais Educação terão R\$ 0,90 por dia. O orçamento do programa para 2011 é de R\$ 3,1 bilhões, para beneficiar 45,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos (BRASIL, 2013).

²⁵ La principale conséquence, en ligne avec les constats inquiétants concernant la santé des enfants, serait la possibilité de promouvoir des stratégies de santé publique capables de faire en sorte que les nouvelles générations soient plus saines, physiquement et mentalement, et puissent assurer un avenir plus prometteur pour les sociétés de demain dans leur ensemble (GRABOVSKI, 2011, p.16).

Segundo dados oficiais organizados pelo trabalho de Peixinho (2013, p.910) os gastos registrados como destinados ao PNAE pelo governo federal somaram 3 bilhões de reais em 2010, sendo consonantes com as previsões oficiais dispostas pelo FNDE.

Mas, tais dados oficiais ainda poderiam ser questionados, já que a falta da merenda em algumas escolas continua a assombrar – com as contínuas recorrências no passado – ainda hoje. Em uma nota do Jornal do Sindicato dos Professores do Estado do Rio de Janeiro (SEPERJ), publicada *on line* no dia 11 de fevereiro de 2015, fala-se de uma dificuldade que está acompanhando as escolas estaduais em relação ao repasse de verbas para o consumo de materiais básicos, entre eles a merenda escolar. A nota relata que nos dois dias subsequentes ao Carnaval do mesmo ano, não haverá aula em algumas escolas pelo fato de não terem como oferecer merenda escolar nestes dias. Lamentável ainda convivermos com tais notícias.

2.5 Por que se preocupar com a adesão?

É fundamental para as políticas públicas que haja uma regulamentação de seu funcionamento, bem como a possibilidade da existência de mecanismos de avaliação que meçam seu desenvolvimento e cumprimento das diretrizes propostas teoricamente. Stolarski (2005) considera que há a necessidade de realizar uma frequente avaliação como “ferramenta para subsidiar alterações de curso nas políticas públicas conhecidas como *policy learning*” levando em conta “o aprendizado constante na implementação de uma política pública” (STOLARSKI, 2005, p.2).

Isto se justifica para que se possa ajustar, à medida que se efetivam os objetivos propostos, qualquer necessidade de correção. Um dos pontos que deve ser monitorado é a adesão das crianças ao PNAE. Ela revela se a merenda está abrangendo a frequência semanal de consumo desejável pelas diretrizes legais do programa.

Um estudo realizado por Sturion et al. (2005) – com base nos dados de sua tese de doutorado defendido na UNICAMP – observou a adesão à merenda escolar entre crianças de 07 a 14 anos. Nesta pesquisa, realizada em 10 cidades brasileiras²⁶ – 02 em cada região, sendo uma cidade de pequeno porte e outra de grande porte, excluindo as capitais – queria-se

²⁶ Este estudo fez coleta de 2.678 alunos nas seguintes cidades: Parnaíba (127.929 habitantes) e Brasileira (8.162 habitantes), do Estado do Piauí; Abaetetuba (99.989 habitantes) e Tailândia (17.707 habitantes), do Estado do Pará; Contagem (449.588 habitantes) e Baldim (8.383 habitantes), do Estado de Minas Gerais, MG; Anápolis (239.378 habitantes) e Itaguarú (6.450 habitantes), do Estado de Goiás; Joinville (347.151 habitantes) e Ponte Serrada (12.259 habitantes), do Estado de Santa Catarina.

perceber algumas indicações dos motivos da não-adesão. Para esta autora, uma alta adesão refletiria o consumo de 04 a 05 vezes na semana pelos alunos, e seria desejada conforme o preconizado pelo FNDE. No entanto, neste estudo, foi observada que a adesão das crianças:

[...] é baixa, além de ser fortemente afetada pelas variáveis socioeconômicas, idade e estado nutricional dos alunos. Optam pela alimentação gratuita os alunos mais novos, os que revelam algum tipo de comprometimento nutricional, os pertencentes aos estratos mais baixos de renda familiar per capita e aqueles cujos pais possuem menor escolaridade (STURION, 2005, p.15).

Os autores perceberam esta baixa adesão quando pensava-se na média das 20 escolas estudadas. Foi possível entender, a partir do universo pesquisado, que “46% dos alunos consomem diariamente a alimentação oferecida na escola, enquanto 17% não participam do Programa”. O estudo salienta que há diferenças entres as cidades, mas, infelizmente, apenas 09 das 20 escolas mostraram ter uma adesão diária superior a 50% (STURION et al., 2005, p.167).

Os dados apresentados por Teo e cols. (2009) no município de Chapecó – SC, mostraram que, dos 686 estudantes entrevistados nas 21 escolas pesquisadas quanto à adesão ao PNAE, somente 23,2% aderiam diariamente ao mesmo. Já em relação à aceitação da merenda, envolvendo as características organolépticas²⁷, as autoras encontraram um percentual de 70,8%, sendo bem satisfatória.

Também no que se refere à aceitação do cardápio oferecido, o estudo de Sturion et al. (2005) mostrou um ótimo desempenho do PNAE. As crianças mostram-se satisfeitas em relação às propriedades organolépticas das refeições servidas, mesmo sem merendar todos os dias. Estes resultados foram reiterados por Santos et al. (2008), com dados colhidos em novembro de 2007 em Porto Velho, Rondônia, que indicaram cerca de 60% de adesão dos alunos e uma aceitação satisfatória daqueles que merendam²⁸.

No que tange aos estudos até agora identificados nesta pesquisa, parece haver um indicativo de uma baixa adesão dos alunos à merenda escolar. Isso pode depor contra seu caráter universal e caracterizá-lo como focalizado já que parece atender um perfil de alunos mais carentes socioeconomicamente.

²⁷ Propriedades organolépticas são aquelas características de sabor, cor, consistência, temperatura e odor próprios de cada refeição. Estar de acordo com as características esperadas significa ser agradável e saborosa.

²⁸ Os autores não apresentam dados percentuais da aceitação, mas somente a definem como satisfatória.

Segundo dados apresentados por Belik e Souza (2009) até o ano de 2007, apenas três países da América Latina apresentavam um caráter universal, ou seja, com o atendimento voltado a todos os estudantes de escolas públicas. Dentre eles o Brasil, além do Chile e do Panamá. Sendo que no Chile há uma ressalva na universalidade.

O programa é considerado universal porque qualquer aluno da rede de ensino do Chile tem direito de pedir a alimentação escolar; entretanto, existe um critério de seletividade que coloca que apenas os alunos carentes, com renda abaixo de um determinado patamar, terão acesso à alimentação escolar. Portanto, o programa pode ser classificado como universal com critério de seletividade (BELIK; SOUZA, 2009, p.122).

Apesar de a ideia quanto à necessária alimentação adequada para uma educação de qualidade ser vigente entre todos os países latino-americanos, excetuando-se os três acima citados, os outros possuem um Programa de Alimentação Escolar focalizado. Os seus PAE se mostram ineficientes em equalizar as oportunidades de aprendizado, e assim a oferta da “merenda escolar não tem cobertura nacional – são programas localizados, não atendem todos os dias do ano letivo e também não dispõem de fontes de financiamento fixas e constantes ao longo do tempo, com base em legislação” (BELIK; SOUZA, 2009, p. 117).

É importante salientar que os motivos encontrados pelos estudos citados nesta pesquisa para a não-adesão ao PNAE são diversos. Um aspecto importante para a aceitação de uma refeição diz respeito aos inúmeros critérios estruturais, higiênicos e operacionais, com que um cardápio é realizado. Para termos uma boa aceitação e adesão da merenda escolar é preciso garantir que a mesma seja oferecida respeitando as qualidades nutricionais e organolépticas esperadas pelos alunos²⁹.

A renda parece ser um fator presente, apesar de não ser o único a interferir na adesão das crianças ao PNAE. O que se salienta é que “à medida que aumenta a renda familiar per capita, a percentagem de alunos que revelam consumir a alimentação escolar com maior frequência tende a diminuir” (STURION et al., 2005, p.176).

Outros resultados de pesquisas corroboram tal situação de baixa adesão ao PNAE, como descreve Brandão (2000) em sua dissertação, avaliando escolas localizadas no município de Campinas, onde ela pôde perceber um índice máximo de 60% de adesão dos estudantes, também de idade de 07 a 14 anos, ao programa.

²⁹A qualidade nutricional pode ser definida, de acordo com Ortega e Borges (2012) como sendo uma “expressão que implica alimentos de boa qualidade, livres de contaminação de natureza química, biológica ou física, ou de qualquer outra substância que possa acarretar problemas à saúde do consumidor” (ORTEGA; BORGES, 2012, p. 74).

No balanço bibliográfico sobre a adesão à merenda, a professora do Departamento de Agroindústria, Alimentos e Nutrição da ESALQ/USP, Marina Vieira da Silva, com as pesquisadoras Danelon e Danelon (2006), relatam perceber um panorama recorrente de baixa adesão, causada por diversos motivos, tais como já mencionadas, como a qualidade do cardápio e suas propriedades nutricionais.

A pesquisadora Martins e sua equipe (2004) observaram alunos da cidade de Piracicaba – SP, e os resultados apontaram para uma diminuição da adesão e aceitação da merenda dependendo do cardápio oferecido, aliado aos inúmeros critérios estruturais, higiênicos e operacionais, com que um cardápio é realizado.

Então, para termos uma boa aceitação e adesão da merenda escolar é preciso garantir que a mesma seja oferecida respeitando as qualidades nutricionais³⁰ e organolépticas esperadas pelos alunos.

2.6 Relacionando merenda escolar e vulnerabilidade social

Os protagonistas conformam-se a distribuições que os precederam, mas na acção, formulam hipóteses, alteram representações, chegam por vezes a inventá-las. Estes papéis são enraizados evidentemente na imagem que uma sociedade produz de si mesma, mas são continuamente improvisados e agem permanentemente uns sobre os outros a partir de uma rede de convenções comuns (REVEL, 1989, p.184).

Conforme já suscitado, há uma constante atribuição de suplementação e reforço nutricional dada à alimentação escolar no Brasil. Isto pode ser percebido nos objetivos das leis, decretos e regulamentações ao longo de sua trajetória histórica. Nestes documentos do programa, mesmo antes de sua criação oficial, é possível ver a sugestão direta do papel desta refeição para contribuir com o crescimento e desenvolvimento infantil.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar respeita diretrizes que devem ser observadas para que ela possa ter seus objetivos colocados em prática. Destaca-se nesta legislação que suas diretrizes descritas abaixo:

Art. 2º São diretrizes da alimentação escolar:

³⁰A qualidade nutricional pode ser definida, de acordo com Ortega e Borges (2012) como sendo uma “expressão que implica alimentos de boa qualidade, livres de contaminação de natureza química, biológica ou física, ou de qualquer outra substância que possa acarretar problemas à saúde do consumidor”(BORGES; ORTEGA, 2012).

I - o emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II - a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que perpassa pelo currículo escolar, abordando o tema alimentação e nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III - a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica;

IV - a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V - o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzido sem âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos;

VI - o direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idades e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontram em vulnerabilidade social.

Mesmo preconizando na diretriz de número III a universalidade do atendimento aos alunos do ensino básico das escolas públicas, há uma preocupação em sugerir o uso da merenda escolar como uma das ferramentas para se atingir a segurança alimentar (no item II) daqueles alunos que apresentem alguma vulnerabilidade social. No entanto é necessário chamar a atenção para o fato de que o modelo mais presente na maioria das escolas brasileiras é de um período de permanência dos alunos de quatro horas somente com a oferta de no máximo duas refeições por turno.

Na maioria das escolas são oferecidas no máximo duas refeições aos alunos de cada turno. Não é possível garantir todas as necessidades proteico-calóricas e de micronutrientes com estas duas refeições, apesar de poder contribuir com as mesmas.

É inegável que sendo uma das refeições diárias de uma criança caracterizada por melhor qualidade nutricional isso representará algum percentual importante para o seu crescimento e desenvolvimento, os quais estão intimamente ligados à oferta de uma alimentação adequada do ponto de vista nutricional (BRASIL, 2002). Porém, faz-se necessária a oferta diária de recomendações dietéticas completas, que para serem cobertas seriam recomendadas em média quatro refeições ao dia (ACIOLLY, 2004).

Em contraponto com a responsabilização da merenda como suplemento alimentar para o bom desenvolvimento infantil, um estudo publicado por Burlandy e Anjos em 2007³¹, fazendo uma correlação entre o estado nutricional dos alunos com faixa etária entre 07 e 10 anos, sua renda e a oferta, nas suas escolas, de merenda escolar regularmente, mostram que há uma lógica inversa. Eles observaram que no período analisado, 63% dos escolares residentes nos segmentos de mais baixa renda econômica frequentavam escolas que ofereciam merenda regular. O contraponto é que nos segmentos geográficos de maior renda econômica o total de 83% das crianças estava matriculado em escolas com a oferta regular desta refeição.

Tal estudo demonstrou uma divergente situação entre as diretrizes e objetivos do PNAE e a sua efetivação, já que se podia perceber uma oferta bem menor nos lugares onde a população infantil poderia ser beneficiada com a oferta de uma refeição adequada e de qualidade.

O conceito de segurança alimentar, segundo Belik (2003), considera três aspectos principais: a quantidade de alimentos, a qualidade da alimentação e a regularidade de acesso à mesma. Desta maneira a merenda não poderia cumprir este papel no fornecimento total dos nutrientes adequados ao desenvolvimento dos escolares. Para este autor a segurança alimentar deve levar em consideração o:

[...] acesso constante à alimentação (alimentando-se ao menos três vezes ao dia, como se passou a considerar recentemente). Portanto não se considera isenta de risco uma população que tenha acesso restrito aos alimentos como, por exemplo, aqueles que recebem esporadicamente cestas básicas (PESSANHA, 2001 *apud* BELIK, 2003, p. 14).

Dado tal apontamento, volta-se a pensar em como a regulamentação, sempre preocupada com a oferta da merenda escolar como um suplemento nutricional, pode vir a imprimir uma identidade condicionada pelo caráter assistencial voltado a suprir carências do estado nutricional infantil.

Porém, é importante ressaltar que a relação entre os Programas de Alimentação Escolar e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional é defendida sob algumas condições por autores como Belik e Souza (2009), os quais ressaltam que esta refeição oferecida de forma efetiva no ambiente escolar pode “reforçar os aspectos da produção e do consumo local, preservando hábitos alimentares” (BELIK; SOUZA, 2009, p.104). Além

³¹ Neste estudo, os autores utilizam dados da Pesquisa sobre Padrões de Vida, realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) colhidos no período de março de 1996 e março de 1997.

disso, poderia estimular a educação nutricional e o aprendizado sobre uma utilização segura – nutricional e ecologicamente – dos alimentos.

Deve-se sublinhar que para se entender e quantificar uma situação de insegurança alimentar e nutricional há inúmeros critérios descritos por estudos específicos, os quais não serão tratados neste texto.

Belik e Souza (2009) concluem que, sem dúvida, há pontos bem positivos da merenda escolar como promotora de melhoras na qualidade de vida das crianças beneficiadas. Mas embora “o alimento possa dar uma satisfação imediata ao estudante, as raízes da desnutrição nas crianças beneficiadas podem persistir” (BELIK; SOUZA, 2009, p. 112), pois suas causas são socialmente determinadas.

Como já elucidado acima, há um programa de cooperação entre o Brasil e a FAO/OMS chamado Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar (CGP/RLA/180/BRA). O intuito é promover na América Latina um intercâmbio de informações e experiências sobre a efetivação da alimentação escolar, tendo como exemplo os eventos bem sucedidos no Brasil e nos outros países³².

A partir de esta experiencia, Brasil, por medio del Fondo Nacional de Desarrollo de la Educación (FNDE/Ministerio de Educación) y de la Agencia Brasileña de Cooperación (ABC/ Ministerio de Relaciones Exteriores), estableció una cooperación con la Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y Agricultura (FAO) para el desarrollo del Proyecto “Fortalecimiento de los Programas de Alimentación Escolar en Marco de la Iniciativa América Latina y el Caribe Sin Hambre 2025” – GCP/RLA/180/BRA.

El objetivo general del proyecto es fortalecer los programas de alimentación escolar, a partir de elementos fundamentales basados en la educación para la sostenibilidad y la compra directa de alimentos para la alimentación escolar de la agricultura familiar. Es ejecutado por medio de diversas actividades a nivel regional y nacional que fortalecen el proceso de institucionalización de estas políticas (REUNIÓN DE EVALUACIÓN, 2013, p.03)

O Programa promove encontros entre os países latinos com eventos de:

[...] capacitação e intercâmbio de experiências e de assistência técnica, envolvendo as representações locais da FAO e os diversos atores relacionados com a elaboração e execução de programas e políticas de alimentação escolar e de segurança alimentar: ministros de educação, agricultura e segurança social, prefeituras, diretores nacionais de programas de alimentação escolar, conselhos nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), diretores de escolas, coordenadores pedagógicos,

³² Fazem parte deste acordo 11 países: Bolívia, Colômbia, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Paraguai, Peru, Costa Rica, República Dominicana e Antígua e Barbuda.

professores, técnicos e etc. (PROGRAMA DE COOPERAÇÃO BRASIL-FAO, *on line*).

Em suas diretrizes, este programa de cooperação cita diversos motivos que justificam o fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar nestes países. São eles:

- . Evitar a evasão escolar;
- Reduzir a limitação de aprendizagem e de desempenho escolar, devido à fome e à desnutrição;
- Reduzir as deficiências de nutricionais, especialmente de micronutrientes;
- Contribuir para o orçamento familiar (o PAE pode ser tratado como uma transferência de recursos para as famílias mais vulneráveis);
- Interromper o ciclo de fome enfrentado pelos agricultores familiares, por não poderem vender seus produtos em condições favoráveis e que, por isso, não geram renda para as famílias locais;
- Reduzir a insegurança alimentar e nutricional em situações de instabilidade financeira, política e ambiental.

Em consonância com os caminhos do entendimento histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar, como discorrido neste estudo, as justificativas usadas no acordo entre a FAO e o governo brasileiro mostram uma associação desta refeição com a carência socioeconômica e nutricional.

A merenda novamente é utilizada como forma de combater a fome e a desnutrição infantil, evasão escolar e baixo rendimento educacional, cujas causas sociais não são o foco da intervenção do acordo.

É louvável estimular uma cooperação entre países no que se refere às suas experiências bem sucedidas sobre a alimentação escolar, mas deve-se questionar tamanha responsabilidade de apenas uma refeição diária, como é o modelo mais frequente nas escolas brasileiras.

Capítulo 3

MERENDA ESCOLAR E ALGUMAS DE SUAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

No capítulo final deste estudo são apontadas algumas das representações sociais (MOSCOVICI, 2011) da comunidade escolar, tendo como foco a percepção enunciada pelos alunos, merendeiras e gestores, sobre a merenda, no intuito de perceber se ocorre uma associação entre a alimentação escolar e a vulnerabilidade socioeconômica. Para tal, é organizado um roteiro cronológico descritivo e analítico sobre a pesquisa de campo realizada durante o ano letivo de 2013 a fim de tentar perceber a presença do passado da política educativa de alimentação escolar no seu presente.

Vale lembrar que quando se pretende perceber uma concepção própria de determinado grupo social é imprescindível “extrair da massa considerável de índices de uma situação social e de sua temporalidade” aquilo que está se querendo observar. E essa extração seria possível por meio da “forma de traços linguísticos, arquivos e, sobretudo, ‘pacotes’ do discurso” (MOSCOVICI, 2011, p.217) destas pessoas. Assim, é plausível formar um conteúdo daquelas ideias, e tentar entender como elas são fundamentadas e motivadas.

3.1 Os caminhos da pesquisa de campo

Os progressos da historiografia passam pela recusa do mito da objetivação e do método científico e pela aceitação do privilégio concedido à interpretação e a reconstrução a partir de vestígios e indícios (GRENIER, 1998, p.185).

Este estudo possui um caráter qualitativo, procurando rastros e indícios (GRENIER, 1998) na mentalidade da comunidade escolar. Naturalmente, este tipo de pesquisa se isenta de estruturar generalizações, conforme entendido nos estudos dos pesquisadores Bogdan e Biklen (1994) que compilaram preceitos norteadores da pesquisa qualitativa. Dessa maneira, a proposta é expressar aqui, sob o registro escrito, o entendimento do grupo estudado sobre os significados atribuídos à merenda escolar.

Como nos diz Grenier (1998):

[...] a preocupação dominante não é mais a busca de concomitâncias estáveis pela seriação com finalidades de generalização, mas, ao contrário, essa última é atingida paradoxalmente pelo individual, pelo viés do “excepcional normal” ou pelo encadeamento dos pontos de vista analíticos. A singularidade reconstruída supera a regularidade descrita (GRENIER, 1998, p. 185).

Vale acrescentar, então, que os dados coletados não são confrontados com as avaliações sobre o Programa (tais como avaliações realizadas pelas entidades executoras e estudos de referência sobre o tema), mas sim encarados a partir do que os sujeitos ouvidos por essa pesquisa expressaram em entrevistas concedidas ao longo desse estudo.

A realização de entrevistas semi-estruturadas contou com os recursos técnicos propostos por Minayo (2012, p.64). Os sujeitos ouvidos nestas entrevistas podem ser agrupados em gestores, alunos e funcionários (com ênfase nos profissionais que lidam cotidianamente com a merenda escolar) da escola-campo.

Como pontuam Bogdan e Biklen (1994) a entrevista, sob o viés qualitativo, pode oferecer ao entrevistador uma possibilidade de levantar tópicos que favorecem a moldagem de conteúdos ditos pelo entrevistado. As entrevistas semi-estruturadas, para estes autores, permitem “obter dados comparáveis entre os vários *sujeitos*, embora se perca a oportunidade de compreender como é que os próprios sujeitos estruturam o tópico em questão” (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 135).

A escolha do recurso das entrevistas se deve ao fato de a fala dos entrevistados possibilitar a expressão dos significados e representações que os agentes envolvidos têm sobre a merenda escolar. Desta forma destaca-se o que Minayo ressalta:

Os pesquisadores que buscam a compreensão do significado no contexto da fala, em geral, negam e criticam a análise de frequências das falas e palavras como critério de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir, mediante inferência, uma interpretação mais profunda (MINAYO, 2012, p.84).

Definidas as técnicas de entrevistas, levou-se em consideração o que Moscovici (2011) enuncia sobre aspectos das representações sociais. Para ele, “nossas representações são sempre filtradas através do discurso de outros, das experiências que vivemos, das coletividades às quais pertencemos” e assim a sociedade preserva ideários que são repetidos e

tomados pelas gerações atuais como conteúdos permanentes do cotidiano (MOSCOVICI, 2011, p.224). Por isso, um dos fios condutores das entrevistas levou em consideração a possibilidade de percepção do passado assistencialista representado no discurso atual das crianças pesquisadas.

3.2 A Escola

[...] à insignificância das ações individuais, permitiria reconstruir articulações e compreender de que maneira configurações distintas, regidas por lógicas sociais próprias, comunicam umas com as outras, sem procederem de uma matriz comum (REVEL, 1989, p.183-184).

Antes de entrar no campo, houve a necessidade de escolher qual escola seria estudada, tendo em vista as diferenças existentes, no âmbito da oferta da merenda escolar, entre as várias unidades escolares dependendo da gestão da sua entidade executora. A partir dessa complexidade, pensou-se em atender um perfil de crianças que pudesse refletir a diversidade sociocultural e econômica do município de Campos dos Goytacazes - RJ, presente na maioria das cidades de igual porte do Brasil (DAMIANI, 2006).

Com isso, foi decidido estudar uma escola de posição geográfica central no município e que tem a tradição de abarcar crianças de vários bairros e distritos, pertencentes a distintos perfis socioeconômicos. Neste sentido, viu-se como plausível perceber as diferenças das escolhas alimentares dos alunos de acordo com suas características próprias.

A cidade onde se localiza a escola estudada, Campos dos Goytacazes, fica no interior do Rio de Janeiro e é representativa das desigualdades sociais e econômicas que se espalham por todo Brasil. A cidade em questão possui uma população, segundo o censo do IBGE realizado em 2010, de 463.731 habitantes espalhados numa área de 4.026,696 Km² (IBGE, 2013). Em seu território, constam ao todo 679 escolas de Educação Básica (distribuídas entre as três instâncias de governo federal, estadual e municipal), sendo que 281 atendem à pré-escola, 336 atendem ao nível fundamental e 62 escolas que oferecem o ensino médio.

Houve a preocupação em manter a escola em sigilo por motivos éticos e pela não interferência nos resultados obtidos. Esta escola atende o segundo segmento da Educação Fundamental (a partir do 6º ano) e o ensino médio.

Quando da chegada na escola, a preocupação inicial da pesquisadora foi em se inteirar do cotidiano deste ambiente. É importante ressaltar que o cotidiano observado, mesmo sendo por um período determinado de tempo, reflete a vida do grupo como um todo, estampando uma percepção das individualidades dos sujeitos, assim como da personalidade do grupo (HELLER, 2000).

Optou-se por realizar uma observação direta (VERGARA, 2009) no sentido de perceber os acontecimentos da merenda escolar enquanto esta era oferecida na escola. Esta observação foi imprescindível para a formulação das questões desenvolvidas nas entrevistas (Apêndices 1, 2 e 3), podendo desta forma, direcionar o entendimento acerca dos discursos dos atores pesquisados.

Entender o funcionamento da merenda escolar na escola escolhida possibilitou entrar na realidade vivida pelos atores envolvidos com ela, perceber suas dificuldades e facilidades em relação à operacionalização desta refeição e então poder construir um panorama deste cotidiano.

A partir do entendimento do cotidiano da merenda escolar, tentou-se construir um perfil da realidade da escola em questão de forma flexível para o que o campo pudesse indicar a melhor forma de compreendê-lo. A flexibilidade das questões inicialmente elaboradas permite uma melhor imersão na realidade presenciada. Como ressaltado nas palavras de Clandinin e Connelly (2011), numa pesquisa qualitativa,

[...] quando os pesquisadores entram em campo de pesquisa, eles experimentam mudanças e transformações, constantemente negociando, reavaliando e mantendo a flexibilidade e abertura para uma paisagem que está sempre em transformação (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p. 108).

Conforme já mencionado anteriormente, a maioria das escolas brasileiras fornece somente uma refeição por turno. Algumas conseguem oferecer duas refeições, sendo um desjejum e uma refeição equivalente ao almoço. E algumas conseguem servir três refeições.

Na contramão da maioria, a oferta da merenda na escola pesquisada é singular na sua frequência. Nela são oferecidas três refeições para cada turno escolar. Sendo que às 6:15h é oferecido um desjejum alternado entre iogurte ou leite com achocolatado em pó. Já no horário de 9:30h é oferecido um lanche que se caracteriza por algum tipo de cereal, como pão com algum recheio, biscoito ou bolo, ou ainda angu doce ou arroz doce³³, às vezes acompanhados

³³ As crianças relataram para a pesquisadora que não gostam muito deste tipo de angu doce e arroz doce que são oferecidos no intervalo das 9:30h.

de frescos de sabores distintos. E, finalmente, o almoço é servido às 11:30h com a oferta de um prato principal proteico – carne bovina, peixe, frango ou ovo – como acompanhamento obrigatório³⁴ o arroz e o feijão, e uma salada, crua ou cozida.

O cardápio da escola é elaborado pela direção com base no cardápio disponibilizado pela Entidade Executora³⁵. Consta neste cardápio o oferecimento diário de frutas como sobremesa, mas, nos dias observados pela pesquisa, a quantidade não foi suficiente para servir todas as crianças que estavam na fila para merendar. Assim como, num outro episódio presenciado aconteceu da oferta da salada acabar bem antes do término da fila de crianças, deixando quem chega por último com um cardápio bem mais pobre do que aqueles que iniciaram a merenda.

Considerando os objetivos do PNAE analisados na pesquisa, referentes ao fornecimento de uma alimentação complementar aos estudantes das escolas públicas, com a atenção focalizada naqueles que se encontram com maiores deficiências nutricionais causadas pela baixa renda familiar, entrou-se neste cotidiano de modo a perceber tais objetivos colocados em prática.

Para se pensar sobre as representações sociais, usou-se como embasamento as proposições de Moscovici (2011). Segundo essa perspectiva, as representações individuais e coletivas podem guardar um sentido geral que ultrapassa a sociedade que as viu nascer, mesmo podendo ser “sociais e historicamente localizáveis” (MOSCOVICI, 2011, p.220).

Assim como nas referências, percebeu-se no campo que parece perdurar a ideia de que a prioridade no atendimento deveria ser daqueles cuja situação econômica fosse mais deficiente³⁶. Isto porque como já explicado, era uma prática comum no passado do programa, vivido, provavelmente, pelos familiares das crianças entrevistadas. A mentalidade sobre a merenda teria sido construída nas gerações anteriores e faria parte da constituição das representações sociais atuais.

Como aponta Moscovici (2011) “o poder e a clareza peculiares das representações – isto é, das representações sociais – deriva do sucesso com que elas controlam a realidade de hoje através da de ontem e da continuidade que isso pressupõe” (MOSCOVICI, 2011, p.38).

³⁴ Todos os pratos têm obrigatoriamente que serem servidos destes acompanhamentos. Decisão esta tomada pela direção da escola, com o intuito de nutrir melhor as crianças, conforme relatado à pesquisadora quando as merendeiras foram questionadas a este respeito.

³⁵ Os cardápios foram reproduzidos pela autora deste estudo com a intenção de não identificação da escola e da Entidade Executora. Estão disponibilizados nos Anexos 2 e 3.

³⁶ Alguns autores apontam que o perfil dos alunos com maior adesão ao PNAE ainda é hoje, daqueles cuja situação sócio-econômica é menos favorecida (STURION, 2004, BRANDÃO, 2000, PANCIERA, 2005).

O pesquisador Bezerra (2009) pôde observar as várias significações que a merenda apresentava na comunidade escolar observada por ele em uma cidade do Ceará em 2002. Diante de uma observação minuciosa de dez meses, destaca-se uma de suas conclusões de que “pode-se afirmar que a merenda escolar, agora descentralizada/escolarizada, continua marcada pelo clientelismo e pelo assistencialismo, características históricas do programa que eram atribuídas, sobretudo, à forma de gestão centralizada” (BEZERRA, 2009, p.107).

Diante do exposto, procurou-se entender por meio desta observação e das entrevistas se esta representação social específica poderia estar alocada pelos próprios agentes como uma das causas³⁷ da baixa adesão efetiva ao Programa.

3.3 Os passos da observação

Representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo (MOSCOVICI, 2011, p. 216).

A identificação dos significados e representações que a merenda escolar tem para os alunos segue como uma mola-mestra para a instigante tarefa de tentar ler as representações que a alimentação oferecida na escola pode ter frente à sociedade. A intenção da pesquisa foi tentar entender como as crianças matriculadas em escolas públicas, bem como os gestores e merendeiras, sentem-se em relação a esta importante política pública. A política propõe um cunho universalista, pretendendo atingir alunos matriculados nas escolas públicas brasileiras, independentemente da sua condição financeira ou nutricional.

São imprescindíveis estudos de diferentes áreas do conhecimento sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar visto que este se constitui em uma política social de importância fundamental para o desenvolvimento cognitivo dos escolares. Pois, como aponta Ceccim (1995), a fome, mais do que a desnutrição, prejudica a capacidade de aprender das crianças e a merenda escolar então pode servir “para captar o máximo incentivo da criança aos desafios de uma resposta intelectual aos problemas pedagógicos” (CECCIM, 1995, p. 66).

³⁷Outras causas da não-adesão ao PNAE serão propostas de acordo com estudos posteriores, tais como a insatisfação com o cardápio ou com a preparação das refeições.

Desta forma a pesquisa aqui relatada pretendeu observar como os meandros desta característica de associação entre a merenda escolar e a sua focalização na vulnerabilidade social podem estar presentes no cotidiano da escola estudada.

A pesquisadora Abreu (1995) coloca um questionamento que parece ser adequado como justificativa para se estudar tal proposição: “em que medida a política pública de alimentação escolar pode superar o caráter assistencialista de ‘merenda para alunos carentes’ e se constituir em garantia do direito de todos a uma alimentação adequada? (ABREU, 1995, p.6).

A inquietação da autora, mesmo que apontada no momento em que o PNAE mudava de perfil, tornando-se descentralizado, reflete os achados em estudos recentes sobre a maior participação dos alunos com perfil socioeconômico carente no programa, mesmo depois da descentralização, como discorrido anteriormente.

Para a investigação das representações sociais que envolvem a merenda escolar apresenta-se um estudo qualitativo, na tentativa de compreender o comportamento e o entendimento das pessoas envolvidas no programa.

Com base nas descobertas e reflexões levantadas pelos referenciais já citados, uma das problemáticas que se pretendeu levar em consideração apontava na direção de que alguns estudos nacionais revelaram que, na atualidade, há um panorama de adesão ao PNAE abaixo do esperado pelo seu órgão regulamentador, o FNDE. Desta forma pretendeu-se seguir as “pistas para dirigir o estudo e permitir contextualizar os novos resultados” (BOGDAN, BIKLEN, 1994, p. 65). Considerando a necessidade, ressaltada pelos autores que tratam o tema, de novos estudos que pretendam compreender os meandros que envolvem a merenda escolar, começou-se a desenvolver a pesquisa de campo.

O cotidiano da oferta da merenda na escola pesquisada acontecia em determinados horários, conforme já descrito, quando as crianças procuravam o refeitório por livre demanda. Havia pré-determinação do horário para começar a distribuição e para finalizá-la. Podia-se ver uma fila bastante extensa para servir o almoço.

A impressão da pesquisadora sobre a oferta da merenda na escola estudada será descrita abaixo, não com a precisão de um consultor da área de alimentação coletiva, mas com o que permitiu a visão operacional de um nutricionista. Além disso, é necessário sublinhar que a observação foi realizada em um período de dois meses – maio e junho de 2013 – com o acompanhamento da distribuição de apenas cinco refeições.

A cozinha parecia ter um tamanho adequado e o número de funcionárias envolvidas na produção (merendeiras) também parecia suficiente para o número de refeições produzidas.

Contudo, foram detectadas algumas irregularidades, conforme a legislação vigente, sobre a estrutura física, controle do organograma de funcionamento e uso de equipamentos de proteção individual específicas para este tipo de local de elaboração de refeições.

Tais irregularidades puderam ser observadas por intermédio de parâmetros legais baseados em documentos da legislação brasileira – as Normas Regulamentadoras (NRs)³⁸ – e nas próprias diretrizes operacionais dadas pela Entidade Executora responsável pela escola.

A regulamentação operacional da EE pretende dar ordem sobre como se proceder em relação às cozinhas escolares. Existem manuais, de fácil compreensão e objetivos, elaborados por equipes técnicas, os quais são distribuídos nas escolas com a intenção de prescrever as condutas permitidas e proibidas pelos manipuladores de alimentação.

Percebeu-se na observação direta, comparativamente ao proposto nas regulamentações, que não havia grades de proteção contra insetos nas janelas, além de haver um ventilador de parede direcionado para as panelas no momento da produção das refeições.

Os equipamentos e utensílios utilizados pelas merendeiras poderiam ser mais eficientes, como no caso do uso de raladores manuais para legumes e o descascamento manual de frutas. Além de utensílios impróprios para servir as refeições, pois eram grandes e com cabos específicos para o cozimento em grandes panelas.

Um dos pontos críticos que fragiliza a segurança higiênica e sanitária da cozinha e das refeições é o fato de haver um acesso livre de funcionários e professores no ambiente, sem a utilização de equipamentos de proteção individual adequados. Este fato foi presenciado pela pesquisadora nos dias da observação direta, sendo esta uma prática estritamente proibida nos protocolos do manual de boas práticas (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2013).

Em um dos dias da observação, foram contados os pratos utilizados na merenda do tipo almoço, somando-se 233 refeições servidas neste horário. Quando foram questionados a respeito da quantidade – se estava próxima do cotidiano – os funcionários ficaram um pouco confusos, mas acabaram concordando que normalmente se serve uma quantidade ligeiramente maior – concluíram que seriam 300 refeições.

Neste mesmo dia – o cardápio era estrogonofe de carne e salada verde, arroz e feijão – a quantidade não foi suficiente para cobrir todos os alunos. Assim, cerca de 40 deles tiveram o cardápio modificado pela falta da preparação e então comeram arroz, feijão e ovo mexido.

³⁸ As Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT (BRASIL, 1977)

A cozinha se ligava ao refeitório por duas aberturas, nas quais era realizada a entrega dos pratos servidos. Havia uma fila específica para funcionários e docentes e outra para alunos, os quais se revezavam na oferta dos pratos.

A distribuição das refeições seguiu-se lenta, com um fluxo pouco fluido. Os pratos – insuficientes, pois precisavam ser lavados ao longo da distribuição – eram montados por dois funcionários (uma merendeira e o funcionário sazonal³⁹): um deles servia o arroz e o feijão e outro a preparação proteica e a salada. Eles perguntavam para a criança, ou para o professor ou funcionário, como queriam suas quantidades e quais preparações esta pessoa desejava. Além disso, conforme já mencionado, o utensílio utilizado para servir os pratos era inadequadamente grande para tal fim, dificultando o porcionamento adequado de acordo com o *per capita* planejado.

O espaço físico de refeitório pareceu bastante restrito, com 100 lugares, em proporção à quantidade de alunos declarados pelo gestor entrevistado – aproximadamente 2600 alunos em todos os três turnos. Este fato trazia uma demora maior no fluxo da merenda.

Este fator de interferência no fluxo da merenda escolar foi ressaltado por um dos gestores que corrobora a observação da pesquisadora, em sua fala – relatada em entrevista concedida em outra data à pesquisadora – sobre a desproporção do refeitório em relação à quantidade de alunos da escola. Ele diz:

“Às vezes a fila fica muito grande e 20 minutos não dá para merendar, eu acho que o refeitório poderia ser maior, mas nós não temos espaço. Cabem 100 alunos por vez. Acho que o problema maior é que deveria ter gente para controlar a fila. Os funcionários que nós temos lá, contratados, não podem tomar conta de alunos. Então, tem muito funcionário, mas não podem ser direcionados para isso. Isso é uma dificuldade” (gestor 03).

Nos dias da observação, não havia nenhum funcionário responsável em organizar o andamento da fila de alunos, que, por vezes, pareceu naturalmente confusa. Havia um funcionário da escola, não alocado na cozinha, que ajudava na hora da distribuição. Este mesmo funcionário fazia algumas intervenções – orais – na ordenação da fila.

Os talheres eram pegos pelos próprios alunos, mas estes não podiam usar facas, pois segundo depoimento das merendeiras, eles se machucam se usarem tal talher. Os professores e funcionários tinham acesso a todos os talheres.

³⁹ Este funcionário trabalha no setor de inspeção dos alunos e se apresenta na cozinha nos horários de maior movimento da distribuição da merenda escolar. Ressalta-se que nos dias observados, não houve uso de Equipamentos de Proteção Individual do mesmo.

Há de se destacar que as observações realizadas pela pesquisadora estão em consonância com o relatório elaborado pelo Conselho Regional de Nutricionistas – 4ª Região (CRN4)⁴⁰, a pedido do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, no qual há o resultado de uma pesquisa realizada no período de outubro de 2010 a julho de 2012, nos 92 municípios do Estado, quando foram avaliados “aspectos nutricionais, higiênico-sanitários, condições das áreas físicas das Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN) e procedimentos de controle de qualidade implantados para avaliar a qualidade das refeições oferecidas” (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTA, 2013, p. 03).

O documento supracitado concluiu que a qualidade da merenda escolar oferecida por esta EE, não estava em acordo com as legislações pertinentes e nem com as orientações dadas pelo FNDE. Esta avaliação foi realizada com vistas à adequação nutricional do cardápio, às condições higiênico-sanitárias das cozinhas escolares e às práticas dos manipuladores de alimentos, as quais garantiriam a oferta de uma merenda de qualidade. Porém o que se viu foi que os:

[...] cardápios executados não correspondiam aos planejados por Nutricionistas da Secretaria de Educação, inclusive com a oferta de alimentos proibidos e/ou restritos. A inclusão de frutas e hortaliças é limitada, tornando a alimentação dos alunos monótona, carentes de alimentos coloridos que são fontes de vitaminas e minerais essenciais ao crescimento e desenvolvimento. Ademais, a alimentação oferecida não contribui para promoção à saúde e prevenção de doenças e agravos não transmissíveis (obesidade, diabetes, hipertensão arterial, câncer, entre outras).

A execução do PAE/RJ, portanto, não atende aos princípios e diretrizes do FNDE, conseqüentemente não alcançando seus objetivos [...].

Como agravante, destaca-se ainda que os estudantes estão expostos constantemente ao risco de consumirem alimentos e refeições contaminados e/ou impróprios para o consumo em função do não atendimento à legislação sanitária (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2013, p. 10).

A partir desta avaliação e conclusões, o CRN4 faz recomendações (no trecho apresentado no Anexo 1) ao solicitante da pesquisa, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de corrigir os problemas diagnosticados na pesquisa.

Dentre estas recomendações achou-se importante destacar que para cobrir o déficit de nutricionistas necessários ao cumprimento da legislação federal, mostrado pelo número de

⁴⁰ Os Conselhos Federal e Regionais de Nutricionistas “constituem, no seu conjunto, uma autarquia federal – criada através de lei, com personalidade jurídica de direito público – com autonomia administrativa e financeira – podendo tomar decisões e gerir seus recursos financeiros, dentro dos limites estabelecidos pela lei” (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2011, p.07).

uma (01) nutricionista Responsável Técnica por toda a elaboração e execução do PNAE nesta EE, no ano de 2012 seria necessária a quantidade de 386 nutricionistas. O relatório propõe que a:

[...] definição de quadro compatível de Nutricionistas para execução do PAE/RJ, segundo a Resolução CFN nº 465/201012, que estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito da alimentação escolar baseados no número de educandos. Cotejando o Censo Escolar do Estado (2012) com os parâmetros definidos na resolução mencionada, constata-se a atual necessidade de 386 (trezentos e oitenta e seis) Nutricionistas para atender a rede estadual, uma vez que esta possui 960.000 (novecentos e sessenta mil) escolares (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2013, p.11)

O processo de observação foi de suma importância no reconhecimento do cotidiano estudado de forma a compreendê-lo em suas nuances e “desvendar a lógica” (MINAYO, 2012, p.73) entre as relações dos atores que seriam alvo das entrevistas. O cotidiano da oferta da merenda permitiu uma visão geral dos acontecimentos que poderiam ser apontados como problemas ou como méritos e, desta forma, confrontados com a percepção da pesquisadora.

Sob o cuidado de não apontar previamente os problemas, as observações realizadas pela pesquisadora não foram compartilhadas nos grupos de sujeitos que selecionados para as entrevistas.

3.4 A merenda escolar sob a ótica dos alunos

Não é que a criança seja um objeto de pesquisa mudo – a sociedade que a cerca é que é surda (GALVÃO; LOPES, 2010, p. 55).

Foram realizadas 21 entrevistas com alunos matriculados regularmente na escola estudada. Estes alunos tinham a idade entre 11 e 13 anos e estavam cursando do 6º ao 8º ano do Ensino Fundamental, sendo 14 meninas e 07 meninos⁴¹. Foram escolhidos ao acaso, em horário de aulas vagas. Optou-se por não entrevistá-los na fila de espera para servir a merenda

⁴¹ A idade foi escolhida em função das referências de estudos citados neste trabalho, sendo em sua maioria realizado com crianças desta faixa etária.

porque não se queria entrevistar somente os alunos que aderem ao PNAE, mas que fossem entrevistados também aqueles que não merendam frequentemente.

Como ressalta Gomes (2012), a análise de uma pesquisa qualitativa se preocupa principalmente com a “exploração do conjunto de opiniões e representações sociais”, pois não precisa abranger uma totalidade capaz de generalizar. Desta forma, focaliza-se na “dimensão sociocultural das opiniões e representações de um grupo que tem as mesmas características” sendo que “costumam ter muitos pontos em comum ao mesmo tempo em que apresentam singularidades próprias da biografia de cada interlocutor” (GOMES, 2012, p. 79).

As crianças são os usuários foco do PNAE, já que a merenda escolar é voltada exclusivamente para elas. Não são contemplados neste programa os funcionários da escola, nem os docentes. Apesar disso, na escola estudada, havia o hábito comum de que todos que quisessem poderiam merendar. Este fato pode ser observado⁴² e parece ser uma prática comum (BEZERRA, 2009).

Retomando a atividade da oferta da merenda, vale ressaltar que os pratos eram servidos na frente dos alunos, que podiam escolher se queriam ou não salada ou carne, bem como suas quantidades. Mas como mencionado anteriormente, eram servidos arroz e feijão em todos os pratos.

Para que se pudesse ter acesso ao que expressam os alunos da escola estudada no tema que tange esta pesquisa, foram realizadas entrevistas durante duas semanas com estes sujeitos sociais. Essas entrevistas foram semi-estruturadas, com assuntos e questões que foram levantadas com base nestas observações e com base nos dados das referências citadas neste trabalho.

Os alunos foram questionados sobre o bairro onde moravam. O intuito deste questionamento foi o de verificar a informação obtida pelo senso comum de que a escola escolhida para a pesquisa era um lugar que recebe crianças de vários lugares da cidade e, possivelmente, de níveis sócio-econômicos diferentes. A informação foi reiterada pelas respostas, pois nas 21 entrevistas foram citados como local de moradia 17 lugares diferentes do extenso município de Campos dos Goytacazes.

Conforme ilustra o mapa a seguir, muitas crianças moram bastante distantes da escola.

⁴² Na prática profissional da pesquisadora, observou-se que em várias escolas é hábito que outras pessoas, que não os alunos, merendem frequentemente.

Após esta identificação, houve um interesse em entender um pouco sobre o ambiente familiar dos alunos com a intenção de tentar contextualizar a família destas crianças e qual a influência destas relações com os seus hábitos alimentares.

Esta preocupação com os hábitos alimentares das crianças e adolescentes se justifica devido ao fato de estes estarem intimamente ligados ao contexto familiar desta faixa etária. Desta forma, eles podem contribuir de forma negativa ou positiva para o surgimento das causas de morbidade entre a população mais jovem.

Um dos grandes problemas citados por estudos no campo da alimentação e nutrição é a mudança no perfil de morbimortalidade do brasileiro, causada por uma transição nutricional caracterizada pela “mudança dos padrões nutricionais, modificando a dieta das pessoas e se correlacionando com mudanças sociais, econômicas, demográficas e relacionadas à saúde” (TARDIDO; FALCÃO, 2006, p.118). Isto quer dizer que as causas de adoecimento e de morte dos brasileiros vêm mudando com a modernização do país.

Para Tardido e Falcão (2006) em um artigo de revisão sobre o assunto, a obesidade é uma das consequências agravantes deste processo de transição nutricional. Sendo assim, as modificações dietéticas advindas do processo de industrialização alimentícia e do menor tempo em que se vem dispensando com o preparo da alimentação devido ao maior tempo fora de casa, estão causando danos às pessoas por um excesso de ingestão calórica e uma menor atividade física.

Estes autores apontam que dentro desta “alteração na dieta, cabe destacar que o aumento da ingestão energética pode ser decorrente tanto de elevação quantitativa do consumo de alimentos como de mudanças na dieta que se caracterizam pela ingestão de alimentos com maior densidade energética, ou pela combinação dos dois” (TARDIDO; FALCÃO, 2006, p. 120).

Por este motivo preocupou-se em questionar sobre quem preparava estas refeições. Da mesma forma em que foi perguntado às crianças se os responsáveis por elas trabalhavam fora do domicílio, isto porque o fato do trabalho com jornada extensa fora de casa é relacionado a uma maior dificuldade em consumir uma alimentação mais saudável. Nestas questões (04 e 05 da entrevista), 17 alunos disseram que os responsáveis trabalham fora de casa. Houve ainda o relato de que 10 destes 17 citados, disseram que todos os adultos responsáveis trabalhavam fora do domicílio por um período integral.

Em relação à preparação das refeições, 16 crianças disseram ser a mãe que as prepara. Sugere-se então que parte destas mães, têm que preparar as refeições ao retornarem da jornada de trabalho externo à casa, podendo optar por refeições mais rápidas e menos saudáveis.

No que se refere ainda às refeições realizadas em casa, houve a intenção de perceber se estas crianças realizavam o desjejum e o almoço. Teve-se resposta positiva em 14 crianças para o desjejum e 12 para o almoço. A ideia era entender se a criança se alimentava menos na escola porque havia feito e/ou faria suas refeições em sua própria casa. Parece haver uma associação destes dados, visto que 12 crianças relataram não realizar o desjejum oferecido pela escola às 6:20h da manhã, bem como 7 delas também não realizam a principal merenda oferecida pela escola, o almoço.

O gráfico a seguir se refere a tal relação acima detectada, em números absolutos.

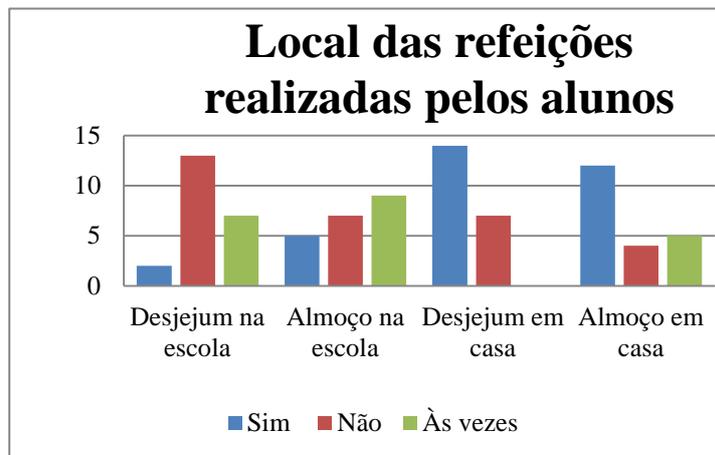


Figura 1: Local onde são realizadas as refeições pelos alunos.
Fonte: dados da pesquisa.

Um aspecto interessante sobre esta frequência é que podemos perceber que dentre as 21 crianças entrevistadas, 14 delas disseram que aderem ao PNAE, sendo somente 05 delas com adesão efetiva ao mesmo, relatando merendar de 04 a 05 vezes na semana. Enquanto 07 crianças disseram não almoçar na escola nunca.

Os resultados encontrados em relação à adesão dos alunos ao PNAE mostram que neste grupo, somente 23% têm adesão de 04 a 05 vezes na semana. O estudo sobre o tema, de Sturion (2005) e sua equipe, salienta que em apenas 09 das 20 escolas avaliadas por eles, houve uma adesão diária superior a 50% (STURION et al., 2005, p.167), o que também foi percebido nesta pesquisa. Deve-se ressaltar novamente que não se pretende compreender os resultados como sendo o panorama geral da escola nem, muito menos, do município, mas que os dados encontrados se assemelham aos estudos de referência.

A preocupação principal deste estudo era tentar perceber como a representação, a simbologia trazida por uma memória sobre a merenda, como sendo para crianças carentes,

podia estar presente e afetar a adesão das crianças. Desta forma, entendendo a identificação da merenda como uma comprovação de sua carência socioeconômica, a criança poderia rejeitar tal refeição mesmo a reconhecendo como saudável.

Pode-se verificar que todas as 21 crianças entrevistadas consideraram a merenda escolar oferecida na escola como sendo “saudável”, em contrapartida com a compra dos alimentos oferecidos nos vendedores ambulantes ou cantinas externas, onde disseram, unanimemente, haver alimentos prejudiciais para a saúde. Assim, a justificativa para se preferir a merenda oferecida na escola em prol daquela que se compra nas cantinas que vendem lanches fora da escola, se faz, segundo a totalidade dos alunos entrevistados, com a prerrogativa de que, na fala das próprias crianças, comprar “é mais legal e divertido”.

Mesmo assim, com esta concepção da característica nutricional dos alimentos, 11 crianças relataram trazer ou comprar alimentos para consumirem no lugar da merenda oferecida gratuitamente na escola.

Procura-se então analisar este fato com a reflexão de Moscovici (2011) sobre as representações sociais. Para este estudioso das representações, estas são:

[...] sempre derivadas de elementos nucleares “pseudoconceptuais”: arquétipos de raciocínio comum ou “pré-concepções” estabelecidas ao longo de um largo espaço de tempo (*long durée*), isto é, tributárias de histórias retóricas e crenças sociais que possuem o *status* de imagens genéricas. Na verdade, é uma questão de *topoi*, isto é, de “locais” de senso comum onde elas encontram a fonte de desenvolvimento e os meios de se legitimar, pois esses “locais” estão ancorados no perceptível (cognição partilhada e popular) e na experiência ritualizada (cultura e seus ritos, isto é, suas partes operativas na representação) (MOSCOVICI, 2011, p. 244).

O grupo relatou que sabia da característica nutricional de cada tipo de refeição, mas que sua ideia sobre o que estes alimentos representam se opunham a tal entendimento. A convicção das crianças sobre a experiência de escolher a compra ou a decisão de levar o que comer pode indicar uma valorização desta “experiência ritualizada” (MOSCOVICI, 2011, p. 244), compartilhada pelos membros do mesmo grupo.

A fala de um dos alunos parece ser bem ilustrativa para perceber o que o grupo pensa:

“eu acho que alguns alunos, que não merendam aqui, guardam a barriga pra comprar pipoca, salgado. Eles acham legal”. (aluno 19)

Como nos pontua Cerutti (1998) o grupo se rende a ideias comuns que os une em ações com um simbolismo previsto. Assim, “os impedimentos e os limites de suas

capacidades de escolha dependem essencialmente das características de suas relações com outrem: inscrevem-se na rede dos compromissos, das expectativas e dos laços de reciprocidade que a vida em sociedade lhes impõe” (CERUTTI, 1998, p.240).

Posto isso, como já elucidado acima, somente o conhecimento sobre a característica nutricional não foi suficiente para “convencer” o grupo a merendar. É necessário que processe uma educação nutricional de qualidade que proponha não só o entendimento sobre a bromatologia, mas também que envolva a simbologia dos alimentos em questão. Neste caso, o alimento não-saudável foi priorizado por ter uma simbologia de prazer e pertencimento do grupo.

Seguindo em direção do entendimento das crianças sobre o programa, elas foram questionadas sobre o direito de merendar na escola. Todas elas responderam que era “direito de todos”. Apesar disso, ao serem perguntadas sobre que tipo de aluno elas percebiam que merendava mais vezes na escola, elas sugeriram que a opção de comer na escola, gratuitamente, é mais frequente quando a criança não pode comprar merenda. Concepção esta ilustrada pela fala do aluno 5:

“As crianças que não podem comprar, merendam mais vezes aqui” (aluno 5).

Continuando com a intenção de perceber a representação da merenda escolar como um suplemento nutricional para alunos mais carentes, perguntou-se às crianças sobre porque motivo elas achavam que algumas crianças não merendavam na escola. As respostas se seguiram corroborando a proposição:

“Eu acho que quem tem necessidade pra comprar comida aí tem que comer.” Aquelas que têm condição, não sei, porque não ‘sente’ vontade. Ou não quer. Ela pode escolher.” (aluno 20).

“Alguns falaram que têm nojo. Acho que têm outros que a mãe deles não deixa... outras falam que têm vergonha. Quem precisa, come mais, mas a criança que come tem que gostar pra comer, senão não come” (aluno 05).

“Quem quiser comer, não é obrigatório. Se não puder comprar e quiser comer...” (aluno 10).

“Acho que as crianças que não podem comprar elas comem mais vezes aqui” (aluno 13).

“Todo mundo pode merendar, mas eu acho que merenda mais quem não pode comprar lá fora” (aluno 14).

“Se eu pudesse comprar, comprava todo dia...” (aluno 07).

“Até me falaram que a comida daqui é gostosa, mas eu já me acostumei com a minha rotina de comprar lá fora. As coisas são mais gostosas lá fora, eu posso escolher... tem gente que não pode” (aluno 16).

“Eu acho que quem traz dinheiro não vem merendar, eles estão acostumados” (aluno 18).

Muitas crianças relataram a vergonha como sendo o motivo de não merendar na escola. Intrigando a pesquisadora a frequência dessas falas, questionou-se a respeito desta vergonha no sentido de entender a representação desta fala. Percebeu-se com este questionamento que esta fala é a que mais se aproxima de uma representação trazida pela ideia pré-concebida de que a merenda traz consigo as marcas de seu passado, ainda presente, assistencialista e focalizada nos alunos carentes também nos atores principais, os alunos.

“Acho que eles têm vergonha.

Muitos alunos aqui [apontou para o pátio da escola] têm vergonha de merendar. Eles ficam constrangidos. Eu mesma não gostava, tinha vergonha. Só parei quando começamos a andar com a Larissa.”

Pesquisadora: Você não gostava e tinha vergonha por quê?

“Ah, eu pensava que as pessoas iam pensar:

- Ah, ela merenda porque não tem dinheiro, não tem comida em casa e come na escola!

Muitas crianças não almoçam na escola por causa disso.”

Pesquisadora: Você acha que este pensamento agora saiu da sua cabeça? Depois que vocês começaram a andar com a Larissa você acha que merendar é um direito seu?

“Com certeza” (aluno 1).

Em outra fala percebemos que há o mesmo pensamento:

“Acho que eles têm vergonha.”

Pesquisadora: Por que eles têm vergonha?

“Sei lá. Têm vergonha de comer aqui.”

Pesquisadora: Você acha que eles pensam o que vão pensar deles por comer na escola?

“Sim.”

Pesquisadora: Então me diga como você acha que eles pensam.

“Acho que eles pensam: a pessoa não tem comida em casa e come na escola!”

Pesquisadora: Então você acha que existem alunos que pensam isso e por isso não vêm merendar?

“Isso mesmo! [riso].”

Eu pensava isso antes de sair com as meninas [aponta para o grupo], mas aí eu vi que não precisava ter vergonha” (aluno 2).

No tempo da gestão centralizada, havia uma escassez da quantidade de merenda oferecida na escola, por isso, eram priorizados os alunos carentes (STEFANINI, 1997). Então, diante deste entendimento, sugere-se que poderia haver uma representação social da merenda como algo que é destinado a “quem não tem comida em casa”. Sendo assim, poderia haver a formação de uma memória sobre a merenda escolar – entendida aqui como um conjunto de informações passadas conservadas pelos sujeitos do presente (LE GOFF, 1996) – que atravessara as gerações. Isto favoreceria a representação de suplemento alimentar aos mais carentes socioeconomicamente.

Outro aspecto abordado na entrevista foi o conhecimento sobre a existência do Programa Nacional de Alimentação Escolar. As crianças foram questionadas se sabiam que a merenda oferecida na escola fazia parte de um programa do governo federal. Dez crianças disseram não saber sobre a existência do programa. Nesta entrevista não havia a intenção de conhecer profundamente o que as crianças sabiam sobre o PNAE, mas o dado parece ser relevante para percebermos aspectos que relacionam, entre outras questões, os alvos do programa em estudo aqui, e as instâncias mantenedoras do mesmo.

Em outro momento da entrevista, tenta-se confrontar dados de relevantes estudos já citados, que apontam que parte dos problemas de adesão ao PNAE é atribuída ao cardápio oferecido nas escolas. As crianças entrevistadas neste estudo foram questionadas se gostam do cardápio da escola que estudam, revelando um total de 16 crianças respondendo afirmativamente à questão. O intuito, neste momento da entrevista, era fazer com que elas dissessem quais alimentos gostariam que fosse servido como merenda escolar. Nesta questão pudemos agrupar as respostas das crianças e dividi-las em dois grupos: um deles dizia os mesmos cardápios já oferecidos comumente na escola estudada, como arroz, feijão, carne, frango, estrogonofe, salada. Outro grupo prefere alimentos ultraprocessados⁴³ – como

⁴³ Este tipo de alimento é definido, segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, como aqueles que utilizam como processo de fabricação realizado “em geral por indústrias de grande porte, envolve diversas etapas e técnicas de processamento e muitos ingredientes, incluindo sal, açúcar, óleos e gorduras e substâncias de uso exclusivamente industrial” (BRASIL, 2014, p. 39).

salsichas, lasanhas, pizzas, refrigerantes e outras bebidas açucaradas – que são muito prejudiciais à saúde. Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) “a composição nutricional desbalanceada inerente à natureza dos ingredientes dos alimentos ultraprocessados favorece doenças do coração, diabetes e vários tipos de câncer, além de contribuir para aumentar o risco de deficiências nutricionais” (BRASIL, 2014, p. 43), incluindo a obesidade.

Esses alimentos ultraprocessados têm um apelo sensorial de paladar, de propaganda e de facilidade no preparo que faz aumentar o seu consumo entre a população (BRASIL, 2014). As crianças, em especial, são alvo destes apelos para o consumo que pode ser percebido por produtos com atrativos – como figurinhas, brinquedos e outros itens colecionáveis – que favorecem um consumo desmedido. Estes “hábitos e práticas alimentares são construídos com base em determinações socioculturais e que no mundo contemporâneo, a mídia desempenha papel estruturador na construção e desconstrução de procedimentos alimentares” (TARDIDO; FALCÃO, 2006, p.122).

Diante de todos os aspectos apontados, que foram analisados por meio das falas dos alunos entrevistados, pode-se sugerir que uma ideia da merenda oferecida pelo PNAE como sendo uma refeição nutricionalmente adequada é corroborada pelo seu público-alvo. Porém, somente esta ideia não foi suficiente para convencer as crianças a aderirem diariamente ao programa. Isso porque, alguns estudos corroboram com o percebido nas entrevistas no que tange ao fato de que, mesmo as crianças concordando com o cardápio oferecido e com a intenção do PNAE em oferecer uma alimentação saudável, a maioria relata preferir comprar ou trazer de casa sua merenda.

Mediante o discurso observado por este estudo, pretende-se sugerir que a memória sobre a merenda escolar formada pela experiência vivida pelos pais e pelos avós das crianças entrevistadas, poderia ser observada nas falas das mesmas. Isto porque se entende que a memória tem uma ligação íntima com as tradições familiares e com os membros de um mesmo grupo, “expressando continuidade e identidade daquelas tradições” (DIEHL, 2002, p.117) e assumindo certas funções de “identificação cultural, de controle político-ideológico, de diferenciação e de integração”.

Entender a necessidade de propor uma educação nutricional ajustada às diversas dimensões dadas à alimentação é imprescindível para que ocorram mudanças efetivas dos hábitos alimentares, principalmente infantis. Como ressalta a pesquisadora da Universidade de Montreal, no Canadá, Grabovschi (2011) em seu texto sobre a representação social da alimentação e a influência cultural e familiar sobre os hábitos alimentares infantis:

Todos estes estudos chegam à conclusão que, ao envolver tópicos de mudanças de práticas alimentares, é necessário entender a alimentação (e sua simbologia) em todas as suas dimensões (cognitiva, emocional, social) e especialmente levando em conta a construção coletiva dos mesmos⁴⁴ (GRABOVSKI, 2011, p.3) (tradução da autora).

Ao se considerar que a influência das experiências gravadas na memória familiar é uma peça importante para se entender como as representações sociais se formam, é preciso que a educação nutricional – voltada para as práticas alimentares mais saudáveis – apreenda a alimentação em todas as suas dimensões “cognitivas, afetivas e sociais”. Somente a partir daí, se poderia conseguir realmente promover as mudanças nos hábitos alimentares que possam ser prejudiciais à saúde em detrimento àqueles entendidos pela ciência como mais saudáveis.

3.5 A merenda escolar sob a ótica das merendeiras

A teoria mais acentuadamente objectivista tem de integrar não só a representação que os agentes têm do mundo social, mas também, de modo mais preciso, a contribuição que eles dão para a construção da visão desse mundo e, assim, para a própria construção desse mundo, por meio do *trabalho de representação* (em todos os sentidos do termo) que continuamente realizam para imporem a sua visão do mundo ou a visão da sua própria posição nesse mundo, a visão da sua identidade social (BOURDIEU, 2011, p.139).

A nomenclatura merendeira se refere historicamente aos manipuladores de alimentos – em sua maioria do sexo feminino (FERNANDES, 2012) – que atuam na área de produção da alimentação escolar. Esta profissão se apresenta, na maioria das vezes, à margem do processo educativo da escola, o que é agravado pelo fato de que a tarefa de elaborar a merenda não exigir “qualificação, a população que ocupa essa função é associada à baixa escolaridade e é culturalmente considerada subalterna” (MONLEVADE, 1995 *apud* FERNANDES, 2012, p.14).

Este sentimento em relação à profissão, ou pelo menos em relação à nomenclatura da mesma, foi verificado nas entrevistas realizadas nesta pesquisa quando estas profissionais

⁴⁴ Toutes ces études arrivent à la conclusion qu'à fin d'impliquer les sujets dans le changement de leurs pratiques alimentaires, Il est nécessaire d'appréhender l'alimentation (et sa symbolique) dans toutes ses dimensions (cognitive, affective, sociale) et de prendre surtout en considération la *construction collective* de celles-ci (GRABOVSKI, 2011, p.3).

foram questionadas sobre sua função na escola. Todas as entrevistadas responderam “cozinheira” ou “auxiliar de cozinha”.

A Entidade Executora responsável pela escola pesquisada nomeia este cargo como merendeira. Cargo que não possui inclusão de novos membros em seus quadros, já que ultimamente não têm ocorrido concursos públicos para a ocupação de vagas com esse tipo de profissional ou nomenclatura. Esta EE tem terceirizado esta mão-de-obra de outras empresas. Além disso, recentemente, em 2013, o então governador do Estado, Sérgio Cabral, propôs para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei nº 2055/2013, que dispunha sobre a extinção de alguns cargos públicos, dentre os quais o de merendeira. Após uma polêmica envolvendo o projeto, o governador retirou o projeto da pauta.

As pessoas que preparavam a merenda na escola pesquisada não se identificaram como merendeiras quando questionadas sobre o seu cargo. Isto porque nas suas carteiras de trabalho, o cargo é identificado como cozinheira ou auxiliar de cozinha. Parece haver um sentido de não identificá-las como merendeiras já que se propõe que seja extinto tal cargo público. Ainda assim, estas pessoas são identificadas como “merendeiras” por todos os outros agentes escolares aos quais se teve contato na pesquisa, bem como em outros estudos utilizados como referência (SANTOS, 2007; BEZERRA, 2009; TEO et al., 2009; FERNANDES, 2012; entre outros).

Ressalta-se que a Entidade Executora (EE) do PNAE nesta escola fornece a alimentação escolar por meio da terceirização da mão-de-obra, mas a aquisição de matéria-prima, equipamentos e utensílios, bem como organização do espaço físico são realizados por meio de gestão própria desta EE, conforme legislação estabelecida.

Mesmo com esse quadro atual de degradação da profissão, o que se percebeu na pesquisa foi que historicamente houve uma preocupação em qualificar as pessoas responsáveis pela produção de alimentos e, especificamente, da merenda escolar. Há registros de cursos criados com a intenção de qualificar estes manipuladores de alimentos, que não eram chamadas de merendeiras, como pontua Carvalho (2013) sobre a criação de um destes cursos em São Paulo:

Em 17 de maio de 1939, o médico Francisco Pompêo do Amaral proferiu, no Instituto Profissional Feminino, a Aula Inaugural do curso de “Auxiliares em Alimentação”, que criou para a formação de técnicas em dietética e com perfil para atuarem em serviços de alimentação e cozinhas de distribuição de alimentos para adultos sadios (CARVALHO, M. 2013, p.01).

Conforme ressalta o documento, este curso estava voltado pra a produção de alimentos para adultos sadios, abrindo as portas para a qualificação também voltada para o público infantil nas escolas que logo aconteceria.

No dia 29 de dezembro de 1940, o Jornal A Noite, publicou uma reportagem sobre a “Campanha da Alimentação entre os alunos das escolas fluminenses e a primeira turma diplomada no Curso de Alimentação e Nutrição do Estado do Rio de Janeiro” voltado para professores estaduais. A reportagem chama a atenção para o fato de que as crianças em idade escolar necessitam de cuidados especiais e que o “setor de racionalização alimentar” tem fundamental participação na saúde infantil. Pontuando ainda que o curso, finalizado no dia 13 de dezembro daquele ano, havia sido “organizado e dirigido pelo Sr. Figueiredo Mendes, técnico em alimentação” para “cerca de cem professoras” com o intuito de “preparar o professorado para a campanha alimentar que o governo está levando a efeito nas escolas” (Comer bem!, 1940, p.04).

Após a merenda escolar se efetivar como programa nacional, em 1956, aconteceu o seu convênio com os estados para que pudesse abranger todo o território do país. Destaca-se, assim, o convênio firmado entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Estado do Rio de Janeiro⁴⁵ neste mesmo ano.

Quando ainda em sua condição de Distrito Federal, o Rio de Janeiro firmou em 01 de junho de 1956 seu convênio com o MEC, entendido como um “acôrdo de cooperação” (BRASIL, 1956, p. 10908) entre as partes.

De tal documento, é relevante observar a recomendação de qualificação para aquelas pessoas responsáveis pela manipulação da merenda escolar. Nos termos do convênio a letra g da Segunda Cláusula, na qual acentua ser de responsabilidade da Campanha Nacional de Merenda Escolar (CNME), podemos assim ver enunciado:

g) prestar, com seus próprios recursos financeiros, assistência técnica a todas as fases da Campanha, inclusive visitas ao Estado de médicos nutrólogos e dietistas, realização de cursos para a preparação de técnicos locais, cursos de divulgação e orientação técnica para professôres e obtenção de facilidades para o aperfeiçoamento de técnicos locais, mediante estágios no Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil e no Centro Experimental de Merenda Escolar, do Distrito Federal. Esta assistência será prestada tôdas as vezes que lhe fôr solicitada e de acôrdo com as disponibilidades financeiras da Campanha (BRASIL, 1956, p. 10908);

⁴⁵ A escolha do Estado do Rio de Janeiro se deu por esta pesquisa de mestrado ser desenvolvida neste estado e por ser então o Rio de Janeiro a capital do Brasil.

Conforme mencionado acima, havia um Centro Experimental de Merenda Escolar, no Rio de Janeiro, com a função de regularizar os alimentos e preparações que seriam servidas pela CNME. Este centro tinha uma função específica de regulamentar as preparações servidas como merenda escolar. Assim:

O alimento só era servido após passar pelos testes na instituição. Os critérios considerados na avaliação eram: facilidade de preparação, pois os recursos humanos destinados ao preparo eram reduzidos e as instalações não tinham estrutura; pequeno volume; rapidez de distribuição; bom rendimento; variabilidade de sabores; boa conservação e facilidade de transporte (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 1956 *apud* FERNANDES, 2012, p. 22).

E então, no ano seguinte à criação da CNME, podemos ver o mesmo esforço em prol de uma capacitação direcionada a pessoas envolvidas diretamente com a preparação da merenda escolar. No Jornal Correio da Manhã – RJ, publicado no dia 07 de fevereiro de 1957, há uma nota sobre um curso voltado às professoras da rede de educação estadual. A nota diz:

Sob os auspícios da Campanha Nacional de Merenda Escolar, duzentas e cinquenta professoras iniciaram, em Niterói, rápido curso de Nutricionismo, visando a colocá-las a par do programa que a Campanha encetará, no ano letivo a começar no março próximo, para o fornecimento de merenda aos três milhões de escolares de todo o país.

O objetivo do curso, que durará apenas dez dias, é formar elementos que se prestem aos serviços técnicos-administrativos da Campanha e supervisionem os programas municipais de merenda que venham a ser efetivados no Estado do Rio (PROBLEMAS DE NUTRIÇÃO, 1957, p. 4).

Já no ano de 1961, em 18 de outubro, podemos ilustrar tal pontuação, sobre a necessidade de qualificar as já nomeadas merendeiras, com uma nota jornalística sobre o início do curso de merendeiras em uma determinada escola do Rio de Janeiro. A nota diz:

Com cerimônia presidida pela Prof^a Maria Elisa Rodrigues Campos, chefe do Terceiro Distrito Educacional, teve início, na tarde de ontem, um curso para merendeiras na Escola 14-3 “Anna Frank”. O curso, que visa a aprimorar os conhecimentos profissionais daquelas servidoras, terminará a 1º de dezembro próximo.

Inicialmente a prof^a Maria Elisa dirigiu a palavra às jovens merendeiras presentes, dizendo-lhes da importância de sua missão e concitando-as a prosseguirem com dedicação, em seu trabalho em benefício aos estudantes cariocas.

[...]

A aula teórica foi completada por ensinamentos práticos, que incluíram a preparação do leite em combinação com diversos tipos de farinha (CURSO PARA MERENDEIRAS, 1961, p.01).

Apesar desta preocupação com a qualificação das merendeiras ser histórica, o que se pôde observar na escola pesquisada foi uma quase inexistente atenção da EE nesse sentido. Deve-se entender que a qualificação dos manipuladores de alimentos é um critério importante para a garantia de refeições de qualidade sensorial e higiênico-sanitárias. E este critério é definido tanto nas legislações sanitárias atuais, como nos manuais operacionais elaborados pela própria EE. Desta forma, pode-se perceber que os cursos específicos para as merendeiras até os dias de hoje se tornam de suma importância para o fornecimento de uma merenda de qualidade nutricional e segura do ponto de vista higiênico-sanitário.

No intuito de conhecer melhor estas agentes escolares responsáveis pela elaboração da merenda escolar, foram realizadas entrevistas com as oito merendeiras responsáveis pelos dois turnos da escola pesquisada. Optou-se por realizar as entrevistas de forma individual. O local escolhido para isto foi o próprio refeitório da escola nos horários em que não estavam sendo servidas as refeições.

O que se obteve de informação com as entrevistas das merendeiras sobre a sua qualificação foi que somente uma delas havia realizado um curso profissionalizante direcionada a esta função, três anos antes de sua entrada na empresa responsável pela sua contratação como cozinheira da escola. As outras sete relataram “nunca” terem feito nenhum curso de aperfeiçoamento na área e que aprenderam “na prática do dia-a-dia” (merendeira 03).

Outrossim, destaca-se o interesse das merendeiras sobre este tema. Houve unanimidade em manifestar o interesse em participar de cursos de aperfeiçoamento e que se sentiriam mais “seguras”. Uma delas expressou dizendo: “Acho que é importante ter curso. Como mexer nos alimentos... é fundamental. Aqui é uma escola maior e tem mais merenda. Nós nunca tivemos problemas aqui, mas é bom prevenir” (merendeira 02).

Os relatos sobre a formação educacional básica do grupo mostrou: 01 merendeira com Ensino Fundamental incompleto, 02 com Ensino Fundamental completo, 04 com Ensino Médio completo e 01 com Nível Superior (Pedagogia).

A idade média das entrevistadas é de 48 anos, tendo a mais nova 31 e a mais velha 60 anos. Quanto ao tempo de experiência como merendeira 04 delas disseram trabalhar com a merenda escolar de 2 a 5 anos, 03 delas relataram um tempo de atividade nesta área de 12 a 15 anos e somente uma delas (a mais nova de idade) disse estar trabalhando como manipuladora de alimentos há somente três meses.

Após os questionamentos de identificação, procurou-se atingir alguns meandros que possibilitassem atentar para as percepções das merendeiras a respeito do PNAE. De fato, a pessoa responsável por preparar a refeição exerce um “papel social” (REVEL, 1989, p.183) de extrema relevância para o funcionamento da alimentação escolar. Sob esta ótica, as merendeiras poderiam refletir, para o bem e para o mal, suas impressões sobre a comida, sobre pratos diferentes, ou verduras que nunca foram vistas.

Poderia se sugerir, então, que estes sujeitos sociais exercem uma influência direta na aceitação da merenda escolar, aparentemente por dois motivos: um deles mais operacional, já que como foi relatada pelas próprias entrevistadas, a forma de preparar os alimentos e o cardápio elaborado “mudam a quantidade de crianças que vêm comer aqui no refeitório” (merendeira 07). Isto significa que elas poderiam modificar a adesão dependendo de qual forma preparassem os alimentos. Outro motivo seria um papel que poderia ser exercido, o de ator da educação nutricional, encorajando ou não a aceitação das crianças aos alimentos mais saudáveis ou aqueles desconhecidos.

Na observação direta, não se pôde verificar estes papéis sendo colocados em prática. Apesar das merendeiras estarem em contato direto com as crianças e por isso conseguirem perceber suas preferências e recusas alimentares não é realizado um sistemático incentivo de educação nutricional. Acredita-se que as merendeiras poderiam exercer um papel mais contundente em relação à sensibilização das crianças para a aceitação de uma alimentação saudável. Este assunto é tratado por Assao (2012), com base nos estudos de sua tese de doutorado, na qual ela sugere que o potencial de educador em nutrição das merendeiras não é explorado adequadamente.

Na entrevista, uma das merendeiras relatou fazer um trabalho de incentivar a experimentação quando há recusa de alguma preparação. Assim ela relata: “Tem criança que chega aqui e vê, por exemplo, no dia de arroz com leite, elas falam; Ah tia, eu não gosto de comer aqui eu só gosto do que é feito pela minha mãe, pela minha avó. Aí, a gente fala para experimentar. Aí eles falam que adoraram” (merendeira 03).

No entender de Moscovici (2011) “o que as sociedades pensam de seus modos de vida, os sentidos que conferem a suas instituições e as imagens que partilham, constituem uma parte essencial de sua realidade e não simplesmente um reflexo seu” (MOSCOVICI, 2011, p.173). No caso aqui em estudo, percebe-se, ao evocar esses sentidos, que quando as merendeiras foram questionadas a respeito da importância do PNAE para a escola, o que se

conjectura, tendo em vista que as respostas foram todas positivas, foi que parece haver um engajamento destas pessoas com os objetivos do programa de merenda escolar⁴⁶.

“É muito importante. Porque eu acho que muitos alunos, os pais trabalham fora, não têm tempo. Os alunos da parte da manhã, que estudam na parte da manhã, fazem o lanche da manhã e saem daqui com a barriguinha cheia... entendeu? Isso facilita muito. Pros alunos, pros pais. Não é falar mal, mas a maioria dos pais não preocupam muito, comem muito congelado, coisas de microondas, não têm tempo...”

Pesquisadora: Então você acha que a merenda é importante por se preocupar em servir uma refeição saudável?

“Sim, aqui oferece legumes, salada todos os dias” (merendeira 01).

“Acho que é muito importante. Porque eu acho que muitas mães trabalham fora, mas ainda são donas de casa, mas não conseguem preparar as refeições. Elas jogam esta responsabilidade para a escola. Eu acho que eles têm alimentos, mas não têm quem prepare” (merendeira 02).

“É importante sim, porque muitos alunos a gente entende que eles se alimentam aqui. Eles vêm para a escola sem almoço. Vem para almoçar aqui. Muitos fazem cursos e outros, por questão de trabalho da mãe e do pai. Eu tiro por mim, que tenho um que tem preguiça de esquentar a comida. E eu deixo tudo pronto. As crianças são muito acomodadas. Eu acho que eles pensam que aqui tá prontinho e vêm pra cá” (merendeira 03).

“É sim. Importante porque as crianças comendo melhor, vão prestar atenção melhor e aprender mais na escola” (merendeira 04).

“Muito importante. Tem muita criança com muita fome. Por isso que eles brigam pela merenda. Pai e mãe, hoje, não querem fazer comida não, menina. É tudo na escola. Podem até ter o que comer direitinho, mas os pais não querem ter aquele compromisso. Deixam este compromisso só para a escola. Os pais cobram da gente. Quando acaba a merenda a gente faz alguma coisa, frita um ovo, porque a gente sabe que eles vêm com a barriga pura. Vêm contando que vão comer na escola, às vezes até fora do horário. Quem almoça aqui, fica pra jantar” (merendeira 05).

“Com certeza. Porque na escola é assistido por nutricionista e a comida é saudável aqui. Eu acho que se não tivesse aqui, a metade traria de casa e outra metade compraria. Eu percebo que de manhã as crianças merendam mais” (merendeira 06).

“Eu acho. Importante porque a maioria das crianças sai de casa sem comer. Não porque, muitas vezes, não tem o que comer, mas não tem costume de comer cedo. Lá em casa é assim, eles não têm costume de comer cedo. Comem mais tarde, moram longe. Muitos não podem comprar algum

⁴⁶ As falas foram transcritas *ipsis literis* da entrevista original.

lanchinho, então este lanche que dão é muito importante. Agora não tem mais cantina na escola” (merendeira 07).

“Eu acho importante. Porque a maioria das crianças os pais trabalham e não têm como fazer. E muitos até nem têm em casa. Então a primeira refeição deles é aqui. É importante o governo dar este dinheiro” (merendeira 08).

Optou-se por apresentar todas as falas em relação à importância dada pelas merendeiras ao PNAE, pois há um ponto de interseção que une estas opiniões no sentido de atribuírem a adesão ao fato de os pais não elaborarem as refeições em suas casas. Pode-se perceber também o entendimento destes atores em relação ao sentido de alimentação saudável, já que mencionaram ser este um fator importante na característica do PNAE.

É interessante pensar como é interpretado, sob o ângulo das merendeiras, o fato de as crianças terem direito a refeições gratuitas na escola. Elas sugerem que os pais transferem para a escola a responsabilidade em preparar alimentos saudáveis. Há um interesse, proposto por estas pessoas, na oferta de alimentação escolar, de suprir uma ausência das refeições familiares.

Diante de várias possibilidades para ser importante uma refeição oferecida no horário e espaço dedicados ao conhecimento, o grupo sugere o interesse dos pais em transferir sua responsabilidade para a escola, diante das pressões do mercado de trabalho. Como nos lembra Cerutti (1998),

[...] diante de uma dispersão possível dos comportamentos individuais, ele [o interesse] oferece a vantagem de fornecer um denominador comum a um certo número de sujeitos. Basta falar em interesse para falar em grupos, em outras palavras, para efetuar o deslizamento do indivíduo ao grupo, tão tranquilizador para quem pretende analisar os comportamentos sociais (CERUTTI, 1998, p. 237).

As merendeiras sugeriram ainda que o fato das crianças não terem condições financeiras para comprar uma merenda influencia positivamente a decisão de merendar na escola. Então, no traçado desses indícios, questionou-se a respeito da relação existente entre as crianças que merendam mais frequentemente e sua condição sócio-econômica.

Destacam-se algumas respostas como a seguir:

“Quem tem o poder aquisitivo maior e pode comprar não vem. Mas a grande maioria dos alunos não pode e lancham aqui” (merendeira 03).

“Acho que quando não merendam é que o pai dá algum dinheirinho, aí eles vão lanchar lá fora. Quando eles podem comprar então não vêm merendar” (merendeira 08).

“Muitos não podem comprar algum lanchinho, então este lanche que dão é muito importante. Agora não tem mais cantina na escola. A merenda é para qualquer criança, porque uns não têm como comprar e outros têm. Mas estão dentro da escola e estão no mesmo barco, né? É direito de todos, né? Não tem como falar: ‘você, que não tem dinheiro pra comprar pode comer, e você que tem dinheiro não pode!’ É errado fazer isso” (merendeira 07).

“Eu já conversei com minhas sobrinhas. Tenho 3 sobrinhas que estudam aqui. Elas dizem que não gostam e têm vergonha. Vergonha de ficar na fila, entendeu? Encontrei ela aqui outro dia e ela disse que tem vergonha, dos colegas. Não sei que vergonha. Meu filho estudava aqui e não comia também. Ele dizia que também não comia por vergonha. Acho que os mais carentes merendam mais. Mas também tem crianças que tem vida boa e merendam. A maioria é de crianças mais carentes.” (merendeira 06)

Novamente podemos perceber que apesar da mudança de concepção sobre o direito, garantido constitucionalmente, de todos os alunos das escolas públicas merendarem gratuitamente, existe uma associação entre a adesão e a condição de carência socioeconômica.

Real ou supositiva? Não foi confirmada na pesquisa, pois não foi verificada a renda familiar daquelas crianças que merendam com maior adesão. Conforta a ideia de que o que se pretendia verificar era a presença da representação social de tal associação.

Estas agentes escolares, as merendeiras, vivenciaram como alunas uma realidade do programa de alimentação escolar bastante distinta da atual, da qual elas fazem parte da engrenagem. Conforme o delineamento deste estudo, pode-se sugerir que a escassez de uma refeição de qualidade foi se esvaindo aos poucos da história da merenda e a tentativa de uma adequação, nutricional e organoléptica, foi se tornando realidade em uma grande parte das escolas pelo país⁴⁷.

Com o conhecimento de tal fato, as merendeiras foram questionadas sobre as diferenças da merenda entre a realidade enfrentada pelas mesmas quando eram alunas e o atual programa. Todas elas concordaram que atualmente o programa atende muito melhor às diretrizes propostas.

As falas revelam um contentamento em poder presenciar uma nova realidade.

“Ah, hoje em dia é muito melhor. As crianças hoje são tratadas com respeito e tudo é feito para eles. A merenda é para eles. Acho que o governo acha que um aluno bem alimentado tem o aprendizado melhor e o desempenho é maior. Eu acho que é fundamental. Na minha época, a merenda era uma

⁴⁷ Nota-se que no discurso de algumas merendeiras, elas afirmam conhecer escolas que não têm merendas similares àquelas produzidas na escola onde atuam.

água... o meu pai separou da minha mãe e ela tinha mais três filhos, a gente comia aquela água, flocos de aveia ralo com leite tipo de soja, estranho. Mas eu passei fome e tomava aquilo. Fazia vômito com aquilo. Também tinha sopa com um pouco de macarrão branco. Sem legumes nenhum. Hoje tem vitamina, tem legumes. Eu fiquei desnutrida, eu fiquei na casa da minha avó porque eu não conseguia me alimentar e tive que ser alimentada aos poucos. São coisas que a gente não esquece e dou muito valor a estes alimentos e não admito que estrague.

Eu acho que o governo faz um trabalho maravilhoso dando merenda às crianças. Além de alimentar o físico eles alimentam também a cabeça com o ensino” (merendeira 2).

“Tinha merenda, mas era só sopa. Vinha do governo. Era mingau pronto. Eu acho que não existia antigamente esse negócio de verba para merenda. A merenda vinha de lá do governo. Não tinha opção, era uma coisa só. Hoje é melhor.

Aqui na escola, eles aprender a ver o gosto da criança. Porque não adianta nada ter uma sopa, mingau... eles não vão querer” (merendeira 08).

“Na época que eu estudei era macarrão com salsicha, carne moída. Era assim umas coisinhas bobas. Como em outras escolas hoje.”

Pesquisadora: você acha que ainda existe isso em outras escolas?

“Existe sim, porque eu tenho colegas que são cozinheiras escolares em outras escolas e elas falam que é assim. Não sei se a verba é menor. São escolas [E.E]⁴⁸ também e falam que a merenda é simples. Não comem mais de uma refeição igual aqui.

Eu trabalho à tarde e as crianças comem lanche da tarde e jantar.

Nestas escolas as merendas são bem piores. Tem professores também que trabalham em outras escolas e falam que aqui é diferente.

Eu encontro com outros colegas e dizem: ah, na sua escola a merenda é gostosa!” (merendeira 03).

“Na minha época era sopa que vinha pronta e jogava na água. Ou mingau, que também jogava na água. Era simples. Aqui é caprichada. É igual a comida que a gente faz em casa.

Na minha época não tinha nenhuma salada. Hoje tem saladas diferentes. Hoje é muito melhor. Pelo menos aqui. Tem uma menina que trabalha aqui e que está tirando folga de outra pessoa, em outra escola. Ela disse pra gente, que outro dia ela lavou só 20 pratos após a merenda servida. Ninguém merenda. Eu perguntei se a escola é pequena? Ela disse assim, não muito, mas sabe o quê que é? É que era angu com carne moída [descreveu com uma voz desanimada]. Eu acho que as crianças não gostam” (merendeira 07).

Desatacam-se, neste rico conjunto de falas que dá conta do discurso das merendeiras, algumas características de contraste entre o que o passado e o presente que as fizeram ressaltar. Dentre estas, o respeito ao aluno, o cardápio mais variado com a oferta de hortaliças

⁴⁸ O trecho foi retirado, pois revela a Entidade Executora (EE) da escola.

e frutas. Quadro oposto às refeições mais simples e instantâneas do tempo em que elas frequentaram a escola pública.

As representações sociais mesclam uma memória que se expressa por meio de experiências vividas ou somente sabidas de que algum conceito simplesmente é real. Moscovici (2011) nos atenta para o fato de que “nossas experiências e ideias passadas não são experiências ou ideias mortas, mas continuam a ser ativas, a mudar e a infiltrar nossa experiência e ideias atuais. Sob muitos aspectos, o passado é mais real que o presente” (MOSCOVICI, 2011, p.37-38).

Entender-se-ia uma dificuldade em se distanciar de uma realidade vivenciada. Como lembra Certeau (2001), as experiências de uma nova estrutura nos fazem interrogar “sobre as concepções, subitamente cobertas, como por uma sombra, pela realidade que elas acreditavam designar; um funcionamento parece comandar os saberes tidos até então como estáveis e determinantes” (CERTEAU, 2001, p.164).

É necessário que haja uma efetivação do que se propõe nas diretrizes operacionais do PNAE quando este designa que as merendeiras passem por periódicos cursos de qualificação promovidos sob a responsabilidade da EE. Não se deve deixar de dar ênfase ao fato de que somente uma mão-de-obra de qualidade poderá espelhar uma merenda escolar de qualidade. Não se pode confiar somente nos saberes advindos da prática das merendeiras. Para além da nomenclatura da função, deve haver uma maior qualificação, resgatada por suas raízes históricas, destes agentes escolares fundamentais para a merenda escolar.

3.6 A merenda escolar sob a ótica dos gestores⁴⁹

A incerteza está portanto em nós, em nossa memória ou na de nossas testemunhas. Não nas coisas (BLOCH, 2001, p. 117).

Os gestores entrevistados possuem formação acadêmica em nível superior, licenciaturas, e exercem a profissão há mais de 20 anos. As idades são 50, 55 e 70 anos.

Foi observado que os gestores da escola são também professores e atuaram nesta profissão em grande parte de suas carreiras profissionais, conforme relataram nas entrevistas. Isto se torna importante para favorecer uma maior harmonia entre os gestores e a comunidade

⁴⁹ Optou-se por utilizar os nomes, pronomes e identificadores de gênero todos no masculino com o objetivo de preservar as identidades dos entrevistados.

escolar, pois como nos lembra a pesquisadora Alonso (2002) “o trabalho administrativo somente ganha sentido a partir das atividades pedagógicas que constituem as atividades-fim, ou propósitos da organização escolar” (ALONSO, 2002, p.23).

Para as diretrizes do PNAE, o gestor é o responsável pela execução final do programa quando a EE opta por um modo de gestão denominado descentralizado (VASCONCELOS et al, 2012) ou escolarizado (BELIK; CHAIM, 2009). Neste sistema, a EE realiza o repasse financeiro destinado ao PNAE diretamente para a escola ou creche, onde esta se torna responsável pela execução da merenda escolar. Desta forma, o gestor acaba por reunir a responsabilidade de compra, organização, administração dos recursos financeiros e humanos, além da prestação de contas para a EE.

A legislação elaborada pelo FNDE para a gestão do PNAE recomenda que a elaboração do cardápio da merenda escolar e o acompanhamento da execução do mesmo sejam realizados por um nutricionista devidamente habilitado, o qual deve se responsabilizar tecnicamente pelo programa.

No caso da Entidade Executora da escola em questão, os nutricionistas responsáveis técnicos pelo programa disponibilizam *on line* o cardápio mensalmente, mas em “casos raros visitam as escolas” (gestor 03). Posto isso, a responsabilidade pela organização e execução do mesmo ficam totalmente por conta dos gestores da escola. Estes apresentam uma autonomia em relação à compra de alimentos, escolha de fornecedores e as possíveis modificações do cardápio.

Deve-se ressaltar que a modificação do cardápio planejado pelas nutricionistas da Entidade Executora é prevista pelas diretrizes do órgão executor. No próprio cardápio elaborado e disponibilizado pelas nutricionistas podem ser encontradas as ressalvas e os critérios que devem ser considerados no caso de haver necessidade de mudanças no planejamento semanal.

As propostas de mudanças são realizadas com base na divisão em grupos alimentares com características de fonte principal daquele macronutriente (proteínas, carboidratos e lipídios). Sendo assim, as trocas alimentares poderiam ocorrer com menor distorção do cardápio, minimizando o prejuízo nutricional para o aluno.

No caso da escola pesquisada, puderam ser observadas modificações de preparações dietéticas realizadas pelos gestores no cardápio previsto pela EE para a mesma semana⁵⁰. Quando questionados a respeito de tais modificações, as justificativas apresentadas pelos

50 Conforme se pode observar nos Apêndices 4 e 5.

gestores entrevistados seguem a linha de raciocínio sobre a necessidade de administrar a verba do PNAE em função de suas realidades específicas. Como expresso nos trechos selecionados a seguir:

“Cumprimos o cardápio enviado pela Secretaria, mas fazemos modificações necessárias para economizarmos e dar conta de servir uma boa merenda visto que o dinheiro é pequeno.

Temos que fazer um controle **sobrenatural** [ênfase do entrevistado] para dar conta desta merenda de qualidade” (gestor 01).

“O dinheiro vem para a merenda e nós usamos **só** [ênfase do entrevistado] com a merenda. Então o programa envia a verba e nós olhamos o cardápio que a [EE]⁵¹ indicou. Nós fazemos adaptações de acordo com a safra e com o que sobrou da semana anterior” (gestor 02).

“O cardápio que vem do Estado é a base, mas a gente modificava quando era necessário. Faz umas adaptações, de acordo com o que fala lá no próprio cardápio. Por exemplo, você vai dar ovo mexido porque omelete é muito difícil fazer para todo mundo.

A direção toma a decisão de comprar alimentos frescos e, por exemplo, na escola a carne chega diariamente. Isso ajuda. A gestão é fundamental.

Sempre tivemos a melhor merenda. Aumentou o número de alunos e a gente conseguiu.

Porque num colégio onde você tem 3000 alunos, eles todos não comem. Como temos o dinheiro por criança. Vamos supor que comam 2000. E isso dá para administrar. Dá para equacionar e administrar perfeitamente. Por isso que eu não entendo os outros colégios...

Então, uma coisa que é mais cara, você deixa de usar e prefere alimentos que estão na época, mais baratos” (gestor 03).

Destacam-se pontos que merecem atenção nestas falas, sendo um deles o fato de os gestores concordarem que a verba destinada pelo governo federal para a merenda escolar, suplementada pela verba vinda da Entidade Executora, é insuficiente para cobrir todos os alunos com uma merenda de qualidade. Para eles, para que se consiga executar o cardápio de modo a cobrir todos os dias letivos, se faz necessário fazer adaptações de acordo com a sazonalidade, além de ser necessário realizar um aproveitamento dos alimentos que eventualmente sobram de dias de menor adesão dos alunos.

Um dos gestores sugere que se houver uma má-administração da verba, como ele percebe em outras escolas – corroborada pelo discurso das merendeiras e de alguns alunos – o cardápio não tem como ser cumprido. Isto, para ele, seria o motivo pelo qual estas outras escolas apresentariam cardápio de merenda mais simples (pouco elaborados) e pouco variados (com poucos ingredientes).

51 Trecho suprimido para preservar a identificação da Entidade Executora (EE).

Outro ponto que chama a atenção no discurso descrito é a explicação dada para a solução de administração da pouca verba. O gestor diz que o fato de que nem todas as crianças aderem ao PNAE faz com que se consiga compensar a deficiência. Sendo assim, como a verba é *per capita*, ela seria utilizada concentradamente para a menor quantidade de alunos que comem regularmente, dando para “equacionar e administrar perfeitamente” (gestor 03).

No que tange à ênfase do gestor 02 em dizer que a verba destinada para a merenda, vinda para a escola em estudo, é exclusiva para este fim, parece querer justificar o fato de que a legislação do PNAE prevê o uso do financiamento federal conforme o parágrafo segundo da lei 11.947/2009: “§2º Os recursos financeiros de que trata o §1º deverão ser incluídos nos orçamentos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios atendidos e serão utilizados exclusivamente na aquisição de gêneros alimentícios” (BRASIL, 2009, p. 2).

Havia o interesse desta pesquisa em entender a opinião dos sujeitos escolares selecionados sobre a importância do PNAE, pois parece extremamente pertinente entender como se sentem aquelas pessoas que são responsáveis pela organização e execução do programa em sua escola.

“Não acho que seja crucial, pois acho que a família devia ter condições de oferecer alimentação adequada e que a escola carrega esta função para si. O governo devia dar condições para estas famílias trabalharem e poderem comer direito” (gestor 01).

“Sim. Eu acho que é fundamental que haja merenda escolar porque nós temos crianças aqui na escola que não têm alimentação em casa e que vêm na escola com a esperança de comer. [...] Acho que a gente não aprende bem se estiver com fome, né? Acho que aqui temos crianças que não têm mesmo alimentos em casa, mas são a minoria. Apesar de achar que cerca de 60% das nossas crianças são carentes. Acho que os pais trabalham e a criança prefere comer aqui” (gestor 02).

“Eu acho importante sim, sem dúvida. Pois tem crianças que chegam lá sem tomar nem um gole de café em casa. O desjejum é primoroso e aí não desmaia em sala.

À noite o jantar é especial, pois eles vêm do trabalho e não têm que estudar com fome. Ninguém consegue estudar com fome.

Pesquisadora: Você acha que estas crianças que chegam sem comer não têm comida em casa ou não têm quem a prepare? Qual é o processo que acontece no seu entendimento?

De manhã tem criança que a mãe não levanta, ou saem atrasados e não dá tempo de comer. Mas grande parte deles, não come porque a mãe não faz, ou já saiu pra trabalhar ou nem levanta pra fazer. Eles falam pra gente o que acontece. Alguns não têm, mas a maioria não se organiza.

Para o almoço é o mesmo, elas comem na escola, porque assim já chegam em casa de barriga cheia” (gestor 03).

Ressalta-se que um dos gestores não concorda com a oferta de merenda nas escolas públicas, para esta pessoa o papel de fornecer alimentação para a criança deveria ser da família, a qual deveria ter condições socioeconômicas para tal. Deve-se complementar que este gestor estudou em uma escola pública que não oferecia na época uma merenda gratuita. Ele relata, portanto que seus pais, mesmo com poucas condições financeiras, o mantinham “alimentado e saudável para estudar” (gestor 01). Explica que por isso entende que o melhor seria que o “governo fornecesse condições para estas famílias trabalharem e poderem comer direito” (gestor 01).

Como se vê nas suas palavras:

“Eu não merendava na escola porque não havia merenda gratuita. Eu comprava na cantina de vez em quando e trazia de casa na maioria dos dias. Quando eu estudava, a gente repartia as merendas que os amigos levavam e nós também. Quem não podia levar, comia dos outros. Nunca precisamos de merenda gratuita” (gestor 01).

Para os outros dois entrevistados, a merenda apresenta-se como importante. As razões se dividem, assim como na opinião das merendeiras, em duas. Uma seria o fato de algumas crianças não terem alimentos em casa e então viriam para a “escola com a esperança de comer” (gestor 02). E a outra razão é o fato de a família não estar possibilitando a preparação das refeições em casa. Assim, na opinião deles: “alguns não têm, mas a maioria não se organiza” (gestor 03).

Então, novamente o estilo de vida contemporâneo é citado como um dificultador para a promoção de uma alimentação saudável para as crianças. Deve-se considerar não só o fato de a família não ter tempo hábil para a preparação de refeições mais saudáveis, mas também a dificuldade de acesso aos alimentos mais saudáveis, já que estes são geralmente mais caros e raros. Como exposto na nova edição do Guia Alimentar para a População Brasileira: “Alimentos ultraprocessados são encontrados em toda parte, sempre acompanhados de muita propaganda, descontos e promoções, enquanto alimentos *in natura* ou minimamente processados nem sempre são comercializados em locais próximos às casas das pessoas” (BRASIL, 2014, p.106).

Há restrições para este hábito, já que o consumo excessivo de alimentos industrializados pode causar estado de subnutrição, como, por exemplo, a anemia e deficiência de Vitamina A. Além disso, frequentemente seu consumo elevado favorece a

obesidade – devido à quantidade demasiada de gorduras e açúcares – e os agravos associados a ela, como diabetes, hipertensão e alguns tipos de câncer (BLEIL, 1998, p. 01).

Os gestores também foram questionados a respeito da adesão dos alunos ao PNAE. Ao refletirem sobre quem eram as crianças que mais merendavam na escola estudada, concordaram que as mais novas merendam mais e que quanto mais avançavam no ano escolar mais compravam merendas. Além disso, apontaram detalhes interessantes:

“Percebi que de um ano pra cá têm mais crianças merendendo. Acho que é porque estamos experimentando uma diminuição do poder aquisitivo no Brasil e com isso, as crianças estão sem escolha. Merendam ou ficam com fome, porque não estão podendo mais comprar tantas vezes” (gestor 01).

“Vejo que eles [os alunos mais velhos] gostam de comprar. Vejo uma sensação de liberdade por escolher o que comer. Acho também que falta informação em casa sobre alimentação saudável. Assim os pais não incentivam” (gestor 02).

“Quando tinha cantina na escola, eram menos crianças que comiam. Quando acabou, essa criançada que não comia passou a comer na escola. Mais ou menos em 2009 ou 2010” (gestor 03).

Pode-se perceber, no discurso acima citado, uma linha comum no que se refere à compra de merenda escolar nas cantinas ou ambulantes. Na opinião destes gestores, comprar a merenda seduz e cria uma competição com a merenda gratuita. A pesquisadora Bleil (1998) adverte sobre as mudanças que possibilitaram um maior consumo de produtos alimentícios industrializados.

O aumento de consumo de refrigerantes e embutidos, que têm marketing muito agressivo, ou mesmo dos laticínios, que, além da propaganda maciça, também tiveram redução de preço nos últimos anos, permite dizer que a propaganda, aliada ao bom preço, tem sido eficaz na mudança de hábitos do brasileiro. À margem do consumo durante décadas, alguns setores mais pobres estão exercendo seu poder de compra, talvez buscando para além da praticidade, o status que estes produtos industrializados lhes fornece (BLEIL, 1998, p. 20).

Sob este entendimento, pode-se sugerir que também os alunos, percebidos por estes gestores, tenham estado exercendo uma busca pelo status oferecido pelo poder da compra,

corroborado pelo recém conquistado direito de sair da escola na hora do recreio⁵². Assim como, merendado mais ou menos, dependendo do seu poder de compra.

Como foi ressaltado pelo gestor 01 na fala “as crianças estão sem escolha”, devido à recente recessão econômica brasileira, a merenda gratuita estaria com segunda opção para as crianças. Um fato marcante na representação social da merenda, nesta opinião, seria o seu atrelamento ao fracasso econômico.

Tendo em vista o foco dado por esta pesquisa nos lampejos onde se podia vislumbrar o legado do passado assistencialista na representação social da merenda, o gestor 03 apresenta um discurso contundente neste sentido:

“Tem gente que não gosta de comer merenda de escola não.
Tem gente que acha que comer na escola é demérito! Vai mostrar que é pobre...
Tinha antigamente e tem até hoje este tipo de pessoa.
Não é não gostar, é esnoabar a comida da escola.
Você pergunta e eles respondem: ‘Ah não gosto de comer aqui na escola não!’ [voz em tom de desdém].
[...] Eu acho que tudo depende da educação, as minhas filhas sempre comeram na escola e achavam ótimo, sem problemas. Os pais refletem na criança. Tudo é um reflexo da educação de pai e mãe. Os pais passam para os filhos que é vergonhoso merendar na escola.”

Pesquisadora: Você acha que parte das crianças que não merendam lá seria por causa disso?

“Sim, eu acho. A educação que recebe de dar mais do que pode para a criança. Aí a criança acha que almoçar na escola é coisa feia, vai parecer que é pobre. É uma vida enganosa que ele recebe em casa, ele continua.
Tem crianças que têm um poder aquisitivo bom e não tem estas frescuras. Comem na escola normalmente.
Eles acham que comprar é chique. Ele tem dinheiro, pode gastar... [tom de voz diferenciado]
Eu não acho que eles falam: ‘não come na escola não porque é vergonhoso!’, mas se você dá uma educação ao filho além do que você pode, sob mentira. A criança cresce com estas ideias, de que comer na escola é para pobre” (gestor 03).

O gestor é claro em suas colocações sobre esta representação da merenda como sendo algo voltado “para pobre”, indo de encontro ao direito do aluno em obter uma refeição no intervalo de seus estudos, corroborando com as questões levantadas neste trabalho.

⁵² A escola pesquisada permite que os alunos do Ensino Médio saiam da escola para comprar merenda nos arredores da escola. Esta ação é proibida para os alunos do Ensino Fundamental.

É sabido que inúmeros são os fatores de interferência nos hábitos alimentares – “biológico e ecológico, até os níveis tecnológico, econômico, social, político e ideológico” (BLEIL, 1998, p. 05). Tendo em vista esta pluralidade, não se pretende aqui responsabilizar somente à representação da merenda acima mencionada à baixa adesão (STURION, 2005; SANTOS et al., 2008; DANELON; DANELON; SILVA, 2006), mas sim apresentá-la como mais um dos fatores contribuintes para esta situação.

Ao final da entrevista, os gestores foram estimulados a relatar sobre suas experiências pessoais com a merenda escolar, quando eram alunos. Neste sentido, como Moscovici (2011) propõe, as representações poderiam ser entendidas por intermédio de um “ponto de referência” (MOSCOVICI, 2011, p.235) sobre o conceito que estas pessoas tinham sobre a merenda escolar.

A seguir são trazidas partes destas memórias pessoais, expressas em falas, com as impressões dos próprios locutores⁵³.

“Eu estudei em escola particular. Não havia merenda gratuita. Nós levávamos de casa ou comprávamos na cantina. Me lembro de um bolo que servia lá e todos queriam comprar naquele dia. [Expressão de felicidade]” (gestor 02).

“Sempre, sempre estudei em escola pública no Rio. Na época que eu estava no primário (1952) não havia merenda. Depois eles passaram a dar um mingauzinho. No ginásio passou a ter. Eu almoçava na escola. Eu entrava às 7h e saía às 14h, tinha o horário de almoço.

EU: Era qual o cardápio, você se lembra?

Tinha arroz, feijão, uma carne. Macarrão com molho. Tinha uns legumes ensopados. Não tinha esta variedade de hoje.

Não dava desjejum, eu levava merenda para lanche (às 9:30h) antes de almoçar.

No tempo em que eu estudava, tínhamos uma colega que dizia que era filha de oficial da Marinha, que na casa dela tinha isso, aquilo... E, por isso, ela não merendava no colégio. Um dia ela ficou doente e nós nos reunimos para visitá-la. Pegamos o endereço dela na secretaria e fomos. Descobrimos a realidade dela. Ela morava num barraco, lavado, dormia no corredor, o pai dela era camelô... [voz surpresa]

Agora, eu acho que essas fantasias podem ser da cabeça da criança, mas os pais têm que conduzir. Acho que alguns pais promovem estas fantasias” (gestor 03).

Os hábitos alimentares são reflexos na cultura da qual está imersa determinada comunidade. São parte de uma (in)consciência coletiva que admite um certo designo aos

⁵³ A fala do gestor 01 sobre este questionamento está localizada em outro trecho deste estudo.

alimentos ou a preparações alimentares, norteando seu uso. Sob a lente de Ariès (2011) o inconsciente coletivo agrega aquilo que pouco ou nada foi:

“[...] percebido pelos contemporâneos, porque evidente e fazendo parte dos dados imutáveis da natureza, dos lugares-comuns, das ideias que pairam no tempo, dos códigos de conveniência e de moral, dos conformismos e das interdições, expressões admitidas, impostas ou excluídas dos sentimentos e das fantasias” (ARIÈS, 2011, p. 295).

Os atores envolvidos no entendimento das representações sociais da merenda escolar enxergam uma possibilidade de promover uma refeição no ambiente escolar que favoreça o processo educativo – não só nutricional, mas também sobre o conhecimento geral – por meio de uma melhor efetividade dos esforços empregados nesta política educacional.

Por final, um aspecto do qual a pesquisa pôde vislumbrar por meio da soma dos discursos ouvidos, foi uma das faces da cultura na qual Certeau (2001) chama atenção. O autor diz que ela possui um movimento pendular em sua conjuntura, alternando entre o que “permanece” com o que “inventa” (CERTEAU, 2001, p. 239).

Há, por um lado, as lentidões, as latências, os atrasos que se acumulam na espessura das mentalidades, certezas e ritualizações sociais, via opaca, inflexível, dissimulada nos gestos cotidianos, ao mesmo tempo os mais atuais e milenares. Por outro, as irrupções, os desvios, todas essas margens de uma inventividade de onde as gerações futuras extrairão sucessivamente sua “cultura erudita” (CERTEAU, 2001, p. 239).

Sendo assim, há muito o que se perceber e observar dependendo de onde se está, de qual ângulo se vê, sob quais representações se está imbuído. O “universo” da merenda escolar traz consigo um rico histórico que pode, hoje, estar influenciando nas representações dos sujeitos envolvidos com ela. Desta forma, estas representações poderiam também estar influenciando o desenvolver adequado dos objetivos do PNAE, ressaltados a seguir:

Art. 4º O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (BRASIL, 2009, p.01).

É preciso se atentar para aqueles que lidam e fazem uso do programa cotidianamente no universo escolar, seja no âmbito da gestão seja no âmbito dos próprios alunos matriculados nas escolas públicas. Para que realmente o PNAE contribua para o crescimento, o

desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e para o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis nos alunos, é preciso que se deixe de somente distribuir uma refeição no horário das aulas nas escolas públicas, mas sim que todos os sujeitos envolvidos possam tomar a dimensão e participar ativamente desta política social.

Considerações Finais

Nas camadas sucessivas dessas aluviões que guarnecem o fundo de nossas consciências, quantos achados para a arqueologia dos pensamentos humanos (FEBVRE, 2011, p.81).

Na cultura alimentar podem ser vislumbrados dois aspectos básicos: a irregularidade de certezas científicas nutricionais e os encantos e o arraigar da tradição. Aspectos estes que não estão distantes quando nos propomos a entender as políticas públicas dirigidas à merenda escolar no Brasil.

Por outro lado, as representações sociais atribuídas aos alimentos possuem uma característica de “sistema de oposições” (MOSCOVICI, 2011, p. 249) trazidas pelos diferentes enfoques dados a eles, “pelas ‘regras’ de consumo que são deles derivadas, até a multiplicidade de imagens e sentidos que isso produz”. Isto possibilita compreender como um mesmo alimento ou preparação alimentar provocar diferentes tipos de reações e sentimentos dependendo da cultura na qual está se enfocando.

A merenda escolar ao longo do século XX esteve presente nas agendas políticas dos setores da Saúde e da Educação. Em consonância com os problemas enfrentados pelas políticas públicas no Brasil, a merenda escolar, mesmo antes de se tornar um programa de governo, apresentava um caráter fortemente assistencialista. Isto está ligado ao entendimento brasileiro sobre os direitos sociais que acompanham nossa noção de cidadania.

Tais aspectos concludentes puderam ser tomados a partir da reconstituição da trajetória histórica, trilhada neste estudo, sobre a oferta da merenda. Vale lembrar que as respostas obtidas sobre o passado da merenda foram conseguidas devido às perguntas sob as quais este mesmo passado foi submetido (BLOCH, 2001). Sendo assim, a procura pelo caráter fortemente assistencialista dado à merenda se confirmou pelos indícios achados.

Não é exclusividade da merenda escolar esse caráter assistencialista, pois há tantas outras políticas sociais brasileiras que assim se definiram e, talvez ainda hoje, se comportam como tal. Como analisa Carvalho (2002) esta característica se deve ao nosso distorcido entendimento sobre os direitos sociais. No Brasil, este entendimento do direito social carrega consigo marcas de sua construção e consolidação em um período quando os direitos civis e políticos não podiam ser exercidos, prejudicando o exercício da plena cidadania (CARVALHO, J., 2002).

A merenda escolar vem possibilitando frequentes discussões a respeito de seu papel na segurança alimentar e nutricional dos alunos. E, notando sua trajetória de maneira mais detalhada, pode-se perceber que, ao longo do tempo, a merenda escolar no Brasil vem, enquanto programa governamental, se esforçando para assegurar na prática o que se propunha no seu ideário inicial – garantir uma educação de qualidade mediante ao melhor estado nutricional dos alunos.

Por meio das legislações que subsidiaram o PNAE desde a sua criação, pode-se entender que houve um favorecimento da associação do programa com a responsabilidade de cobrir carências nutricionais, as quais estariam ligadas a raízes de desigualdades sociais impregnadas na sociedade brasileira.

Compreendidos os limites que possam ser subjacentes a esta pesquisa, foi possível entender a concomitância entre a ampliação da oferta de escolarização a todas as crianças por parte do Estado e a própria ampliação da oferta da merenda escolar no Brasil. Ou seja, à medida que o Estado brasileiro ampliou sua participação na condução da escolarização da população, percebe-se também uma preocupação cada vez mais frequente em acompanhar essa oferta de vagas na escola à oferta de merenda neste mesmo ambiente.

Porém esta oferta, tanto da escolarização como da merenda escolar, não se faz de maneira linear e homogênea por todo o país. É uma oferta marcada, segundo Romanelli (1986), por traços de mudanças deixadas a partir de 1930, com as “contradições políticas causadas pela luta entre as várias facções das camadas dominantes na estrutura do poder” as quais levaram a um processo de “manutenção e aprofundamento da defasagem entre a educação e o desenvolvimento em nosso país” (ROMANELLI, 1986, p. 127). Pode-se sugerir que este panorama ainda se faz presente hoje, visto que é possível perceber, pela observação da pesquisadora e por estudos sobre o tema, as diferenças tanto na qualidade do ensino em diferentes escolas públicas, como as diferenças na qualidade da merenda escolar oferecida nas mesmas.

Como um marco para a política social voltada à merenda escolar, a Constituição Federal de 1988 considerou a alimentação escolar como um direito de todos os alunos matriculados na Educação Básica no âmbito do ensino público nacional. Assim, a sentença de ser vista como um “favor”, característica histórica que até então se atrelava nitidamente à merenda escolar nas escolas públicas, foi revogada legalmente, dando a ela o status de direito constitucional. Apesar disso, o que se pôde ver com as entrevistas e observações levantadas por essa pesquisa mostra que essa marca histórica ainda se faz presente nas representações sobre a merenda.

Inegavelmente se podem reconhecer atualmente melhorias na qualidade nutricional e no processo da oferta desta refeição no ambiente escolar. Desde os fins do século XX, pode-se perceber, então, uma maior adequação das necessidades nutricionais, da variação do cardápio, da preocupação com a diminuição da oferta de alimentos prejudiciais à saúde infantil, da promoção da sustentabilidade ambiental, por estímulo à produção local de alimentos, entre outros fatores que evidenciam um quadro mais adequado à oferta da merenda escolar nas escolas públicas brasileiras. Outrossim, alguns pontos ainda ficam descobertos pela dissonância entre as teorias regulamentadoras e as práticas cotidianas vivenciadas nas escolas.

Esta pesquisa que agora se expõe neste texto, preocupou-se em perceber algumas das diversas e complexas representações atribuídas à merenda dependendo do ator social envolvido. Apesar dessa diversidade, um ponto, considerado crucial, mostrou-se comum aos diferentes sujeitos que se envolvem com a merenda escolar na escola pública. E, assim, emergiu a constatação que a maior adesão está associada ao aluno mais carente do ponto de vista socioeconômico, o que foi relatado pelos três grupos de sujeitos pesquisados.

Esta associação entre a maior adesão e a carência socioeconômica depõe contra o caráter universal descrito nas diretrizes atuais do PNAE, sugerindo que há um discurso de universalização, mas que na prática se mostra focalizado.

Os sujeitos sociais se comportam de formas diferentes ao lidarem com a merenda, desde a reserva e direcionamento de recursos financeiros e humanos para o programa até o momento de sua preparação e degustação. No caso da merenda escolar, os principais sujeitos sociais que nos deparamos ao pensar esse programa são: Os agentes governamentais, os legisladores, componentes do poder executivo em determinados momentos históricos; secretários e sub-secretários de educação, gestores escolares, nutricionistas responsáveis técnicos pela merenda escolar e os responsáveis pela operacionalização da merenda, que no âmbito geral receberam o título genérico de merendeiras, os alunos e sua família. Dessa diversidade de sujeitos, vale lembrar, subjazem da mesma forma uma grande diversidade de comportamentos e representações.

Este estudo verteu suas preocupações para os seguintes sujeitos sociais que advêm do grande e complexo grupo acima referido: alunos, merendeiras e gestores. Não se esqueceu aqui que os alunos são o foco do PNAE, mas são acompanhados, quando pensamos na oferta da merenda escolar, por outros beneficiários indiretos (sejam eles os responsáveis pelos

alunos, professores e funcionários da escola, entre outros possíveis beneficiários)⁵⁴, os quais podem ser considerados propulsores das representações inerentes ao ato de merendar na escola.

A partir da análise dos relatos sobre a merenda conseguidos pela interlocução com os sujeitos envolvidos, poderia se sugerir que estas representações sociais criam uma condição favorável, nestas mesmas pessoas, para que representem uma “verdade comum” sobre a merenda escolar (MOSCOVICI, 2011, p. 249). Ou seja, a representação social da característica histórica da merenda destinada às crianças carentes, apresenta aos alunos de hoje uma dicotomia entre comer de forma mais saudável, gratuitamente, mas com a sombra de uma representação de carência; ou comer alimentos comprados, prejudiciais à saúde, mas com status de poder econômico e social.

Pensando sobre todos os elementos apurados por esta pesquisa, pôde-se entender que diversas são as causas da diminuição da frequência com que os alunos vão merendar. Dentro dessa diversidade, foi possível perceber três destas causas primordiais.

A primeira se liga ao fato de que a qualidade nutricional da merenda influencia grandemente na sua preferência. Refere-se às propriedades organolépticas inerentes de uma refeição, como cor, sabor, cheiro, textura, as quais podem ser muito diferentes de acordo com o modo e todos os cuidados nutricionais e higiênico-sanitários envolvidos em seu preparo. Assim, pôde-se confirmar por intermédio dos relatos aqui observados que o cardápio e a sua operacionalização influenciam na quantidade de crianças que procuram a merenda na hora de seus intervalos das aulas.

Além disso, a observação do campo tornou possível visualizar uma operacionalização inadequada da merenda escolar, ou seja, do ponto desde o financiamento até a hora em que a criança come a refeição, há diversos fatores que prejudicam o aproveitamento do programa efetivamente como uma política de segurança alimentar.

O que se viu na escola estudada foi uma mão-de-obra específica no tratamento da merenda – as merendeiras – com qualificação mínima para atuar. Este perfil é acentuado pelo fato da entidade executora optar por terceirizar tal mão-de-obra, o que não favorece a identificação do profissional com sua função. Sem estabilidade no trabalho e com capacitação praticamente inexistente, o que se percebeu foi um grupo com extrema dedicação e carinho ao

⁵⁴ Disse aqui possíveis porque ora os mesmos foram percebidos pela bibliografia pertinente levantada neste estudo (BEZERRA, 2009) ora percebidos pela observação direta da pesquisadora na pesquisa de campo, mas pelas limitações inerentes ao contexto da pesquisa não se suscitou o relevante assunto.

trabalho, o qual consegue servir uma refeição de sabor bastante agradável, mas com falhas técnicas graves na manipulação dos alimentos.

O segundo aspecto influente na adesão é a forte influência do apelo consumista que acomete a vivência na sociedade atual. Isso se revela principalmente no que tange ao público jovem, estes apelos se tornam recorrentes e passam a caracterizar uma identidade entre seu grupo. O poder de comprar um lanche no intervalo da aula pode trazer a sensação de estar mais perto do ideal de consumo a que se é exposto diariamente. Sugere-se então que o ato de comprar traria uma sensação de superioridade em relação à oferta gratuita da merenda escolar.

Enfim, a terceira razão para a baixa adesão percebida neste estudo vem justamente da questão norteadora deste estudo: a relação perene da merenda escolar com a vulnerabilidade social. Pensando as evidências encontradas como “janelas de acesso à realidade” (GINZBURG, 2011, p.347) entendeu-se que o processo de caracterização do ato de merendar como um atestado de pobreza realmente está presente no imaginário e nas representações dos sujeitos envolvidos com o programa.

Um dos pontos contemplados nas diretrizes atuais do PNAE é a promoção de hábitos alimentares saudáveis que possam contribuir para a formação de cidadãos com consciência da prevenção de morbimortalidades com a utilização da educação nutricional. Porém, na prática observada, não se pôde ver movimentos significativos em relação a esta proposta.

Parece haver por parte das entidades executoras e do governo federal, uma negligência no quantitativo proporcionalmente necessário de nutricionistas responsáveis técnicos pelo programa. Este profissional poderia conduzir não só a operacionalização do programa, como também promover estratégias de educação nutricional voltadas para os alunos, seus responsáveis e os professores e os funcionários. Este profissional poderia promover um ciclo de conhecimento que passasse por todos os sujeitos escolares, promovendo uma consciência crítica em relação ao consumo de alimentos prejudiciais à saúde humana.

Infelizmente, na escola estudada foi relatada uma presença (às vezes até mesmo ausência) muito deficitária de profissionais especializados ao trato com todo o processo que envolve a produção da alimentação oferecida pelo PNAE, dificultando, portanto, a correção de problemas no processo produtivo da merenda e o desenvolvimento de ações de educação nutricional. A presença real do nutricionista, por exemplo, seria crucial para que a merenda oferecida nas escolas tivesse efetiva extensão de direito⁵⁵.

⁵⁵ A afirmação de presença real/efetiva se refere ao contraponto de que na escola estudada, as nutricionistas responsáveis pela execução do PNAE, muito raramente a visitam. Fato relatado pelas merendeiras durante a observação direta da pesquisadora.

Esta constatação da pesquisadora se articula com a avaliação explicitada pelo próprio CRN4 em documento em que se constata que, apesar da:

[...] determinação do FNDE, na atualidade, há apenas uma Nutricionista responsável pela execução do PAE em 1350 UE, enquanto o preconizado pela Res. CFN nº 465/201012, é de 386 (trezentos e oitenta e seis) Nutricionistas. Essa condição imposta pela gestão pública inviabiliza o desenvolvimento das atribuições do Nutricionista e compromete eticamente a assunção da responsabilidade técnica, evidenciada pela alta rotatividade de profissionais nos últimos anos. Como consequências desse cenário, estão sendo violados o Direito Humano à Alimentação Adequada e outros fundamentais consagrados na Constituição Federal, sendo dever do poder público adotar as políticas e ações necessárias para promover e garantir a Segurança Alimentar e Nutricional da população escolar (CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS, 2013, p. 11).

Uma outra face do que se poderia sugerir para a efetivação da merenda escolar como um instrumento de segurança alimentar e nutricional seria a possibilidade de a escola proporcionar à criança o acesso ao estudo em tempo integral para a educação básica. Isto sim poderia possibilitar a cobertura de suas necessidades nutricionais diárias, seu aprendizado sobre a alimentação saudável, sem falar do processo educacional inegavelmente mais efetivo.

A educação em tempo integral é uma das metas proposta da Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 que determina o Plano Nacional de Educação (PNE). A Meta 6 deste Plano, pretende, neste decênio de vigência, “oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica” (BRASIL, 2014b, p.04).

Outrossim, se colocada em prática, além da qualidade educacional, haverá também um inegável ganho no que se refere ao estímulo ao crescimento da agricultura familiar e a sustentabilidade local, por intermédio da oferta de refeições relativas ao período integral de estudos (BELIK; CHAIM, 2009). Não se tem aqui a intenção de simplificar a complexidade de fatores envolvidos em uma educação integral e em tempo integral (COELHO, 2009), discussões demasiadamente intrincadas e que fogem aos objetivos específicos deste trabalho, mas sim apontar para um aspecto positivo de sua implementação⁵⁶.

No que cerne às representações sociais da merenda, elas podem assumir diversos formatos, podendo ser mutáveis em cada contexto, em cada cidade, em cada escola e até em

⁵⁶ Pode-se entender a educação integral como propõe Lígia Coelho (2009) uma educação abrangente que contemple a promoção do conhecimento, incluindo a formação do indivíduo como um todo, seu corpo e sua mente. Difere-se da concepção de atividades extras as quais são direcionadas a ocupar o contratempo de estudos do aluno, sem que seja efetivada sua orientação pedagógica.

cada turno da mesma escola, pois os contextos sócio-históricos aos quais os sujeitos estão inseridos são variáveis.

Sob o prisma a que se teve a oportunidade de ver, envolvendo os escolares, os gestores e as merendeiras, uma das representações sociais que a merenda escolar pode assumir é aquela que parece reforçar uma condição de necessidade sócio-econômica da qual parece estar presente no “inconsciente coletivo” (ARIÈS, 2011). Desta forma, apesar da merenda escolar ser um direito, carrega consigo a representação histórica e socialmente construída de ser, primordialmente, uma suplementação da carência nutricional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Mariza. Alimentação Escolar Na America Latina: programas universais ou focalizados/políticas de descentralização. **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995.

_____. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR: combate à desnutrição e ao fracasso escolar ou direito da criança e ato pedagógico? **Em Aberto**, Brasília, ano 15, n.67, jul./set. 1995.

ACCIOLY, E.; SAUNDERS, C.; LACERDA, E. M. de A. **Nutrição em obstetrícia e pediatria**. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 2004.

ALMEIDA, M.H.T.; WEIS, L. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao regime militar. In NOVAIS, F (org.); SCHWARCZ, L.M. (org. vol.) **História da Vida Privada no Brasil**, vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.319-410.

ALONSO, M. O Trabalho Coletivo na Escola. In: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. *Formação de Gestores Escolares para a Utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação*. PUC-SP, 2002. p. 23-28.

ALVES, C. O educador e sua relação com o passado. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 03, p. 205-217, set. 2012.

ARAÚJO, V.C. A criança socialmente desvalida: entre o trabalho e a ameaça da lei. In: FARIA FILHO, L.M.; ARAÚJO, V.C. (orgs.). **História da Educação e da assistência à infância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 171-204.

ARIÈS, P. A História das Mentalidades. In: NOVAIS, F.A.; SILVA, R.F. (orgs.) **Nova história em perspectiva**. vol 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 269-295.

ARRETCHE, M. T. S. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 14, n.40, junho/99, p.111-141.

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.

ASSAO, T.Y. Alimentação Escolar: percepção dos atores sociais de escolas de um município da Região Metropolitana de São Paulo. Tese, USP, São Paulo, 2012.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. São Paulo, **Saúde e Sociedade**. v.12, n.1, p.12-20, jan-jun 2003.

BELIK, W.; CHAIM, N. A. O Programa Nacional de Alimentação Escolar e a gestão municipal: eficiência administrativa, controle social e desenvolvimento local. **Rev. Nutr., Campinas**, 22(5):595-607, set./out., 2009.

BELIK, W.; SOUZA, L.R. Algumas reflexões sobre os programas de Alimentação escolar na América Latina. Instituto de Economia da UNICAMP. **Planejamento e Políticas Públicas**. n. 33, jul./dez. 2009. p.103-122.

BEZERRA, J. A. B. Do Programa Nacional de Merenda Escolar (1954) ao Programa Fome Zero (2003): rastros do itinerário da Política de Alimentação Escolar no Brasil. In: CAVALCANTE, M. J. M. (org.). **Biografias, Instituições, Idéias, Experiências e Políticas Educacionais**. Fortaleza: Ed. UFC, 2003.

_____. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação** v. 14 n. 40 jan./abr. 2009.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 15.ed. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 2011.

BURLANDY, L.; ANJOS, L.A. Acesso à alimentação escolar e estado nutricional. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(5):1217-1226, mai, 2007.

BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em Educação**. Porto: Porto Editora, 1994.

BLEIL, S. I. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. Artigo publicado no Vol. VI/ 1998 da **Revista Cadernos de Debate**, uma publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP, páginas 1-25, 1998.

BLOCH, M. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2001.

BRANDÃO, T.M. Avaliação da aceitação e preferências de cardápios do Programa de Merenda Escolar em escolas municipais do ensino fundamental da cidade de Campinas. **Dissertação**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas. 2000. 91p.

BRASIL, Expediente do Sr. Director de Despesa Pública, n. 218, Diário Oficial da União, dia 01 de setembro de 1923, p. 24366.

BRASIL, Expediente do Sr. Diretor Geral de Contabilidade, n. 2.321, Diário Oficial da União, dia 17 de junho de 1925, p. 13000.

BRASIL, Decreto-Lei Nº 2.478 – de 05 de Agosto de 1940 - CLBR DE 07/08/1940. Cria o Serviço de Alimentação da Previdência Social (S.A.P.S.) no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

BRASIL, Lei nº 1.102, de 18 de Maio de 1950. Aprova o Plano Salte e dispõe sobre sua execução, Diário Oficial da União.

BRASIL, Decreto nº 37.106, de 31 de Março de 1955. Institui a Campanha da Merenda Escolar. Diário Oficial da União - Seção 1 de 02/04/1955.

BRASIL, Decreto nº 39.007, de 11 de Abril de 1956. Dá nova redação ao arts. 1º, 2º e 4º do Decreto nº 37.106 de 31 de março de 1955, passando a chamar Campanha Nacional de Merenda Escolar.

BRASIL, Termo de convênio, Divisão de Orçamento, 01 de junho de 1956, Convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e o Estado do Rio de Janeiro para a realização do “Programa de Merenda Escolar” neste estado. Diário Oficial da União, p.10908.

BRASIL, Decreto nº 45.096, de 22 de Dezembro de 1958a. Aprova o Regimento do Serviço de Alimentação da Previdência Social e dá outras providências.

BRASIL, Decreto nº 43.170, de 04 de Fevereiro de 1958b. Aprova o Regimento da Divisão de Educação Extra-Escolar do Departamento Nacional de Educação, do Ministério da Educação e Cultura.

BRASIL, Decreto nº 50.370, de 21 de Março de 1961. Dispõe sobre um programa de educação de base, e adota medidas necessárias à sua execução através de Escolas Radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País a ser empreendida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/3/1961, Página 2801.

BRASIL, Decreto nº 55.777, de 19 de Fevereiro de 1965. Isenta a Campanha Nacional de Merenda Escolar, do Ministério da Educação e Cultura, do pagamento de emolumentos consulares, licenças de importação e etc. Diário Oficial da União, Seção 1 - 23/2/1965, p. 2.134. Acessado em 28 de julho de 2014.

BRASIL, Decreto nº 63.258, de 19 de Setembro de 1968. Dispõe sobre o projeto especial prioritário do Programa Estratégico para o Desenvolvimento, denominado "Operação-Escola". Diário Oficial da União - Seção 1 - 20/9/1968, Página 8297.

BRASIL. Decreto Nº 72.034, de 30 de Março de 1973. Dispõe sobre regulamentação do Programa Nacional de Nutrição. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=185921&norma=201668> acessado em 26 julho 2013.

BRASIL, Exposição de Motivos nº 2, de 19 de Novembro de 1974. Propõe a estratégia, os objetivos e os instrumentos de ação visando ao desenvolvimento social do Nordeste. Diário Oficial da União - Seção 1 - 22/11/1974, Página 13301 (Exposição de Motivos).

BRASIL, Lei nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977 – Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à Segurança e Medicina do Trabalho. Reiterada pela Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978, que aprova as Normas Regulamentadoras.

BRASIL, Constituição 1988. **Constituição República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1988 art. 208 cap. III – O dever do Estado com a Educação. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em 04 de fevereiro de 2015.

BRASIL. Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994 revogada pela Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil/ Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: 2009. Acessado em 11 de julho de 2012.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Avaliação do impacto distributivo e elaboração de sistemática de monitoramento do PNAE [relatório final de pesquisa]. Brasília: MEC; 2002. [*online*]. Acesso em 25 de julho de 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação-Geral da Política de Alimentação e Nutrição. Guia alimentar para a população brasileira: promovendo a alimentação saudável. Brasília: Ministério da Saúde, 2005a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área Técnica de Saúde da Mulher. Pré-natal e Puerpério: atenção qualificada e humanizada – manual técnico/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005b.

BRASIL, Resolução FNDE/CD nº 38 de 16 de julho de 2009. Estabelece as normas para a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Acessado em 11 de fevereiro de 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Alimentação Escolar [acesso 25 set 2011]. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>

BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Acessado em 27 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-legislacao>>

BRASIL, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Programas, PNAE [Online]. Brasília: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/alimentacao-escolar-historico> Acessado em 25 de julho de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação– FNDE - Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013. <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013> Acessado em 11 de fevereiro de 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2.ed. Brasília : Ministério da Saúde, 2014a.

BRASIL. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, 2014b.

BRESSER PEREIRA, L.C. A reforma do Estado nos anos 90: lógica e mecanismos de controle. Rev. Lua Nova, nº 45, 1998. p. 49-95.

CAMARA, S. Infância pobre e instituições assistências no Brasil republicano. In: FARIA FILHO, L.M.; ARAÚJO, V.C. (orgs.). **História da Educação e da assistência à infância no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 17-56.

CAMBI, F. **História da Pedagogia**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

CALDAS, E.L., ÁVILA, M.L. Continuidade de políticas públicas e o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), *Revista Espaço Acadêmico*, n.148, 2013, p.77-84.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho, 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CARVALHO, M.L.M. Desvendando raízes e retratos no campo da alimentação e nutrição no Brasil: de Francisco Pompêo do Amaral ao Centro Paula Souza. Tese apresentada na Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

CARVALHO, M.M.C. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, M.C. (org.) **História Social da Infância no Brasil**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CARVALHO, R.A.; BERNARDO, F.O. Caixa Escolar: instituto inestimável para execução do projeto da educação primária. *Educ. foco*, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, set 2011/fev 2012.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**: (o dilema brasileiro: pão ou aço). 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CECCIM, R. B. A merenda escolar na virada do século: agenciamento pedagógico da cidadania. In: **Em aberto**: merenda escolar. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1995.

CERTEAU, M. **A cultura no plural**. 2.ed. Campinas: Papius, 2001.

CERUTTI, S. A Construção das Categorias Sociais. In: BOUTIER, J.; JULIA, D. **Passados recompostos**: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora da FGV, 1998. p.233-242.

CIMINO, M.S. S. Iluminar a terra pela inteligência: trajetória do aprendizado agrícola de Barbacena, MG (1910 - 1933). 369 f. Orientador: José Gonçalves Gondra. Tese, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

CHARLOT, B. **A mistificação pedagógica**: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. São Paulo: Cortez, 2013.

CHESNEAUX, J. **¿Hacemos tabla rasa del pasado?** A propósito de la historia y de los historiadores. 11.ed. México: Siglo XXI editores, 1990.

CLANDININ, D.J.; CONNELLY, F.M. **Pesquisa narrativa**: experiências e história na pesquisa qualitativa. Uberlândia: EDUFU, 2011.

COELHO, L. M.C.C. História(s) da educação integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.

COMER BEM! A Campanha da Alimentação entre os alunos das escolas fluminenses – e a primeira turma diplomada pelo Curso de Alimentação e Nutrição do Estado do Rio. **Jornal A Noite**, dia 29 de dezembro de 1940. Edição 10375 (1), Hemeroteca Digital Brasileira.

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. **O Nutricionista e o Conselho**: Informações para maior integração. Brasília: Sistema CFN/CRN, 2011.

_____. Conselho Regional de Nutricionistas – 4ª Região, **Relatório sobre a qualidade da alimentação oferecida por Unidades Escolares Estaduais no Estado do Rio De Janeiro**. Rio de Janeiro: CRN4, 2013.

CURSO PARA MERENDEIRAS na Escola “Anna Frank”. **Jornal A Noite**. Dia 18 de outubro de 1961.

CRIANÇAS VÃO A ESCOLA porque querem comer. **Jornal Correio da Manhã** – RJ. Data 8-14 de janeiro de 1960. Ed. 20486.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. En publicación: **América Latina: cidade, campo e turismo**. LEMOS, A.I.G.; ARROYO, M.; SILVEIRA, M.L. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. San Pablo: 2006.

DANELON, M. A. S.; DANELON, M.S.; SILVA, M. V. da. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa de Alimentação Escolar e das cantinas. **Rev. Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 13(1): 85-94, 2006.

DEMO, P. **Desafios modernos da Educação**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Saber pensar**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

DESVIO DE MERENDA escolar é apurado em Minas, **Jornal do Brasil**, 1º caderno, Nacional Ensino, 03 de julho de 1972. p.20.

DIEHL, A.A. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: EDUSC, 2002.

DIRETOR DO PMA fala no Pedro II, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 03 de março de 1967, 1º caderno, p.09.

DRAIBE, S. M. Uma Nova Institucionalidade das Políticas Sociais? Reflexões a propósito da Experiência latino-americana recente de reformas dos programas sociais. **São Paulo em perspectiva**, 11(4) 1997, p.3-15.

ESCOLAS PODEM PARAR POR FALTA DE MERENDA e materiais básicos: Governo do Estado não repassa verbas para merenda e manutenção das escolas estaduais desde Outubro de 2014 e dará feriado nos dias 19 e 20 de fevereiro. Disponível em **Jornal SEPERJ**: http://www.seperj.org.br/ver_noticia.php?cod_noticia=5968 Acessado em 12 de fevereiro de 2015.

ESPING-ANDERSEN, G. As três economias do *Welfare State*. **Rev. Lua Nova**, n. 24, 1991, p.85-116.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO, Secretaria Estadual de Educação, Programa de Alimentação Escolar do RJ. **Manual de orientações técnicas**. Rio de Janeiro: SEEDUC, 2013.

FALLEIROS, I; CASTRO, V.; FONTES, V. Ciência e método de trabalho científico – Marx e o marxismo. In MATTOS, R. A.; BAPTISTA, T. W. F. **Caminhos para análise das políticas de saúde**, 2011. p. 93-110 . Online: disponível em www.ims.uerj.br/ccaps.

FAO/ONU, Food and Agriculture Organization, Organização das Nações Unidas. <http://www.rlc.fao.org/pt/programabrasilfao/projetos/alimentacao-escolar/>

FEBVRE, L. Contra o vento: manifesto dos novos *Annales*. In: NOVAIS, F.A.; SILVA, R.F. (orgs.) **Nova história em perspectiva**. vol 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 74-85.

FERNANDES, A. G.S. Alimentando o saber: o perfil das merendeiras, suas percepções em relação ao ofício e as possibilidades para a educação. **Dissertação**. 116 p. UFRJ, 2012.

FERREIRA, J.; GOMES, A.C. **1964**: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura militar no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FLÁVIO, E.F.; BARCELOS, M.F.P.; LIMA, A.L. Avaliação química e aceitação da merenda escolar de uma escola estadual de Lavras, MG. **Revista Ciênc Agrotec**. 2004; 28(4):841-7.

FLEURY, S.; OUVENEY, A.M. Política de Saúde: uma política social. p.8-23. In: GIOVANELLA, L. et al. (orgs). **Políticas e Sistema de Saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da FIOCRUZ, 2008.

FREITAS, M. C.; BICCAS, M.S. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

FREQÜÊNCIA DE ALUNOS chega a estar praticamente normal, **Jornal do Brasil**, 1º caderno, 27 de fevereiro de 1970, p.14.

GALVÃO, A. M. O.; LOPES, E. M. T. **Território plural**: a pesquisa em história da educação. São Paulo: Ática, 2010.

GEREMEK, B. Entre o individual e o coletivo: história social ou história moral? In: NOVAIS, F.A.; SILVA, R.F. (orgs.) **Nova história em perspectiva**. vol 2. São Paulo: Cosac Naify, 2013.p.270-278.

GINZBURG, C. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. In: NOVAIS, F.A.; SILVA, R.F. (orgs.) **Nova história em perspectiva**. vol 1. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 342-358.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M.C.S. (org.); DESLANDES, S.F.; GOMES, R. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2012.

GRABOVSKI, C. L'étude des représentations sociales de l'alimentation : une approche développementale intégrative. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, vol.8, n. 16, 2011. Disponível em <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewFile/164/137>

GRENIER, J.Y. A História Quantitativa ainda é necessária? In: BOUTIER, J.; JULIA, D. **Passados recompostos**: campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ; Editora da FGV, 1998. p.183-192.

HELLER, A. **O Cotidiano e a História**. 6.ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.

HÖFLING, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001. p. 30-40.

HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (orgs.) **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 11-28.

INÁCIO FILHO, G.; SILVA, M.A. Reformas educacionais durante a Primeira República no Brasil (1889-1930). In: SAVIANI, D. (org.) **Estado e Políticas Educacionais na História da Educação brasileira**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 217- 250.

- LE GOFF, J. **História e memória**. 4.ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- JACOBI, P. Políticas Públicas: uma agenda de questões e indagações no contexto da transição. **São Paulo em perspectiva**, 3(1/2):42-45, jan/jun, 1989.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- MAHAN, L.K.; ESCOTT-STUMP, S. **Krause - alimentos, nutrição & dietoterapia**. 10.ed. São Paulo: Roca, 2002.
- MARSHALL, T.H. **Cidadania, Classe social e Status**, Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 1967.
- MARTINS, R. C. B.; RENOSTO, R. V.; MOTTA, D. G.; OLIVEIRA, M. R. M. Distribuição Geográfica da prevalência de agravos nutricionais entre escolares na cidade de Piracicaba-SP, Brasil. **Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr.** = J. Brazilian Soc. Food Nutr., São Paulo, SP, v. 35, n. 2, p. 1-17, ago. 2010.
- MARTINS, R.C.B; MEDEIROS, M.A.T; RAGONHA, G.M.; OLBI, J.H; SEGATTI, M.E.P.; OSELE, M.R. Aceitabilidade da alimentação escolar no ensino público fundamental. **Saúde Rev.**, v. 6, n. 13, p. 71-78, 2004.
- MARTINS, A. M. S; BONATO, N. M. C.(org) **Trajetórias Históricas da Educação**. Rio de Janeiro: Rovel, 2009.
- MELLO, J.M.C.; NOVAIS, F. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. *In* NOVAIS, F (org.); SCHWARCZ, L.M. (org. vol.) **Historia da Vida Privada no Brasil**, vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 560-658.
- MERENDA NAS ESCOLAS PARA 4 MILHÕES, **Correio da Manhã**, 1º Caderno, 19 de julho de 1961, p.04.

MINAYO, M.C.S.; GOMES, S.F.D.R. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31.ed. Petrópolis, Vozes, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Rio de Janeiro, Vozes, 2011.

MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em município do Estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. *Rev. Nutr.* vol.20 n.3 Campinas Mai/Jun 2007.

OLIVEN, R. G. Consumo, logo existo. In: LEITÃO, D.K.; LIMA, D. N. O.; PINHEIRO MACHADO, R. (Org.). **Antropologia e consumo: diálogos entre Brasil e Argentina**. Porto Alegre: AGE, 2006.

ORTEGA, A.C.; BORGES, M. S. *Codex Alimentarius: a segurança alimentar sob a ótica da qualidade*. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, 19(1): 71-81, 2012.

PANCIERA, A.L.; STURION, G.L.; SILVA, M.V. da. Subsídios para a gestão do Programa de Alimentação Escolar. In: **Anais do 6º Simpósio Latino-Americano de Ciência de Alimentos**, Campinas, 2005.

PASSETTI, E. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORI, M. **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

PEIXINHO, A.M.L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. **Rev. Ciência & Saúde Coletiva**, 18(4):909-916, 2013.

PIRAGINE, K.O.; HARACEMIV, S.M.C.; MASSON, M.L. Merenda escolar na medida certa. In: **Anais do 19º Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos**, Recife, 2004. SBCTA, 2004.

POCHMANN, M. Proteção Social na periferia do Capitalismo: considerações sobre O Brasil. **São Paulo Em Perspectiva**, 18(2): 3-16, 2004.

PROBLEMAS DE NUTRIÇÃO, **Jornal Correio da Manhã** – RJ, dia 07 de fevereiro de 1957. 1º caderno. p. 04.

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO BRASIL-FAO, Projeto de Fortalecimento dos Programas de Alimentação Escolar (CGP/RLA/180/BRA). Disponível em <http://www.rlc.fao.org/pt/programabrasilfao/projetos/alimentacao-escolar/> Acessado em 01/09/14.

REUNIÓN DE EVALUACIÓN del 2013 y planificación de las actividades para el 2014. Programa de Cooperação Brasil - FAO; Ministérios da Educação e das Relações Exteriores; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Agência Brasileira da Educação. Brasília: 2013.

REVEL, J. **A Invenção da Sociedade**. Lisboa: DIFEL, 1989.

ROCHA, A. A. B. de M. Alimentação Escolar: A importância da descentralização e da participação na garantia deste direito. Publicado em 15 outubro, 2009 por **RMC (Revista de Ciências Médicas – Puc Campinas)**, São Paulo, 2009.

ROCHA, H.H.P. Cultura escolar e práticas de higienização da infância na escola primária paulista. In: VIDAL, D.G.; SCHWARTZ, C.M. (orgs.) **História das culturas escolares no Brasil**. Vitória: EDUFES, 2010. p.159-195.

RODRIGUES, R.R.J. Formando os cidadãos fluminenses: república e escola primária no município de Campos – RJ (1893 – 1931). 332 f. Orientadora: Silvia Alicia Martínez. **Dissertação**. UENF, Campos dos Goytacazes, 2014.

ROMANELLI, O. O. **História da educação no Brasil** (1930-1973). 8.ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SANTOS, L.M.P. et al. Avaliação de Políticas Públicas de Segurança Alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(11):2681-2693, nov, 2007.

SANTOS, I.H.V.S.; XIMENES, R.M.; PRADO, D.F. Avaliação do cardápio e da aceitabilidade da merenda oferecida em uma escola estadual de ensino fundamental de Porto Velho, Rondônia. **Revista Saber Científico**, Porto Velho, 1 (2): 100 - 111, jul./dez., 2008.

SETENTA por cento dos alunos de escolas da PDF vão à aula para merendar, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1960, 1º caderno, edição 00024, p.07.

SILVA, A. C. De Vargas a Itamar: políticas e programas de alimentação e nutrição, Estudos avançados 9 (23), 1995, texto apresentado no seminário Pobreza, fome e desnutrição no Brasil realizado em 2 de dezembro de 1994 no IEA-USP.p.87-107.

SOBRAL, F.; COSTA, V.M.H.M. Programa Nacional de Alimentação Escolar: sistematização e importância. **Rev. Alim. Nutr.**, Araraquara, v.19, n.1, p. 73-81, jan./mar. 2008.

SOUZA, D.B; FARIA, L.C.M. Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do Ensino no Brasil: A Gestão Política dos Sistemas Públicos de Ensino Pós-LDB 9.394/96. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.12, n.45, p. 925-944, out./dez. 2004.

STEFANINI, Maria Lucia Rosa. Merenda Escolar: História, evolução e contribuição no atendimento das necessidades nutricionais das crianças. Tese apresentada na Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

STOLARSKI, M. C. Caminhos da alimentação escolar no Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico com ênfase em Políticas Públicas, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

STURION, G. L.; SILVA, M. V. da; OETTERER, M.; GALEAZZI, M.A.M; PIPITONE, M.A.P. Aceitação das refeições distribuídas pelo programa de alimentação escolar: estudo de

caso. In: Anais do 19º Congresso Brasileiro de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Recife: SBCTA, 2004.

STURION, G.L; SILVA, M.V. da; OMETTO, A.M.H; FURTUOSO, M.C.O; PIPITONE, M.A.P. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. Rev. Nutr., Campinas, v.18, n.2, p. 167-81, mar./abr. 2005.

TARDIDO, A. P.; FALCÃO, M.C. O impacto da modernização na transição nutricional e obesidade. Rev Bras Nutr Clin 2006; 21(2):117-24.

TEO, C. R. P. A.; CORRÊA, E. N.; GALLINA, L. S., FRANZOZI, C. Programa nacional de alimentação escolar: adesão, aceitação e condições de distribuição de alimentação na escola. Nutrire: rev. Soc. Bras. Alim. Nutr. = J. Brazilian Soc. Food Nutr., São Paulo, SP, v. 34, n. 3, p. 165-185, dez. 2009.

VASCONCELOS, F.A.G. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(11):2710-2717, nov, 2008.

_____. (org) O Papel do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2. ed. - Brasília : PNAE : CECANE- SC, 2012.

VASCONCELOS, F.A.G. de; BATISTA FILHO, M. História do Campo da alimentação e Nutrição em saúde coletiva no Brasil. Ciência e Saúde coletiva vol.16 n.1. Rio de Janeiro, 2011.

VERGARA, S.C. **Métodos de Coleta de Dados no Campo**. São Paulo: Atlas, 2009.

XAVIER, M.E.S.P. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

ANEXOS

ANEXO 1

TRECHO DESTACADO DO RELATÓRIO SOBRE A QUALIDADE DA ALIMENTAÇÃO OFERECIDA POR UNIDADES ESCOLARES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

In: CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS. Conselho Regional de Nutricionistas – 4ª Região. **Relatório sobre a qualidade da alimentação oferecida por Unidades Escolares Estaduais no Estado do Rio De Janeiro**. Rio de Janeiro: CRN4, 2013.

Neste sentido, o presente estudo indica a necessidade de medidas de intervenção que possam assegurar o cumprimento dos objetivos do PAE, de forma a promover e proteger a saúde da comunidade escolar.

Recomendações

1. Criação do cargo de Nutricionista entre o quadro de profissionais de nível superior da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, tendo por base as atribuições profissionais previstas na Resolução CFN nº 465/201012;
2. Definição de quadro compatível de Nutricionistas para execução do PAE/RJ, segundo a Resolução CFN nº 465/201012, que estabelece parâmetros numéricos mínimos de referência no âmbito da alimentação escolar baseados no número de educandos. Cotejando o Censo Escolar do Estado (2012) com os parâmetros definidos na resolução mencionada, constata-se a atual necessidade de 386 (trezentos e oitenta e seis) Nutricionistas para atender a rede estadual, uma vez que esta possui 960.000 (novecentos e sessenta mil) escolares;
3. Realização de concurso público para provimento dessas vagas;
4. Adequação de instalações das escolas, com destaque para a área física e equipamentos das UAN;
5. Investimento em programas de capacitação permanente dos manipuladores de alimentos e em melhores condições de trabalho, associado ao quadro técnico adequado de Nutricionistas, para determinar, zelar e acompanhar o efetivo cumprimento das recomendações técnicas e higiênico-sanitárias;
6. Estabelecimento de parcerias com as Vigilâncias Sanitárias municipais para fiscalização do cumprimento da legislação sanitária vigente e com o Conselho de Alimentação Escolar do estado do Rio de Janeiro para acompanhamento e fiscalização.

ANEXO 2

Cardápio elaborado pela Entidade Executora da escola pesquisada para a 2ª semana de Maio de 2014.

CARDÁPIO DA SEMANA		
2ª feira Almoço Sobremesa Lanche	Arroz, Feijão, Estrogonofe de carne, Salada de pepino com tomate. Maçã Suco de fruta e mini-bolo sem recheio	
3ª feira Almoço Sobremesa Lanche	Macarrão, Feijão, Frango desfiado ao molho e Salada de alface. Banana Leite com achocolatado e biscoito salgado com requeijão.	
4ª feira Almoço Sobremesa Lanche	Arroz, Feijão, Bolo de carne seca e Salada de cenoura. Bananada Suco de fruta e pão com ovos mexidos.	
5ª feira Almoço Sobremesa Lanche	Arroz, Feijão, Frango em cubos e batata gratinada. Tangerina Iogurte e pão com queijo prato.	
6ª feira Almoço Sobremesa Lanche	Arroz com vagem, Feijão, Fígado acebolado e Abóbora cozida com salsa Doce de leite Suco de fruta e biscoito rosquinha - tangerina	
	<table border="1"> <tr> <td>Sábado (17/05) Feijão, arroz, almôndega e Salada verde</td> </tr> </table>	Sábado (17/05) Feijão, arroz, almôndega e Salada verde
Sábado (17/05) Feijão, arroz, almôndega e Salada verde		
<p>Os cardápios poderão sofrer alterações em razão do abastecimento, sazonalidade e custo dos alimentos. A variação dos custos pode ser observada na tabela mensal de preços de mercado de gêneros alimentícios da Fundação Getúlio Vargas. Essas alterações devem ser feitas dentro dos grupos alimentares e não podem prejudicar o valor nutricional das refeições, segundo as recomendações da Resolução [...]*. Os grupos alimentares são as proteínas, carboidratos e lipídios. Ex.: Carne de boi poderá ser trocada por frango; feijão preto poderá ser trocado por feijão mulatinho; batata poderá ser trocada por aipim; maçã poderá ser trocada por banana.</p>		

Cardápio reproduzido pela autora.

Foi utilizada a mesma estrutura gráfica e a ortográfica originais do documento.

* Fez-se a opção de não mencionar a resolução para não comprometer o sigilo da entidade executora.

ANEXO 3

Cardápio elaborado pelos gestores escola pesquisada para a 2ª semana de Maio de 2014.

CARDÁPIO DA SEMANA 12/05 A 16/05/2014	
2ª feira Almoço Sobremesa Lanche	Feijão, Arroz, Salpicão e Salada verde. Banana Angu doce
3ª feira Almoço Sobremesa Lanche	Feijão, Arroz, Churrasquinho de panela e molho à campanha. Maçã Pão com mortadela e suco.
4ª feira Almoço Sobremesa Lanche	Feijão, Arroz, Peixe frito e purê de banana da terra. Melancia Arroz doce
5ª feira Almoço Sobremesa Lanche	Feijão, Arroz, Jardineira, Farofa e Salada verde. Laranja Bolo com achocolatado.
6ª feira Almoço Sobremesa Lanche	Feijão, Macarrão à bolonhesa Banana Biscoito com iogurte
	Sábado (17/05) Feijão, arroz, almôndega e Salada verde

Cardápio reproduzido pela autora.

Foi utilizada a mesma estrutura gráfica e a ortográfica originais do documento.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS ALUNOS

Esta entrevista se refere à pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, e tem caráter acadêmico, não tendo nenhuma intenção de investigação laboral. A pesquisadora se compromete a não revelar os nomes dos entrevistados, nem dados que levem a identificação pessoal dos mesmos.

A entrevista é voluntária e as perguntas podem ser respondidas da forma como o entrevistado se sentir melhor.

A entrevista é sobre a merenda escolar.

Data da entrevista: ____/____/2014

1. Identificação do entrevistado:
 - a. Ano que está matriculado: __
 - b. Sexo: _____
 - c. Idade: _____

2. Você estuda nesta escola há quanto tempo?
3. Em qual bairro você mora?
4. Você mora com quem?
5. Estas pessoas responsáveis por você trabalham fora de casa?
6. Quem prepara as refeições na sua casa?
7. Você costuma fazer desjejum (café da manhã) antes de ir para escola?
() Sim () Não
8. Você costuma almoçar quando chega em casa de volta da escola?
() Sim () Não
9. Você costuma merendar as refeições servidas pela escola? () Sim () Não Por quê?
10. Você costuma trazer a sua merenda? (Você traz de casa? Você compra?)
() Sim () Não Por quê?
11. Você sabe que a merenda escolar faz parte de um programa do governo federal chamado Programa Nacional de Alimentação Escolar? () Sim () Não

12. Você acha que a merenda oferecida na escola é direito de todos os alunos?
() Sim () Não. Se não, quais são os alunos que devem merendar? _____
13. Você gosta do cardápio da merenda escolar? () Sim () Não
14. Se pudesse escolher, o que gostaria que fosse servido como merenda escolar? _____
15. Merendar as refeições servidas na escola é:
- () saudável
 - () legal, divertido
 - () chato, vergonhoso
 - () ruim
 - () outra: _____
16. Comprar merenda na cantina ou do vendedor ambulante é:
- () saudável
 - () legal, divertido
 - () chato, vergonhoso
 - () ruim
 - () outra: _____
17. Se você pudesse escolher, preferiria comer a refeição servida na escola ou comprar alimentos de uma cantina ou de um vendedor ambulante? Por quê? _____
18. Por que razão você acha que muitas crianças não merendam aqui na escola?

APÊNDICE 2

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM AS MERENDEIRAS

Esta entrevista se refere à pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, e tem caráter acadêmico, não tendo nenhuma intenção de investigação laboral. A pesquisadora se compromete a não revelar os nomes dos entrevistados, nem dados que levem a identificação pessoal dos mesmos.

A entrevista é voluntária e as perguntas podem ser respondidas da forma como o entrevistado se sentir melhor.

A entrevista é sobre a merenda escolar.

Data da entrevista: ___/___/2014

1. Identificação do entrevistado:
 - a. Cargo: _____
 - b. Vínculo com a escola: _____
 - c. Idade: _____
 - d. Há quantos anos exerce a função: _____
 - e. Escolaridade: 1. () Analfabeto 2. () Ensino fundamental (1º segmento) 3. () Ensino fundamental completo 4. () Ensino médio incompleto 5. () Ensino médio completo 6. () Superior
2. Você teve preparação ou participou de algum curso para atuar como merendeira? Se sim, qual e quando?
3. Você acha que o programa de merenda escolar é importante para a escola? De que forma?
4. Você normalmente se sente satisfeita (o) com o alimento que é preparado? Mudaria algo? O quê?
5. Existem muitas sobras de alimentos nos pratos? E nas panelas?
6. Você costuma observar as crianças enquanto estão se alimentando? Você acha que eles gostam de merendar? Por quê?

7. Dependendo do cardápio, há maior ou menor interesse das crianças em merendar? A variação do cardápio modifica a quantidade de crianças que merendam a refeição servida na escola?
8. Você costuma observar aquelas crianças que não querem merendar? Por que você acha que eles não querem merendar?
9. Você já conversou com alguma destas crianças para saber o porquê delas não comerem a refeição servida na escola? Se sim, o que elas disseram?
10. Você estudou em escola pública? Como era a merenda escolar na época em que você estudava?

APÊNDICE 3

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS GESTORES

Esta entrevista se refere à pesquisa de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais na Universidade Estadual do Norte Fluminense – UENF, e tem caráter acadêmico, não tendo nenhuma intenção de investigação laboral. A pesquisadora se compromete a não revelar os nomes dos entrevistados, nem dados que levem a identificação pessoal dos mesmos.

A entrevista é voluntária e as perguntas podem ser respondidas da forma como o entrevistado se sentir melhor.

Data da entrevista: ____/____/2014

1. Identificação do entrevistado:
 - a. Profissão: _____
 - b. Há quantos anos exerce a profissão: _____
 - c. Cargo: _____
 - d. Há quantos anos está nesta função: _____
 - e. Vínculo com a escola: _____
2. Esta pesquisa é sobre a o Programa Nacional de Alimentação Escolar, conhecido como merenda escolar. Você poderia me dizer se o programa, na sua opinião, funciona adequadamente?
3. Você acha que a merenda escolar poderia melhorar? Se sim, como? Se não, por quê?
4. Na sua percepção, é necessário que haja merenda escolar durante o período em que as crianças estão estudando? Por quê?
5. No seu entendimento, como é a adesão das crianças à merenda escolar nesta escola? Por quê?
6. Você costuma ser usuário da merenda nesta escola? Se sim, o que acha desta refeição?
7. No geral, como você definiria o grupo social que frequenta a escola?
8. Muitas crianças relatam não merendarem aqui na escola. O que você acha que as fazem não aderirem ao PNAE?
9. Você estudou em escola pública? Havia merenda escolar? Como era a merenda em sua época de estudante?